

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALBA LÚCIA DA SILVA MARINHO

PONTOS DE CULTURA EM OLINDA-PE:
territórios de saberes e tessituras para o turismo de base comunitária



Recife
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ALBA LÚCIA DA SILVA MARINHO

ORIENTADOR: PROF. DR. CAIO AUGUSTO AMORIM MACIEL

**PONTOS DE CULTURA EM OLINDA- PE:
territórios de saberes e tessituras para o turismo de base comunitária**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de doutora.

**Recife
2013**

Catálogo na fonte

M338p Marinho, Alba Lúcia da Silva.

Pontos de cultura em Olinda-PE: territórios de saberes e tessituras para o turismo de base comunitária / Alba Lúcia da Silva Marinho. – Recife: O autor, 2013.

193 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.



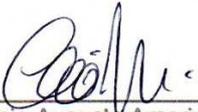
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ALBA LÚCIA DA SILVA MARINHO

**“PONTOS DE CULTURA EM OLINDA-PE: TERRITÓRIOS DE SABERES E TESSITURAS
PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA”**

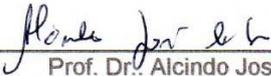
Tese defendida e APROVADA pela banca examinadora:

Orientador: 
Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE)

2º Examinador: 
Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa / UFF/Niteroi-RJ

3º Examinador: 
Prof. Dr. Maria das Graças Ataíde de Almeida / UFRPE

4º Examinador: 
Prof. Dr. Jan Bitoun / UFPE

5º Examinador: 
Prof. Dr. Alcindo José de Sá / UFPE

**RECIFE – PE
2013**

DEDICATÓRIA

Pricila, que linda inversão, nestes últimos anos você, tão jovem, virou minha fada madrinha, com tudo de acompanhamento que eu nem sonhava mais: empréstimo de voinha, mainha. Deus abençoe a todas as mulheres dessa família maravilhosa, plenas de energias positivas.

Acima de tudo, é dedica ao meu amor de mais de 30 anos. Sem você me amparando nada disso seria possível: crises, chilikues, surto de choros. Nossos cãezinhos Pepê e Chiquita assustados... Nada mais justo que esta defesa aconteça no dia do seu aniversário.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos aos funcionários do PPGeo, Rosa, sempre gentil a nos orientar acerca das demandas burocráticas. Mudanças quase sempre não são exatamente fáceis de absorver, caso contrário não seriam mudanças. Mudam, porém os apoios resurgem em Cilene, Eduardo.

É especialmente dedicada ao meu orientador. Aquele que me aceitou no mestrado, simplesmente por acreditar em mim, minha experiência de estudo de caso, associado à empiria e aos muitos anos de pesquisa de campo. E que permaneceu acreditando em minha potencialidade para a tese de doutoramento.

À FACEPE pelo incentivo através da concessão de bolsa de estudo, com a qual a oportunidade de cursar o Doutorado foi viabilizada.

É dedicada também a Vladimir Albuquerque Lonka e Júnior por sempre fazerem o impossível para que meus sonhos sejam realizáveis.

Todos os amigos que integram o LECgeo, sobretudo Girlan, Robson, David, Paulo “baiano”.

Aos amigos pesquisadores do Cultura Viva, especialmente Sophia, Alice, Hanayana, Doriedson e Deborah, com quem foi possível aprofundar discussões de maneira leve e divertida.

Agradecimento aos integrantes dos Pontos de Cultura, especialmente a Fabiano Santos, representante nacional da REDE.PE, presidente do Afoxé Alafin Oyó. A todos que contribuíram com suas informações, bem como a todos que se negaram a dar depoimentos por estarem fartos de contribuírem com os estudos acadêmicos e não terem retorno. A estes, minhas sinceras desculpas.

*“Que acontece quando
se solta uma mola
comprimida, quando se
liberta um pássaro,
quando se abrem as
comportas de uma
represa? Veremos.”*

Gilberto Gil

PONTOS DE CULTURA EM OLINDA- PE: territórios de saberes e tessituras para o turismo de base comunitária

RESUMO

Esta tese tem por foco os Pontos de Cultura destacadamente aqueles situados em Olinda, Pernambuco, enquanto espaços de práticas culturais de interesse turístico. Trata-se de uma tentativa de avaliar a partir do local, ou seja, da territorialidade dos atores sociais, as mudanças suscitadas por essa política de governo. Ainda que de forma indireta, se situa no campo de estudos sobre as políticas públicas culturais vigentes no Brasil entre os anos 2003-2012, mais especificamente o Programa Cultura Viva, e a repercussão da política implantada pelo Ministério da Cultura (MinC). E nessa perspectiva, como os Pontos de Cultura se articulam entre si e com as relações de poder locais e globais, ou seja, como lidam com as horizontalidades e verticalidades. Faz isso sob a perspectiva da Geografia Cultural, sem abrir mão da interdisciplinaridade. Como instrumento de coleta de dados, fez uso da investigação bibliográfica, pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas, e observação participante, método este que se mostrou o mais relevante para os resultados obtidos. Parte da hipótese de que a concretização de uma rede formada pelos Pontos de Cultura é imprescindível para que eles tenham vida própria e permaneçam desenvolvendo as atividades em suas territorialidades. Sugere a inserção do turismo de base comunitária enquanto atividade econômica complementar à sustentabilidade dos Pontos. Neste cenário, o Ponto de Cultura Alafin Oyó despontou como espaço privilegiado para a investigação, em virtude de emoldurar situações integralmente contempladas no universo proposto. Cabe destacar que, por ter um recorte temporal determinado que inclui o tempo presente, esta tese não apresenta uma consideração final, mas sim elenca algumas reflexões e aponta fragmentos e algumas peças que compõem esse quebra-cabeça, e suas possíveis repercussões.

Palavras-chave: Pontos de Cultura; Programa Cultura Viva; Matizes das Políticas Culturais no Brasil do Século XX; Pontos de Cultura em Olinda; Turismo de Base Comunitária.

**CULTURAL HOTSPOTS IN OLINDA, IN THE BRAZILIAN STATE OF
PERNAMBUCO:
territories of knowledge and textures for community -based tourism**

ABSTRACT

This thesis deals with cultural hotspots, in particular, those situated in the city of Olinda, in the Brazilian State of Pernambuco, as spaces of cultural practice of interest to the tourism. It attempts to use the location, or rather territorial setting of the stakeholders, to assess the changes brought about by present government policy. This study is situated, albeit indirectly, within the field of studies of Brazilian public cultural policy between 2003 and 2012. More specifically, it concerns the Cultura Viva [Living Culture] Program and the repercussions of the policy introduced by the Brazilian Ministry of Culture (MinC). From this point of view, cultural hotspots are seen to be connected both to one another and to local and global power relations, in a horizontal and vertical fashion. The study stands within the tradition of Cultural Geography but is interdisciplinary in nature. Data were gathered using bibliographical investigation and field research involving semi-structured interviews and participant observation, a method that has been shown to be relevant for obtaining the desired results. The thesis starts out from the hypothesis that it is indispensable that a network of cultural hotspots be made concrete so that these take on a life of their own and continue to conduct activities in their territorial settings. It is suggested that community-based tourism be introduced as an economic activity to complement the sustainability of these hotspots. Given this, the Alafin Oyó Cultural Hotspot can be seen as a location of special interest for investigation, as it encapsulates all the situations that form an integral part of the proposal. It should be pointed out that, as the study period includes the present, this thesis does not present final considerations, but rather outlines a number of reflections, pointing to just some parts of the jig-saw and their possible implications.

Key-words: Cultural Hotspots; Cultura Viva Program; Cultural Policy in 20th Century Brazil; Cultural Hotspots in Olinda; Community-Based Tourism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PRIMEIROS NÓS E LAÇADAS	10
1 TECENDO CONCEITOS E ARREMATANDO METODOLOGIAS	18
2 O ANTES: ALGUNS MATIZES DA HISTÓRIA RECENTE	34
3 O “PARECE QUE FOI ONTEM”, PRESIDENTE LULA (2003-2010)	52
3.1 Pontos de Cultura em Olinda	70
3.2 Pontos no Exterior	86
3.3 Caindo na Teia: congressos, conferências, seminários e encontros	90
4 E AGORA, PRESIDENTE DILMA (2011-?): O QUE SERÁ, QUE SERÁ?	113
5 PONTOS DE CULTURA: ALINHAVOS PARA O TURISMO?	120
5.1 Grupo Bongar – Casa Xambá	141
5.2 Piaba de Ouro	143
5.3 Alafin Oyó	146
CONSIDERAÇÕES (nem tão) FINAIS	149
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	162
ANEXOS	165

INTRODUÇÃO: PRIMEIROS NÓS E LAÇADAS

“Precisamos de representantes, delegados
que saibam que a rede é de arrasto, e não
rede de deitar, balançar e dormir...”

Ceição Axé

Ponto Irôco, Terreiro Obá Ogunté, Sítio de Pai Adão (Recife)
Teia – PE, Chã Grande, 2010.

Esta tese tem por foco principal as políticas públicas culturais mais ativamente vigentes no Brasil entre os anos 2003-2012, destacadamente o programa Cultura Viva e sua principal ação, os Pontos de Cultura, tendo como recorte espacial a cidade de Olinda, situada no estado de Pernambuco. Busca avaliar, a partir do plano local, ou seja, das territorialidades dos sujeitos sociais foco da política em análise, as repercussões e alterações ocorridas. Parte da suposição de que a efetivação de uma rede pelos Pontos de Cultura é essencial para que eles tenham vida própria e permaneçam desenvolvendo suas atividades, destacando o turismo como uma viável possibilidade de parceria à continuidade e sustentabilidade dos Pontos, independentemente da política de governo em vigor.

A questão-problema foi provocada pela repercussão da política cultural implantada pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2004. Em Pernambuco, observações empíricas, associadas a conversas informais com agentes culturais participantes do programa revelavam uma aprovação, uma empolgação, talvez mais que isso, um alumbramento. Posteriormente, ao participar do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), evento ocorrido em Salvador-BA, em maio de 2007, foi possível ouvir comentários positivos em relação à ação cultural governamental. Nos dias seguintes, a imprensa apresentava matérias onde tinha destaque à aceitação das políticas do Ministério da Cultura por parte dos acadêmicos participantes do Enecult.

Acrescente-se a este quadro reflexivo as afinidades de entendimento encontradas no livro O Espaço do Cidadão no qual Milton Santos (2007, p. 81) assegura que “cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim como cultura e

territorialidades são, de certo modo, sinônimos”. Foi, assim, tomando forma um conjunto de questões que inquietavam e, ao mesmo tempo, instigavam à pesquisa, e às reflexões: a cultura teria, de fato, a capacidade de transformar territorialidades, e quais os impactos das novas maneiras de lidar com as práticas culturais? E nessa perspectiva, como os Pontos de Cultura se articulam com as relações de poder locais e globais?

Tempos depois, quando alguns entraves já eram perceptíveis no Programa Cultura Viva, reencontro-me com Milton Santos em sua entrevista transformada no livro *Território e Sociedade*, onde toda a sabedoria adquirida afirma “a utopia deve ser construída a partir das possibilidades, a partir do que já existe como germe e, por isso, se apresenta como algo factível”. (2009, p. 71). Utopia factível, sim! Faço minhas as palavras do mestre. E pronta a germinar, ou melhor, já germinando:

Minha impressão é que a cultura popular já ganhou a parada... Há 30 ou 40 anos, quando a gente discutia sobre música popular brasileira, sobre os novos baianos velhos, sobre a questão da técnica, a bossa nova, dizia-se que a cultura de massa ia invadir e tomar conta de tudo. Agora, não apenas os baianos, mas outros, inclusive os “rapistas”, se impuseram, independentemente da cultura de massas, e estão tendo a revanche, num movimento de baixo para cima ... (2009, p. 62)

Prontos a germinar ou já germinando, os Pontos de Cultura são a ação prioritária do programa Cultura Viva, maior destaque em vigor na política cultural implantada no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, gestão ministerial de Gilberto Gil (2003-2008), mantida pelo Ministro Juca Ferreira (2008-2010). Selecionados por meio de edital público, os Pontos de Cultura estavam comprometidos em priorizar a revitalização de centros culturais constituídos por grupos já existentes, e que desenvolvessem projetos comunitários através de manifestações e ações em atividades de arte, educação, cidadania e economia solidária, porém alijados do mercado. Mercado este cujos patrocinadores costumam investir em cultura massificada ou já consagrada.

Em seu livro *Pontos de Cultura: o Brasil de baixo para cima*, cujo subtítulo certamente faz referência ao pensamento de Milton Santos, Célio Turino, um dos formuladores do Programa Cultura Viva, enquanto Secretário de Cidadania Cultural

do Ministério da Cultura, fala sobre o que embasou a criação dos Pontos, destacando o caráter de processo, e não de produto ou serviço, que marca a iniciativa:

O conceito e a teoria do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura é resultado de um processo contínuo, em que se amalgama experiência pessoal, o ato de fazer, [...] O Ponto de Cultura não se enquadra em fôrmas; nem é erudito nem é popular; também não se reduz a dimensão da “cultura e cidadania” ou “cultura e inclusão social”. Ponto de Cultura é um conceito. Um conceito de autonomia e protagonismo. (2009, p. 15)

Em sintonia com esse pensamento, a ação pública não prevê que o Ponto de Cultura siga um padrão único, nem de instalações físicas, tampouco em programação ou atividade. Em gestão compartilhada, o Ministério destina recursos financeiros aos Pontos, sem especificar a sua aplicação, a exceção de um estúdio multimídia. Dessa forma, os produtores culturais têm liberdade quanto à aplicação da verba recebida, com vistas à construção do processo de gestão em rede, autonomia, empoderamento e protagonismo social. Conceitos norteadores não apenas da ação, mas sim trabalhados pelo Programa Cultura Viva. Conceitos em construção, cuja relevância está associada na proporção em que são vivenciados e explicitados nas experiências dos seus atores, no caso, os próprios Pontos de Cultura (BRASIL, 2004, p.34).

Implantado em 2004, o Programa Cultura Viva inicia atuando através de cinco ações: os Pontos de Cultura¹; a Cultura Digital² que fornece suporte tecnológico aos Pontos de Cultura; a ação Griô³ com o objetivo de valorizar e respeitar os mestres da tradição oral, que repassam o saber popular aos griôs aprendizes; o Agente

¹ Ver PEREIRA, Cesar. Política Pública Cultural e Desenvolvimento Local: Análise do Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança - Pernambuco. Dissertação de Mestrado, Recife: UFRPE, 2008.

² Ver GOMES, Karina Cristina Sena. Entre as fronteiras on/off line. In: Programa Cultura Viva: análises e observações. Brasília: Ministério da Cultura, 2009

³ Ver LOPES, Juliana. Experimentações em Cultura, Educação e Cidadania: O Caso da Associação Grãos de Luz e Griô. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC – Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Cultura Viva, visando transformar o jovem em multiplicador da cultura brasileira⁴; e a Escola Viva com a função de estimular a integração aos Pontos de Cultura.

No dia 02 de setembro de 2004, em Berlim, o Ministro Gilberto Gil fez o seguinte pronunciamento:

O Programa Cultura Viva é, sobretudo, uma política pública de mobilização e encantamento social. Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, ele envolve a potencialização de energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples “deixar fazer”, por parte de uma instigação, uma emulação, que é o próprio *do-in* antropológico.⁵ Mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo são livres. E os resultados imprevisíveis. E provavelmente surpreendentes.

Expectativa que o Ministro resumiu na seguinte fala: “O que acontece quando se solta uma mola comprimida? Quando se liberta um pássaro? Quando se abrem as comportadas de uma represa? Veremos...”.

Assim formou-se um campo de acontecimentos, expectativas e questões que resultaram nesta investigação. Destaque-se que não se pretende aqui cair na ingenuidade de proclamar a unanimidade e partilhar do alumbramento, mas, estaríamos mesmo na vigência de uma política pública cultural inovadora? Difícil acreditar se até mesmo Albino Rubim (2008), coordenador do Enecult, identificava no ministro uma empenhada tentativa de enfrentamento, mas com diversas limitações existentes em um país marcado pela exclusão social, associada ao protagonismo de um circuito formado pelas indústrias culturais⁶.

⁴ Ver VILUTIS, Luana. Cultura e Juventude: A formação dos jovens nos Pontos de Cultura. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

⁵ *Do-in* antropológico é uma expressão relacionada aos Pontos de Cultura sobre a ideia de massagear os pontos vitais do Brasil.

⁶ Segundo Teixeira Coelho (2004, p. 217), a expressão indústria cultural é frequentemente associada a outra, meios de comunicação de massa, da qual não é, porém, um exato sinônimo. (...) Sua matéria-prima, a cultura, não é mais vista como instrumento da livre expressão e do conhecimento, mas como produto permutável por dinheiro e consumível como qualquer outro produto.

Questionamento que se amplia quando somado ao testemunho de Eduardo Yázigi, com o qual concordamos, sobre o aparelhamento da administração social e o planejamento espacial da *coisa pública* no Brasil. Yázigi (2003, p. 153) sustenta o pensamento que o maior problema não é exatamente a escassez de recursos, nem mesmo a economia parcialmente dependente, mas sim as mentalidades que, na maioria das vezes, naturalizam a pobreza, a degradação do território, as tecnologias erradas e o mau uso da memória, tudo isso se traduzindo numa assustadora incapacidade para o planejamento.

Foi com base nessas reflexões, e mais destacadamente pensando na possibilidade de ampliar a base empírica de certos postulados teóricos explícitos, ou mesmo implícitos no Programa Cultura Viva, que esta tese buscou um estudo de caso privilegiado que possibilitasse explorar a hipótese segundo a qual os Pontos de Cultura podem atingir seus objetivos primordiais: a autonomia, o protagonismo, o empoderamento e a prática em rede. E mais: como patrimônios imateriais, inseridos em uma cidade Patrimônio da Humanidade, apresentam potencialidade para o turismo de base comunitária que tem por orientação os “princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, ações protagonizadas pelas comunidades locais”. (MTur, 2008).

Como é possível notar pela hipótese acima exposta, assume-se aqui uma trajetória que não interfere no programa implementado, tampouco pretende desconsiderar o espaço e poder da indústria cultural. Busca, sim, garantir aos Pontos de Cultura uma permanência que geralmente exige uma tarefa árdua de adaptação à sobrevivência nesses tempos de mercantilização da cultura, globalização, informatização e formação de redes, não raro excludentes. Também tempos em que a cultura popular passou a ser produto de exportação, mas quase sempre como resultado de apropriações, releituras e recriações desenvolvidas por artistas e grupos parafolclóricos,⁷ não raro sob o argumento pretensioso e equivocado.

⁷ Segundo a Comissão do Folclore Brasileiro (1995), parafolclóricos são “os grupos que apresentam folguedos e danças folclóricas, cujos integrantes, em sua maioria, não são portadores das tradições, organizam-se formalmente, e aprendem as danças e os folguedos através do estudo regular, em alguns casos, exclusivamente bibliográfico e de modo não espontâneo”.

de “resgate”, como se a cultura estivesse em risco de sobrevivência e carecesse de salvamento.

Este estudo, aliado à geografia cultural, entende apresentar motivações relevantes que justificam o seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, a pertinência de investigar sistemas de origem como a cultura pelo viés de um determinado espaço geográfico, horizontalidade e verticalidades, cidadania e formações de redes, questões que mobilizam grande parcela da sociedade, principalmente nestes tempos de globalização em que se vive uma mais ampla possibilidade de mudanças, abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem mais estável no mundo social. (HALL, 2002)

Como segundo argumento, o trabalho traz a pertinência de a análise ocorrer no âmbito de um território histórica e geograficamente privilegiado, porém ainda pouco explorado pelos estudos geográficos culturais, Olinda, segunda cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, em 1982. Cidade que tem destaque por ainda manter múltiplos aspectos da cultura tradicional e popular, a “cultura profunda”, que se nutre dos homens, no dizer de Milton Santos. Tanto assim que, em 2005, por uma iniciativa da organização Capital Brasileira da Cultura (CBC), com o apoio dos Ministérios da Cultura e do Turismo, foi eleita a 1ª Capital Brasileira da Cultura para o ano de 2006.

Observa-se que a maioria dos Pontos de Cultura em Olinda encontram-se espacialmente distribuídos nas periferias do sítio histórico tombado ou em bairros mais afastados, fato que vem a legitimar o projeto, visto que, segundo Ana Fani A. Carlos (2007), o bairro representa uma formação espacial fundamental ao entendimento micro da vivência social. Entretanto, o bairro foi por muito tempo negligenciado como categoria de análise nas pesquisas geográficas. Neste estudo, ainda que de forma amalgamada, o bairro, no qual esteja situado algum dos Pontos de Cultura, terá visibilidade através de duas articulações dimensionais básicas: localização geográfica, ou seja, uma mancha no mapa, mas, principalmente, a dimensão cultural que o qualifica e singulariza.

Justifica-se também por sua relevância social, visto o projeto contemplar a análise de Pontos de Cultura que têm as mais variadas formas de manifestação e ação cultural: cinema, danças, teatro, cidadania, etnia, patrimônio, artes plásticas e artesanato, confecção de instrumentos musicais, capacitação mais diversas, inclusive para pessoas assentadas e acampadas em áreas de reforma agrária, dentre outras. Toda essa diversidade, e cada Ponto com suas especificidades, impõe e, concomitantemente, possibilita análises específicas e geradora de um quadro plural. O resultado do estudo pode ser visto tanto como uma contribuição à melhoria dos próprios Pontos de Cultura, quanto uma colaboração para a implantação de políticas culturais e turísticas mais adequadas e consequentes.

Ressalte-se o ineditismo do projeto implantado pelo Ministério da Cultura, em ação inovadora para público historicamente tão relegado, mas que detêm o mais puro da essência da cultura popular. Aliado ao ineditismo da proposta aqui apresentada, visto que até onde nos foi possível averiguar, inexistem trabalhos de pesquisa da geografia que tenham seu olhar direcionando para os Pontos de Cultura em Olinda ou situado em qualquer outra parte do território brasileiro.

Destaque-se também que, além de socialmente relevante e pertinente do ponto de vista acadêmico, a tese é viável, pois, mesmo não havendo continuidade da política cultural que lhe serve de referência, os espaços de cultura continuarão existindo, visto serem tradicionais e anteriores à implantação do programa federal do Ministério da Cultura (MinC).

Resta dar relevo a possibilidade da inserção dos Pontos de Cultura na atividade do Turismo de Base Comunitária, que tem por alicerce a sustentabilidade econômica, social e cultural dos sujeitos locais. Ensejando uma nova perspectiva de pensar, planejar e implementar ações voltadas a uma adequada interação entre o núcleo receptor e os visitantes, promovendo o respeito à alteridade, bem como a valorização da cultura, dos saberes e fazeres da localidade.

Cabe ainda esclarecer que apesar da tese não focar especificamente o viés da política pública, também não o detalhamento do programa cultural implantado, mas sim avaliar as mudanças ocorridas com sua implantação, mostrou-se necessário

investigar a sua concepção, e o contexto histórico e cultural em que está inserido. Assim a exposição que segue está dividida em 5 capítulos.

O capítulo 1 apresenta as reflexões sobre as questões teóricas e metodológicas, que tem por marco a geografia cultural, sem abrir mão da transversalidade. O capítulo 2 traça um painel das políticas culturais implementadas no Brasil, mais especificamente matizes da história mais recente, para melhor entendimento do presente. O capítulo 3 tem por recorte temporal o governo do Presidente Lula (2003-2010) e seu principal programa de política cultural, com destaque para os Pontos de Cultura. O capítulo 4 trata da política cultural já na gestão da Presidente Dilma. E, finalmente, no capítulo 5, focaliza-se uma possível interação entre os Pontos de Cultura e o Turismo de Base Comunitária.

1 TECENDO CONCEITOS E ARREMATANDO METODOLOGIAS

No campo da geografia cultural nosso olhar se volta aos Pontos de Cultura, como expressões contemporâneas, por isso mesmo inseridos no contexto das práticas ativas, espaços de afirmação de cidadania e vivências identitárias e territoriais. Identidades que muitos acreditavam ameaçada pela globalização, mas que por vezes se mostram revigoradas em escala local e regional. Tanto assim que no Brasil o programa Cultura Viva, implantado no Governo do Presidente Lula, tem se revelado um dos campos de estudo mais fecundos para diversas áreas do saber, resultando em investigações sob a influência de diferentes paradigmas. Entretanto, até onde nos foi possível investigar, nenhum sob a ótica da geografia.

Partindo da perspectiva da geografia cultural, alia-se a Paul Claval (2006, p. 92) quando diz que a geografia cultural moderna, que tem o homem como centro de sua análise, foi construída a partir de três eixos de iguais valores e complementares, que são o das sensações e das percepções; o da ótica da comunicação e o da perspectiva da construção de identidades. Eixos que podem facilmente ser identificados quando tratamos dos Pontos de Cultura. Visão que se clarifica em Certeau e as questões do viver cotidiano, e plenamente ajustáveis aos conceitos de verticalidade e horizontalidade de Milton Santos.

Mas nem sempre foi assim; Claval esclarece que até os anos 1960 a investigação sob a perspectiva geográfica esteve arrefecida pela recusa por se interessar acerca do que se passa no “espírito das pessoas”. Os eixos atuais em muito se distanciam de teorias desenvolvidas por geógrafos nos finais do século XIX e princípios do século XX: do determinismo biológico associado ao determinismo geográfico, e suas relações com a formação da cultural de uma sociedade.

Hoje, os genuinamente estudiosos, geógrafos e não geógrafos, estão convencidos de que as diferenças genéticas e geográficas não são determinantes das diferenças culturais. Laraia entende que "o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação", como exemplo diz

que meninos e meninas “agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada.” (2006, p. 25-26).

Em relação ao ponto de vista do espaço habitado e o determinismo, Milton Santos (2008) reconhece a adaptabilidade do homem às condições naturais mais extremas. E mais, ainda que envolvidas no processo de globalização, as regiões se apresentam com diferentes versões de mundialização, fato que longe de garantir a homogeneidade, instiga as diferenças, especificidades e singularidades dos lugares. Assim sendo, pode-se deduzir ser possível e absolutamente provável que, em um mesmo tipo de ambiente físico, conviva uma grande diversidade cultural, como é o caso de Olinda, recorte espacial desta tese.

Ratificando: isso não significa que se observe uma homogeneidade cultural no espaço. Concorde-se com Haesbaert (2006) quando argumenta que as cidades crescem vertiginosamente, mas não num processo contínuo. Nesse sentido, não existiria uma homogeneidade cultural, mas diferentes processos de identificação, ou seja, a multiplicidade de culturas, ainda que urbanas, se territorializa, produzindo e sendo produzida por múltiplos territórios. O que facilmente se comprova, inclusive em cidades como Olinda com sítio tombado como patrimônio da humanidade.

Há que se destacar que essa alteridade territorial remete à própria dinâmica identitária dos grupos sociais encontrados nos múltiplos espaços reconhecidos como Pontos de Cultura. Bem em conformidade com Raffestin (1993), é no território que se estabelecem as relações de poder, ou seja, o território é base e produto das ações dos atores sociais que se apropriam do espaço e produzem seus sistemas, seus preceitos, suas artes, suas redes. O fato é que ainda que em lugares variados, em momentos diversos e em graus diferentes, todos somos atores que produzem, mantêm e/ou modificam territorialidades.

Retornando à produção cultural na geografia, Claval (2006), entende que foi gerada uma enorme quantidade de trabalhos – artigos, tese, livros etc – com uma temática muito ampla, que o autor enquadra em quatro temas maiores: análise da paisagem cultural; história da cultura no espaço; áreas culturais; ecologia cultural. Ressalta que outros temas foram estudados, tal como a abordagem crítica à dimensão espacial da

cultura. Talvez a adjetivação utilizada pelo francês Claval seja verdadeira em relação ao seu país de origem, no caso brasileiro não nos parece que a produção seja enorme, nem de abordagens tão amplas.

Nosso entendimento se aproxima da afirmativa de Corrêa (2001), quando diz que poucos estudos diretamente ligados à cultura em sua dimensão espacial estavam sendo elaborados. Por conseguinte, sugere alguns temas para estudos: a paisagem rural como, ao mesmo tempo, produto e matriz cultural; a percepção e a avaliação ambiental da natureza e dos ambiente socialmente produzidos, pela ótica dos grupos sociais nacionais e emigrantes; o caráter simbólico de edificações, espaços urbanos, espaços rurais, áreas de preservação, entre outros, na visão dos diversos grupos sociais, étnicos, religiosos etc; trocas comerciais a partir de mercados itinerantes e periódicos como prática cultural no espaço e seus consequentes significados; as manifestações religiosas em sua dimensão espacial; contatos e conflitos culturais a partir da migração inter-regional; e a **cultura popular em suas mais diferenciadas formas de manifestações e variações espaciais.** (grifo nosso).

Ainda em relação à geografia e suas possibilidade de leituras culturais, sabe-se que, apesar da globalização, as diferenças culturais vêm se acentuando. Nesse entender, apesar dos sincretismos e hibridismos serem mais a regra do que a exceção, não se pode afirmar que a globalização elimine o localismo, pois, fugindo aos pressupostos mais apressados, ela pode fortalecer as identificações locais. Mesmo que nesses localismos sejam perceptíveis sinais dos citados processos de hibridização e sincretismo.

Atualmente apropriada pelas ciências culturais, a palavra híbrido teve seu uso inicial nas ciências biológicas. Diz Canclini que na última década do século XX a palavra hibridização é estendida aos processos culturais, passando a ser usada para descrever “processos socioculturais nos quais estruturas ou políticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (2008, p. XIX). Ao falar em “estruturas ou políticas discretas” Canclini já as considera como hibridações, resultantes de intercâmbio, seja ele econômico ou comunicacional, ou mesmo de processos migratórios ou turísticos.

Por sua vez, Canevacci (1996), prefere utilizar o termo sincretismo para analisar as misturas, entendimento que vai além da visão restrita às fusões ou trocas culturais ocorridas no âmbito religioso, tradicionalmente entendidas como estratégia de resistência ou de disfarce. O autor defende um olhar de forma mais ampla: pensar num “sincretismo cultural” observado nas mais diversas formas do comportamento humano. Para Canevacci, é preciso pensar num “sincretismo cultural”, manifesto nas artes, nas tecnologias, ou nas mais variadas formas de expressão do comportamento humano, inclusive nas territorialidades e relações de poder. O que nos conduz a reflexões fundamentais relacionadas ao Programa em questão. Por exemplo, o Cultura Viva apresenta dentre suas propostas a “gestão compartilhada”. No entanto, era de se imaginar que esse compartilhamento apresentasse seus limites, pois quase sempre poder público e sociedade civil possuem interesses diversos e não raro antagônicos.

Milton Santos (1996), (1999) e (2002), nos auxilia no entendimento desse processo a partir dos conceitos de verticalidade e horizontalidade. Em um determinado território, as verticalidades são entendidas como conjunto de pontos externos ao lugar, centro de decisão e regulação frequentemente subordinada ao favorecimento de atores hegemônicos. Assim, as verticalidades, ao se afastarem do lugar e obedecerem a motivações outras, promovem uma relação dependente e alienadora. As horizontalidades, por sua vez, estão em zonas de contiguidades, inseridas nos processos que ocorrem no espaço cotidiano, banal: as relações socioeconômicas, de solidariedade, de resistência, etc. Numa visão dialética com vistas à tese em questão, as verticalidade estariam relacionadas ao Mercado e ao Estado, mais diretamente ao MinC, enquanto as relações engendradas pelos Pontos de Cultura comporiam o plano das horizontalidades, em territórios contíguos ou não.

Santos (2002, p. 108-109), ainda esclarece que o espaço banal deve ser entendido como o espaço de todos: empresas, instituições e pessoas, espaço das vivências. Por sua vez, as verticalidades, sendo portadoras de uma ordem a ser seguida, representam um “convite ao estranhamento”. Nestas circunstâncias, a partir do espaço geográfico banal e da atuação dos agentes sobre o território comum, cria-se um solidariedade orgânica. Deste modo, ao dar realce ao desempenho pretendido, o

Estado tanto leva à ampliação das verticalidades, quanto ao aprofundamento de integração solidária das horizontalidades.

Fazendo um paralelo ao corte temporal desta tese, ou seja, período de 2003-2012, é viável levantar a suposição de que ao implantar o Programa Cultura Viva, o MinC provocou rupturas geradoras de uma nova ordem, ou mesmo uma desordem, na relação entre as verticalidades e as horizontalidades. Mais especificamente entre os anos 2003-2010, nas gestões ministeriais de Gilberto Gil e Juca Ferreira, quando foi pactuado com os Pontos uma gestão compartilhada e transformadora, envolvendo conceitos como empoderamento, autonomia e protagonismo.

Célio Turino, então Secretário de Programas e Projetos Culturais, e Coordenador do Programa Cultura Viva, assim declarava:

Com o Cultura Viva, vamos *experimentar* uma outra alternativa, o desenvolvimento *aproximal* entre Pontos de Cultura. Nossa ideia é que a troca, a instigação e o questionamento, elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura, aconteça num contato horizontal entre os Pontos, sem relação de hierarquia ou superioridade entre culturas. Um Ponto auxiliando outro Ponto. [...] Uma troca entre iguais que aprendem entre si e se respeitam na diferença. (2005, p.16)

Acrescido do estímulo da atuação em rede, conceito pelo qual perpassa a expectativa desta tese em relação a viabilidade do programa e da proposta de turismo aqui contida. Castells (1999), referência nos estudos sobre redes, diz que elas formam um conjunto de nós interconectados e, como estruturas abertas, tendem a se expandir, gerando novos nós, constituindo a morfologia social de nossas sociedades. Ele reconhece que isso não é novo, a novidade está na existência de uma base material para a sua expansão, possibilitando a criação de uma nova economia informacional, global e em rede. Esta era a rede idealizada pelo Cultura Viva, tanto que a única exigência a unir os Pontos de Cultura estava na aquisição do kit multimídia. Mas vejamos de que forma os atores sociais entendiam essa experiência em rede quando realizada a Teia.PE 2010:

Os terreiros já trabalhavam em rede. (...) As pessoas num nível nacional num todo. Eu não digo as pessoas da comunidade. A comunidade ela já vive, na sobrevivência, mas nacionalmente a

gente já se conhecia, a gente já se olhava, já se trocava. Um já ia para casa do outro. Num intercâmbio muito forte. O intercâmbio Pernambuco-Bahia ele já acontece, gente, faz muito tempo.(...) Então. As trocas a gente começa a ampliar a visão sobre uma coisa que ninguém vai tirar que o governo Lula conseguiu fazer com que a coisa da Rede ela se massificasse de fato e as trocas fossem mais contínuas (...) Uma rede que ela funciona institucionalmente e extra-institucional, muito da relação que se estabeleceu nesses encontros financiados pelo Governo.(...) É uma rede dentro de outras redes. Criando novas redes, cara. Quando o governo propõe juntar um monte de gente e trocar ideia ele tá formando uma rede, mas que essa rede não tem limite. Ela começa a criar outras redes, que outras pessoas já passaram por ali. (Depoimento 1)

Nós aprendemos que a Rede é uma coisa que nós já tínhamos antes de ser ponto, que eram os amigos, os conhecidos que tinham grupos e tal e sempre faziam esse intercâmbio conosco. Nós conseguimos fazer algumas parcerias com grupos que viraram ponto, mas que a gente já fazia isso, independente de ser ponto ou não. Nós já tínhamos essa rede de relacionamento. (Depoimento 2)

Os depoimentos 1 e 2 deixam claro que a rede não é uma novidade, que os grupos já praticavam antes mesmo de ser Ponto de Cultura. O primeiro se trata de um terreiro de Xangô ou de Candomblé⁸, pois a rede mais regular citada está no intercâmbio entre Pernambuco e Bahia. Historicamente se sabe que esses grupos sofriam tremendas perseguições, e a formação de rede entre eles era um fator de sobrevivência. O dado mais relevante é o entendimento de que o governo Lula possibilitou massificar e institucionalizar essa rede, rompendo com o recorrente descaso e mesmo violência. Ou seja, a verticalidade não deixa de existir, mas ocorreu uma mudança na ação política.

Não é lá muito boa não, eu tenho fora daqui, aqui não. Aqui em Recife eu tenho relacionamento com outras ONGs, faço projetos com eles, mas aqui dentro da comunidade existem cerca de 8 ou é 9 associações, eles não são muito unidos não. Se eu quiser me integrar com uma associação daqui de dentro para fazer um projeto,

⁸ Assim como Lody (1992, p. 14), entendemos que os estilos e comportamentos do *Povo de Santo* adquirem feições regionais e outras já estereotipadas pela mídia eletrônica, porém algumas características são fundamentais e observáveis, tanto no amplo modelo do Candomblé baiano, como no Xangô pernambucano.

ou eu sou mal interpretada ou eles não querem, ai você fica numa situação que eu já não tento mais, sabe. (Depoimento 3)

A gente tem uma tremenda dificuldade de estar na rede. A demanda da gente é muito pesada, o corpo de funcionários da gente é pequeno, e as pessoas que deveriam estar locadas pra rede elas estão assoberbadas, na verdade com as ações, né.(...) a gente tem oportunidade, é como se fosse uma porta, né, uma passagem onde a gente consegue articular outras ações. Sem ficar exatamente preso a um parceiro... é... como eu devia dizer... a um parceiro mais formal. A gente, a gente se sente... eu acho que o programa cultura viva cria um ambiente muito... leve, né, e muito, assim, de casa, mesmo, de você estar ali com a sua cultura, e você vem pra cá, onde a cultura de cada ponto ela é valorizada. Mas aí falta ainda chegar junto desses pontos. Muita coisa ainda falta pra gente. (Depoimento 4)

É, a rede é que eu nunca gostei muito. Da rede PE. Nunca gostei. Nunca consegui receber um e-mail daquela rede... não recebo não! Ali eu só via fofoca, só conversa besta, só disse-me-disse. É sério mesmo! De um dia desses pra cá melhorou um pouquinho. Nunca gostei da rede porque eu acho que não tem uma discussão séria na rede. Não tem. Nunca gostei das reuniões que eu participei também da rede, das que eu vi no Recife. Era somente chororô, lamúria, chororô, lamúria, é um... o cara saía fudido, o cara saía numa depressão da porra dessas reuniões, porque era só tristeza, porque eu tava... eu vinha de lá atrás de trocar ideias, pra ver a própria questão da sustentabilidade, pra ver outras discussões que são cabíveis enquanto ponto de cultura nessa tal dessa rede, e várias outras coisas que a gente precisava discutir. E a gente, eu nunca encontrei um espaço pra isso, de forma que uma das últimas que eu participei mas não faz muito tempo, eu decidi não participar enquanto não tivesse a teia, eu digo eu vou mais não, só vou pra teia e não vou mais não... Porque eu não encontrava o ambiente pra isso. (Depoimento 5)

Já os depoimentos 3, 4 e 5 vêm as redes como algo negativo, de difícil efetivação. No 3 percebe-se que a dificuldade está no lugar e na disputa das suas territorialidades. Só conseguem desenvolver seus projetos, ou integrar redes fora da “comunidade”⁹, a qual, aparentemente, não pertencem “efetivamente”. Seja por auto-exclusão, ou porque é assim que as redes funcionam: como um sistema aberto que tanto inclui quanto exclui. O depoimento 5 é certamente o mais negativo, mas em

⁹ A expressão “Comunidade” pressupõe a existência de um grupo social com localização geográfica precisa e um modo de vida em comum.

relação específica a Rede.PE: falha de comunicação, espaço de fofoca, de perda de tempo, e depressivo. O fato curioso fica por conta de não gostar da Rede, mas aceitar a Teia, evento em que a Rede é formada em sua mais completa dimensão.

Você consegue se integrar a rede, você faz debate, você cria referência, e aí, por exemplo, com os pontos antigos, principalmente, porque a gente vivenciou alguns processos bem interessantes. Ah.. o grupo ligado ao audiovisual, então a gente conseguiu fazer reuniões, várias assim, a gente participou do primeiro Teia Nacional, a gente foi participando junto com outros pontos, construindo relação, né? E depois de não receber projetos a gente já tinha contato com os outros pontos que iam fazer oficinas com a gente ou a gente ia fazer com os outros. Então.. deu continuidade.. só ajudou a gente a fortalecer mais ainda esse link com outros grupos, com outras ações que já rolavam e a gente não conhecia. Então essa ideia de ponto de cultura ajudou a gente a se aproximar e a fortalecer as ações. (Depoimento 6)

Cada Ponto tem que ter um fio e saber que é um fio dessa rede, e saber que esse fio tem que tá pronto logo pra segurar os outros fios, porque com vários fios soltos não leva a nada, não chega a nada. (Depoimento 7)

Os dois últimos depoimentos são aqueles em que se percebe um mais adequado entendimento do que seja uma rede, a dimensão que pode atingir, e a força que pode ter. Representam os que questionam e que podem forçar uma nova ordem. Dirigindo o foco da análise para a esfera do cotidiano, são estes que podem reinventá-lo de diversas maneiras de *caça não autorizada*, para usar uma expressão de Certeau (1995). O que ele chama de “caça não autorizada”, também pode ser entendido como “artes de fazer”, “astúcias sutis”, ou ainda “táticas de resistência”. Todas significativas de inversões astuciosas das práticas contemporâneas, também observadas em determinados Pontos de Cultura, que vão alterando os objetos e os códigos, estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e seu uso.

E essas astúcias do fazer, viver e conviver com a sociedade de consumo, se explicita no pensar e no agir desses atores sociais. Fazendo uso de uma expressão aparentemente simplória, diz Certeau (1994) com sabedoria: “Sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas” (p. 19). Nem perder de vista a inteligência, criatividade e mobilidade tática dos tidos por mais fracos. Argumenta

ainda que na cultura ordinária “a ordem é exercida por uma arte” (p.22), concomitantemente exercida e burlada.

Conforme visto em depoimentos anteriores, os Pontos estão relacionados a mecanismos de identificação e aceitação ou não aceitação. Geograficamente estão inseridos em determinado lugar, base da vivência afetiva do cotidiano, espaço onde a existência humana se realiza em sua dinâmica de criação e recriação, construção e desconstrução. E visto que “O valor do individuo depende, em larga escala, do lugar onde está”, Milton Santos (2007, p. 139), exemplifica-se a afirmativa a partir de uma situação ocorrida em Olinda-PE: um enfrentamento entre policiais e um Ponto de Cultura.

Este foi o fato acontecido com o Ponto de Cultura Coco de Umbigada¹⁰, situado nas franjas da área tombada, Bairro de Guadalupe. Integrado ao Cultura Viva desde o primeiro edital do MinC em 2004, o Coco faz parte continuamente do lugar desde 1998. De início no quintal da casa dos dirigentes, Beth de Oxum e Quinho Caetés, depois precisou tomar a rua para acomodar o crescente número de pessoas a entrar na brincadeira.

Sob a alegação de infração à lei do sono, mas sem mostrar mandado judicial que justificasse a ação, os policiais recolheram os instrumentos das crianças que estavam no palco. Mesmo informando que tinha autorização para realizar o evento, Beth foi levada à delegacia. Enquanto isso, o coco continuou a girar sua roda com pouquíssimos instrumentos e sem equipamento de som. Com o apoio da prefeitura, instrumentos e equipamento foram resgatados. A sambada continua acontecendo, todo primeiro sábado do mês, porém mais cedo, entre 19 e 24 horas. (DP: 2009).

¹⁰ São muitas as teorias que tratam da origem da dança. Parte dos pesquisadores entende que ela teve sua origem no Quilombo dos Palmares. Diz a tradição que na quebra do fruto de casca muito dura, colocavam-no numa pedra e nele batiam com outra, provocando um grande barulho. Transformando o barulho em batidas ritmadas, dançavam em um sapateado vibrante. Levado para as senzalas, o ritmo foi substituído por palmas. Passou a ser dançado em rodas formadas por casais que trocavam umbigadas entre si e com os casais vizinhos. (SOARES, ISHIGAMI, MOREIRA, 1996: 115)

Filha de Oxum, Orixá das águas doces nas religiões Afro-brasileiras, Beth entende que a ação policial teve motivação religiosa: "A mãe dos oficiais é evangélica e eles não aceitam, não toleram nem respeitam nosso trabalho" (ELI: 2009). Mas no fundo prevalece o depoimento apresentado na Revista Raiz (2009):

Nós, o povo do Santo, aqui em Pernambuco, estamos com a auto-estima levantada (...). Os terreiros de candomblé sempre foram vistos com intolerância. Quantas vezes fomos saqueados pela polícia, que tirava todos os nossos fundamentos. No porão do Palácio do Campo das Princesas [sede do governo do Estado] estão jogados, feito pó, todos os nossos fundamentos, os Ibais [painéis], os Ilu [instrumentos musicais, atabaques], os assentamentos [pedras]. Agora, quando a polícia aparece, nós dizemos: 'O que vocês querem? Somos Ponto de Cultura, reconhecidos pelo Governo Federal'. E a zabumba que foi dos nossos avós e tem mais de 150 anos pode tocar a sambada (...), a ciranda, o samba de coco, o maracatu e todos os encontros de brincantes.

Ou seja, o espaço cultural, também pode ser espaço de conflitos e relações de poder, portanto, de embates territoriais. Le Bossé (2004) diz que por ser construída, a identidade territorial "é, por conseguinte, contingente e variável, sempre contestável e por vezes contestada pelos atores geográficos presentes". Característica da contemporaneidade, sustentada em Castells (2009) quando entende que nesse mundo globalizado e de mudanças drásticas, a busca da identidade é tão poderosa quanto as transformações tecnológicas e econômicas. Assim, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais e nacionais.

Viável, mas cercado de complexidade, de diversas nuances. Como decifrar resultados da Ação denominada Ponto de Cultura, inserida em um contexto mais amplo de um Programa Nacional de Política Cultural? Como chegar a uma visão mais adequada da realidade que se mostra fragmentada? Quais os caminhos a ser tomados nas encruzilhadas metodológicas, enfim, qual o método?

Após diversas observações de campo e leituras, a opção recaiu sobre os modos de trabalhar conhecimentos que buscam uma reintegração de aspectos muitas vezes afastados pelo tratamento disciplinar: a transversalidade e a interdisciplinaridade entre a geografia, o turismo, a cultura e suas políticas públicas. E ainda, como se

verá no transcorrer da tese, o ajuste metodológico adotado durante a investigação fez com que além de ter Olinda como universo de investigação científica, o estudo fosse ampliado chegando a contemplar significativos olhares a parcelas de outros Pontos situados no estado de Pernambuco e, dessa forma, a formação das Redes estaduais, nacionais e até mesmo internacionais.

Bezerra de Meneses (2002) lembra: “antes que um refinamento ou sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade” e, para melhor entendimento do universo da cultura, apresenta quatro proposições. A primeira afirma ser “a cultura o universo da escolha, da seleção, da opção”, escolhas não aleatórias ou mecânicas, e carregadas de simbolismos. Desta decorre a proposição que relaciona a cultura ao fetichismo: “o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais”. Sendo uma construção histórica, a cultura está relacionada a mecanismos de identificação e aceitação, e também conflitos, perspectiva que destaca o “caráter político do universo cultural”. A quarta e última proposição diz que: “as políticas culturais devem dizer respeito à totalidade da experiência social e não apenas a segmentos seus privilegiados”.

Aqui se defende que tais características da ação pode evidenciar os valores, atitudes e expressões espaciais do segmento-alvo, revelando ao mesmo tempo mudanças em sua territorialidade, se partirmos do pressuposto que a transformação em Ponto projeta a atividade cultural para outra dimensão espaço-temporal e simbólica, interferindo em suas potencialidades de reconhecimento e empoderamento.

Impulsionados pelas potencialidades acima citadas, ao final de 2008, após quatro anos e meio da implantação, o Cultura Viva contava com 824 Pontos espalhados pelo Brasil. Estabelecida uma parceria entre o MinC e os órgãos de cultura estaduais, os Pontos foram ampliados para 1.396 em 2009, segundo dados do Pontão Mapas da Rede, (IPSO, 2009). No mesmo período, Pernambuco contava com 44 pontos, número aumentado para 125 após o lançamento dos editais estaduais.

Entre os Pontos de Cultura em Pernambuco, 15 deles, todos situados em Olinda, integrando a teia nacional desde a sua origem, atuando mediante diversos tipos de ações culturais, compunham o universo inicial desta tese. Encontrados em espacialização difusa, tem grande parte situada em áreas de menor poder aquisitivo, nas periferias do sítio histórico tombado ou em bairros mais afastados, territórios que, não raro, são associados ao desemprego, ao medo, a insegurança, e à violência. Cenário de extremas desigualdades sociais, pobreza e exclusão sim, apesar disso, não se pode afirmar que sejam as únicas causas que desencadeiam a violência.

Aliás, a expressão “periferia” deve ser entendida no contexto apontado por Serpa (2002, p.161-179) ao explicitar que o termo geralmente é associado a áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Entretanto, absorvendo uma conotação mais sociológica, passou por uma redefinição, assim, atualmente também é utilizada para aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, ou seja, essencialmente é o *locus* da reprodução sócio espacial da população de baixa renda e com baixa escolaridade. E complementa:

Essas experiências cotidianas podem muito bem ser denominadas como “experiências de lugar”, que vão consolidando os espaços populares das metrópoles como bairros, como espaços experienciados, e, sobretudo, como um patrimônio urbano de caráter popular, muitas vezes desconhecido ou desconsiderado pelo turismo e pela população dos bairros de classe média das cidades na contemporaneidade.

Mesmo com déficits evidentes de infraestrutura, com o quadro generalizado de pobreza, desemprego e problemas ambientais, os bairros populares da metrópole são muitas vezes centrais para a diversidade social e cultural no espaço metropolitano (2010, p.17)

Santos (2007) sustenta que a geografização da cidadania presume a abertura, a todos os indivíduos, de pelo menos dois tipos de franquia: os direitos territoriais e os direitos culturais. Formando par com a cultura, a cidadania apenas se completa por meio do componente territorial. É nesse viés que se procura averiguar a real contribuição dos Pontos de Cultura e, concomitantemente, a adequação ou não da política cultura nacionalmente implantada sob a mesma denominação.

Ao veio deste aporte, somamos o pensamento de Claval (2001) mais especificamente voltado à geografia cultural. Diz ele que o geógrafo deve procurar perceber a experiência que o homem tem do mundo, da natureza e da sociedade, através da percepção dos seus sentidos, pois, prioritariamente os homens agem pelas indicações que recebem dos sentidos, não agem em função do real, mas sim pela imagem que criam dele. E acrescenta que

O foco dos estudos simplesmente mudou: não se dá mais na escala regional e sim na escala local. A atenção se focaliza sobre o lugar e o território.

Falar de regiões é falar de realidades sociais já existentes. Falar de lugares e de territórios é falar da significação do espaço para cada indivíduo e da maneira de construir objetos sociais a partir das experiências pessoais. (2002, p. 23)

Ajustando o foco de categorias de análise nestes tempos de globalização, Milton Santos (1999, p. 15-16) propõe a noção de evento, e diz que talvez esta seja a sua mais importante contribuição pessoal. Isso por ser o evento uma forma de solucionar uma série de problemas de método: permite unir o mundo ao lugar; o futuro e o passado mostram-se como presente e, além de outras possibilidades metodológicas, o evento também possibilita unir as noções de tempo e espaço. Evidentemente é fundamental a periodização, e desconsiderar os momentos fugazes. E entender que a escala de realização dos eventos pode não ser a mesma do comando. Aliás, “Uma coisa é um evento dando-se num lugar e outra é o motor, a causa última desse evento” (SANTOS, 2006, p. 225).

De forma empírica, o evento como categoria de análise já vinha sendo utilizado na escala do lugar em relação a alguns espaços. O universo da cultura, suas práticas e muitos saberes sempre nos exerceu um enorme fascínio, bem antes a seus reconhecimentos oficiais como Pontos de Cultura. Dentre outros, é o caso do Afoxé Alafin Oyó, da Casa Xambá Ilê Axé Oyá Meguê, e do Maracatu Piaba de Ouro. A partir de um determinado período foi possível notar mudanças, não nas manifestações culturais, mas na postura dos seus integrantes, mais particularmente em seus gestores. Havia uma nova força motriz: o Programa Cultura Viva.

Transformada em estudo acadêmico, tendo a cidade de Olinda-PE por espaço de investigação, a pesquisa partiu do pressuposto de que a dinâmica das ações e

manifestações nos Pontos de Cultura demandaria um acompanhamento sistemático, ajustado conforme as necessidades detectadas. Desse modo transcorreram as observações de campo, característica dos estudos qualitativos, na “procura de registrar os fenômenos como e à medida que ocorrem [...] e o pesquisador percebe que o número é satisfatório quando as informações novas vão se tornando cada vez mais raras, até deixarem de ser relevantes”. (DENCKER, 1998, p. 126-127). Ou seja, o decorrer da observação veio a confirmar a necessidade de continuidade da pesquisa qualitativa, porém assistemática.

Até mesmo porque o foco da investigação está em uma avaliação da implantação do Cultura Viva a partir do lugar. E essa avaliação estava diretamente relacionada na disponibilidade dos gestores dos Pontos em focar e dimensionar as questões mais relevantes com as quais lidam. E estes gestores, bem como os gestores públicos, já se apresentavam desmotivados em relação às pesquisas acadêmicas. Por exemplo, certa vez, encontrando um dos responsáveis pela implantação do programa em Pernambuco, e ao informar que tinha os Pontos como objeto de estudo de doutoramento, nos foi dada a seguinte resposta “É você e a torcida do flamengo”. Já em relação a grande parte dos dirigentes dos Pontos, passou a ser comum ouvir algo como “Estamos cansados de receber estudantes, perder horas, e não ver resultados”. Mais adiante alguns desses depoimentos aparecerão com maior clareza.

Mas isso não foi encarado como desestímulo, antes pelo contrário, certa de que nem sempre o objeto da pesquisa avaliativa mede resultados imediatos, mas sim possibilita identificar os problemas com mais clareza e descortinar potencialidades e limitações. Assim, a pesquisa bibliográfica, que já vinha sendo desenvolvida, tornou-se mais acurada, tanto para o melhor entendimento das manifestações culturais, quanto para o levantamento histórico dos Pontos em estudo, bem como para a compreensão e a feitura de uma retrospectiva das políticas culturais anteriores ao Governo Lula. Com base nesse método, sem abrir mão das investigações junto às fontes primárias, os procedimentos foram variados: entrevistas, mídia eletrônica com buscas em *web sites* e trocas de *e-mails*, além de observações de campo fartamente anotadas e documentadas por meio de gravações, filmagens e material fotográfico.

Mas para que o ajuste funcionasse em sua forma plena, também se mostrou essencial a ampliação da metodologia com a inclusão da observação participante, que, segundo Dencker é aquela na qual o pesquisador se incorpora ao grupo ou comunidade, participando das atividades normais destes. Nela o observador enfrenta dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de tanto poder influenciar quanto ser influenciado “por simpatias ou antipatias pessoais”. E acrescenta que, em geral, são subdivididas em: Natural, quando o investigador pertence ao grupo investigado; e Artificial, quando o observador se junta ao grupo com a finalidade de obter informações (2010, p.177).

A observação participante traz consigo uma clássica discussão sobre a proximidade e distanciamento entre pesquisador e grupo pesquisado. Nesse sentido, o antropólogo Gilberto Velho, salienta que o que permite ao pesquisador desenvolver sua pesquisa é o fato dele conseguir, devido à sua própria formação intelectual, transitar por diversos mundos e, ao mesmo tempo, não ser englobado por nenhum. Esse multipertencimento é o que permite com que ele obtenha um "estranhamento crítico diante do próximo" (2003, p.18).

Exemplo de espacialização dos hotéis reservados para os eventos



Foto: Alba Marinho (2009)

Definida a inclusão da observação participante artificial, restava uma dificuldade a ser suplantada: como participar dos eventos nos quais os Pontos se reuniam? Tarefa difícil visto que os encontros em geral eram agendados em hotéis reservados especialmente para os eventos, preferencialmente afastados do centro urbano, resultando em uma

espécie de blindagem, que desfavorecia a dispersão dos participantes, assim como a “intromissão” daqueles que não integravam a rede dos Pontos.

Ciente que em setembro de 2009 Pernambuco sediaria um evento nacional ligado ao Programa Cultura Viva, foi solicitado, via e-mail, orientação para a inscrição na I

Conferência Livre de Comunicação para a Cultura. Apesar da identificação de ser doutoranda da Universidade Federal de Pernambuco, e ter por tese os Pontos de Cultura, a resposta obtida foi a seguinte: “A Conferência Livre está voltada apenas para os Pontos de Cultura [...] não estamos recebendo inscrições externas”. (Vide Apêndice A)

Realizada mais uma tentativa junto a Representação Regional do MinC, e recebida mais uma negativa, ficava evidente que a desejada observação participante tornava-se impraticável. Restava um último recurso: apelar diretamente ao Ministro da Cultura, e-mail enviado na quinta-feira (vide Apêndice B). Na tarde do sábado, via fone, chega o convite para participação no evento, acompanhado de desculpas pelo inconveniente de ligar num final de semana. A partir de então, e até o final da gestão do Ministro Juca Ferreira, a aplicação do método da observação participante estava franqueada. E mostrou-se tão relevante que passou a merecer um espaço especial, o Caindo na Teia, inserido no item 3.3.

Paralelamente, permaneceram utilizadas as técnicas diversificadas de pesquisa, tais como registros de falas, diários de campo, entrevistas, depoimentos, investigações bibliográficas, destacadamente as recentes produções acadêmicas relacionadas ao Programa Cultura Viva, sempre com vistas aos resultados finais de uma pesquisa qualitativa, descritiva e avaliativa em forma de estudo comparativo entre os três Pontos de Cultura: Afoxé Alafin Oyó, da Casa Xambá Ilê Axé Oyá Meguê, e do Maracatu Piaba de Ouro. Para uma melhor compreensão do estudo, maiores detalhamentos dos métodos, bem como dos conceitos utilizados podem ser encontrados ao longo do texto.

2 O ANTES: ALGUNS MATIZES DA HISTÓRIA RECENTE

É fato notório que no contexto das políticas governamentais a área cultural quase sempre esteve relegada a uma posição secundária. Com raras exceções, a cultura tornava-se politicamente relevante nos períodos históricos ditatoriais e de liberdades individuais cerceadas. Contemporaneamente, percebe-se que na democracia brasileira vigente, o setor cultural vem participando mais ativamente, conquistando maior importância e espaço. Um dos fatores que clarificam essa movimentação é a ampliação dos estudos das políticas culturais, que vem se alargando nos últimos anos.

Cabe destacar que durante a idealização do projeto de tese a investigação do Programa Cultura Viva aparentava caráter inédito e, até onde foi pesquisado então, ainda não havia sido objeto de estudos acadêmicos provenientes de qualquer área de conhecimento, tampouco da geografia. Se bem que a política cultural implementada e causadora de alumbramento entre os atores culturais, rapidamente iria tornar-se objeto de estudos acadêmicos. Porém, ainda não motivando os geógrafos, conforme poderá ser visto nas indicações de produção acadêmica que seguem em várias notas de rodapé.¹¹

As reflexões contidas neste estudo correspondem a um esforço de pensar as políticas públicas culturais recentemente assumidas para o Brasil, mais precisamente entre os anos 2003-2012, a partir da sua proposta de dimensão transformadora em seu sentido mais otimista. Entretanto, no que tange aos programas e ações culturais antecedentes deste jovem País, entende ser essencial apresentar uma breve trajetória das políticas culturais, para tal, adota por princípio de reflexão os eixos identificados por Rubim (2007), traduzidos em “três tristes tradições”: ausência, autoritarismo e instabilidade.

¹¹ Estas inclusões se devem ao fato de ser uma produção recente e pouco divulgada.

A ausência que marcou os tempos coloniais de menosprezo e perseguição às culturas indígenas e africanas, os limites à educação, o controle de acesso aos livros, bem como a proibição de instalação de imprensas. Característica que se manteve no Império, pois, as ações culturais pontuais de Dom Pedro II, a rigor, não podem ser efetivamente entendidas como uma “política cultural”.¹² Tradição que se manteve durante os princípios da República.

No contexto internacional o destaque ao patrimônio cultural é fomentado no período que vai de 1914 a 1945, quando as duas guerras mundiais acontecem sob o signo do nacionalismo. Nacionalismo que se buscou superar em 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU); e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

No caso do Brasil as políticas culturais tomaram contornos mais sistemáticos em tempos de autoritarismo. Assim foi no Estado Novo (1927-1945) e na ditadura dos militares (1964-1985), apesar das perseguições, torturas e mortes. Na ditadura Vargas, a gestão Capanema promoveu legislações para a radiodifusão, o cinema, e criou organismos culturais bem conceituados como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto IPHAN. Nesse contexto, Mário de Andrade é encarregado de elaborar anteprojeto de lei visando à preservação do patrimônio nacional, que ele assim conceitua:

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.(1981, p. 37)

Mário de Andrade dava à noção de patrimônio cultural uma ampla abordagem, relacionadas em oito categorias: Arte arqueológica; Arte ameríndia; Arte popular;

¹² Alguns autores, dos quais discordamos, entendem que as políticas culturais foram iniciadas no período do segundo Império. Sobre o tema ver SOUZA, Márcio. **Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: FNC, 2000.

Arte histórica; Arte erudita nacional; Arte erudita estrangeira; Artes aplicadas nacionais; Artes aplicadas estrangeiras. E propunha a equalização entre a arte popular e a erudita. Certamente por pressões políticas, o texto sugerido sofreu alterações, algumas bem profundas conforme se vê nas adjetivações que surgem no no Decreto-lei 25, por exemplo, “fatos memoráveis”, “excepcional valor”.

Apesar das modificações ocorridas no Ministério da Educação, o texto base de Mário de Andrade se transformou no Decreto-lei 25, de 30.11.1937, que organiza o SPHAN. Nesse documento legal, o conceito de patrimônio cultural, fixado com a denominação de "patrimônio histórico e artístico" é apresentado como

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico. (Decreto publicado no Diário Oficial em 11.12.1937)

Durante os anos seguintes, dirigidos por Rodrigo Mello Franco de Andrade, o SPHAN, na chamada "fase heróica", assim conhecida pelos poucos recursos de elemento humano e de verbas, procurou centrar suas atenções no acervo arquitetônico. Aliás, por ter dirigentes arquitetos na maior parte do tempo, tendia-se a entender que "patrimônio histórico e artístico" seria expressão reservada e sinônima para "patrimônio arquitetônico". (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 105)

Nesse viés, assegura Miceli que não foram consideradas “as preferências dos consumidores ou do público usuário potencial dos bens tombados e restaurados”. (1984, p. 364). Ou seja, apesar de mais sistemáticas, as políticas culturais então vigentes faziam uso de uma forte intervenção e tinham por objetivo maior legitimar o regime vigente, além de censurar a iniciativa popular tanto em sua manifestação artística quanto em seu caráter crítico.

O fato é que claramente observava-se o privilégio à cultura monumental, ocidental, branca e católica. Apenas edificações monumentais, igrejas e fortes militares eram objeto de tombamento. Por mais breve que seja o olhar de um estudioso sobre a relação de bens tombados, fica clarificado que as culturas populares, afro-brasileira e indígena praticamente não foram contempladas. Ou pior, muitas vezes foram

reprimidas e silenciadas Raras foram as ações efetivamente voltadas aos interesses das culturas populares ocorridas no período. (RUBIM, 2008).

Entendimento que vai predominar até o final da década de 1970, quando assume o designer pernambucano Aloísio Magalhães. Diz Pellegrini Filho que não é demais enfatizar a atuação produtiva de Aloísio pois “Ele provocou uma evolução conceitual que nos faz compreender patrimônio cultural incluindo não apenas artefatos da elite mas também os de grupos minoritários (indígenas, negros, ciganos e outros) e os estratos populacionais não privilegiados”. (2001, p. 106). Mas para a ampliação do significado real e da abrangência de bens culturais proposto por Aloísio foram necessários cerca de quarenta anos. Isso porque vivia-se os anos do regime ditatorial iniciado em 1964.

Em relação à cultura, a ditadura militar fez uso de toda uma infraestrutura sócio-tecnológica imprescindível à cultura midiaticizada, mantida sob o seu rígido controle. Assim, provocou uma “mutação brutal na configuração da cultura do Brasil com todo o conjunto complexo de problemas que isto suscita” (MICELI, 1984, p. 79). Entretanto, é nesse contexto, mais precisamente em 1975, que é esboçado o primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC), lançado em janeiro de 1976. O PNC pretendia viabilizar a organização de um sistema capaz de coordenar a ação dos vários organismos culturais, valorizando a produção cultural nacional.

A década de 70 do século passado traria ainda a consolidação de algumas instituições, bem como o fortalecimento de determinadas linhas de ação governamental no campo da cultura. Nesse momento é criada a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE) como um dos órgãos executores das diretrizes políticas do governo, fomentando a discussão entre grupos: uns apoiavam a criação de um Ministério da Cultura, já outros defendiam uma melhor estruturação da secretaria dentro do próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC). Apenas em 1985 seria criado o Ministério da Cultura, mas como sempre as verbas ficaram majoritariamente para a educação. (CALABRE, 2005)

Revisitando algumas ações estabelecidas nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar, delineava-se perspectivas bem diferentes. Os primeiros anos da

década de 60 do século XX chegavam prenhe de sinais de mudanças profundas, tanto na prática política quanto nas práticas culturais. O Brasil passava a ter a sua nova capital, Brasília, um arrojado sonho edificado no coração do Planalto Central. A recém-criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) tinha sua sede na capital pernambucana, o Recife abrigava a esperança de solução para os problemas que condenavam o Nordeste ao subdesenvolvimento.

Nas questões culturais, consolidava-se o uso do rádio, enquanto a televisão principiava a invadir os lares e modificar o cotidiano e criar novas relações de consumo. Inúmeros eram os projetos e os esforços para um novo tempo e uma nova cultura: o cinema era “novo”¹³, a música era uma “bossa nova”. Isso ainda na ressaca das comemorações da copa de 1958, quando a Seleção Brasileira enfim obteve o título de campeã mundial, e se viu Pelé e Garrincha despontarem como grandes craques, e o Brasil principiar a ser o “País do Futebol”.

Em relação às políticas públicas, atores sociais exerciam seus papéis de cidadãos preenchendo lacunas do poder público. Exemplar é o caso do Movimento de Cultura Popular (MCP), acontecido no Recife, capital do Estado de Pernambuco. Miguel Arraes no comando da prefeitura, o Recife teve criado em 1960 o MCP. Instituição sem fins lucrativos, o MCP tinha a sua sede no Sítio da Trindade, antigo Arraial do Bom Jesus, situado no bairro de Casa Amarela. Mas a sua atuação era pulverizada por diversos bairros.

Esse movimento social cultural urbano recebeu diversas influências, principalmente de obras e autores franceses. Letícia Barbosa (2010, p. 67) diz que o próprio nome foi herdado do movimento francês *Peuple et Culture*, Povo e Cultura, ou seja, cultura acessível a todos. Formado por estudantes universitários, artistas e intelectuais,

¹³ Cinema Novo - Na década de 1950 a produção cinematográfica brasileira enfrentava diversos entraves que comprometiam sua qualidade técnica, incipiente em relação ao cinema norte-americano. Em 1952, durante o I Congresso Paulista de Cinema Brasileiro, ficou definido o distanciamento do modelo norte-americano, e uma aproximação ao neorealismo italiano e a “nouvelle vague” francesa. “Uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”, essa passou a ser a motivação de uma nova geração de cineastas que propunham mostrar a realidade nacional, apesar dos poucos recursos técnicos e financeiros.

tinha por objetivo maior promover uma ação comunitária de educação, para crianças, jovens e particularmente adultos, a partir de perspectivas plurais, enfatizando a cultura popular, como forma de conscientizar política e socialmente os trabalhadores, preparando-os para uma efetiva atuação cidadã na vida política.

Em discurso pronunciado por Germano Coelho em 1962, durante o lançamento da Cartilha do MCP, um dos idealizadores do movimento, professor e ex-prefeito da cidade de Olinda, encontra-se dados alarmantes, associados a um justo orgulho de militante: “O Movimento de Cultura Popular nasceu da miséria do povo do Recife. De suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama dos morros e alagados, onde crescem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome.” [...] Esclarece, porém que essa situação não atinge apenas o Recife com 80.000 crianças de 7 a 14 anos de idade sem escola e milhares de adultos analfabetos. [...] É um drama do Brasil, com 6 milhões [...] Drama do mundo, “em pleno século XX, com mais de um bilhão de homens e mulheres e crianças incapazes sequer de ler, escrever e contar”. O MCP é apresentado como uma resposta coletiva, do prefeito Miguel Arraes, dos vereadores, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria. “Resposta que se dinamiza sob a forma de um Movimento que inicia, no Nordeste, uma experiência nova de Universidade Popular”. (GODOY e COELHO, 1986, *apud* BARBOSA, 2010, p. 15)

Apesar do título um tanto pomposo de Universidade Popular, o MCP tinha uma estrutura organizacional bem simples, era dividido em três departamentos: o de Formação da Cultura (DFC), o de Documentação e Informação (DDI), e o de Difusão da Cultura (DDC). Desses o mais atuante foi o Departamento de Formação da Cultura, cabendo-lhe de acordo com o Estatuto (art. 15): 1- interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular; 2 - criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular; 3 – formar pessoal habilitado a transmitir a cultura ao povo. Era composto pelas divisões: Pesquisa, sob a responsabilidade de Paulo Freire; Ensino; Artes Plásticas e Artesanato, que tinha por diretor Abelardo da Hora; Música, Dança e Canto; Cinema; Rádio, Televisão e Imprensa; Teatro; Cultura Brasileira; Bem Estar Coletivo; Saúde; e Esportes, que funcionavam através de programas e projetos especiais. (BORBA, 2006)

Em virtude da proximidade das eleições para o Governo de Pernambuco, o MCP foi alvo de intensa pressão política, fato que em grande parte se justifica pelo seu crescimento. Ainda segundo Borba (2006), ao final do ano de 1962 o MCP já contava com quase 20.000 alunos divididos em mais de seiscentas turmas, distribuídos entre duzentas escolas isoladas e grupos escolares; uma rede de escolas radiofônicas; um centro de artes plásticas e artesanato, com cursos de cerâmica, tapeçaria, tecelagem, cestaria, gravura e escultura; mais de 450 professores e 174 monitores de ensino fundamental, supletivo e educação artística; uma escola para motoristas-mecânicos; cinco praças de cultura, com bibliotecas, cinema, teatro, música, tele-clubes, orientação pedagógica, recreação e educação física; o Centro de Cultura Dona Olegarina, no Poço da Panela, que, em parceria com a Paróquia de Casa Forte, oferecia cursos de corte e costura, alfabetização e educação de base; círculos de cultura; uma galeria de arte, a Galeria de Arte do Recife); E um grupo teatral, que já havia encenado diversas peças.

Toda essa agitação cultural alcançou repercussão nacional e veio a servir de modelo a movimentos culturais criados em outros estados brasileiros, sob a denominação de Centro Popular de Cultura (CPC). Em Pernambuco, além dos intelectuais, artistas e voluntários já citados, o MCP envolvia nomes como Paulo Freire, Francisco Brennand, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, e Luiz Mendonça. A sua sustentabilidade era apoiada por instituições políticas de esquerda como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outras.

Com o golpe militar de 1964 o Movimento de Cultura Popular do Recife foi extinto sob violenta repressão. No gramado do Sítio da Trindade, edificação sede do movimento, avistava-se dois tanques de guerra estacionados e preparados para o ataque. (SILVA, 2006). Tudo foi eliminado, toda a documentação do movimento queimada, obras de arte completamente destruídas, e os profissionais envolvidos com o movimento foram perseguidos e afastados de seus cargos, alguns exilados. Sobre o MCP, depõe o escritor e atual secretário da Secretaria de Assessoria ao Governador, Ariano Suassuna:

Nós temos ainda muita coisa a aprender com o MCP, inclusive corrigindo a injustiça que os meios de comunicação praticam dando

uma cobertura enorme aos CPC [...] enquanto que o MCP foi o primeiro movimento que inspirou os CPC e vivem relegados a um desconhecimento injusto. Inspirados na atuação do MCP, os CPC da UNE atuaram pelos menos em doze Estados, estimularam a produção de filmes, peças e debates. (SUASSUNA, *apud* BARBOSA, 2010, p. 248)

Assim, amordaçava-se mais que um movimento cultural, um efetivo esforço de implantação de uma política modelo, seja do ponto de vista educacional ou cultural. Repressão que atingiu todo e qualquer tipo de expressão denunciadora das injustiças sociais. Coibição sem limites, abrangendo a populares, artistas, intelectuais. Intervenção nas universidades e nas escolas em geral, cujos danos deixaram marcas que repercutem até os dias atuais.

Nesse cenário de cerceamento democrático, a imagem do Brasil passa a ser uma preocupação: como ocultar a crise da sociedade atingida em todos seus setores, repercutindo no cotidiano, nos direitos dos cidadãos, nas manifestações coletivas fossem elas culturais ou políticas? Como camuflar a violência, além de calar as críticas internacionais? Nessa expectativa de divulgar a imagem do Brasil em conformidade com os interesses do Estado, associada à entrada de divisas através dos turistas estrangeiros, o governo militar procurou implementar uma política no sentido de ordenar e promover a atividade turística.

Em 18 de novembro de 1966 foi criada a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), principal órgão responsável pela definição e estruturação de uma política nacional para o turismo, em seu documento explícito. Implicitamente, a EMBRATUR era um instrumento da “contra-propaganda”, voltada a amenizar a fama de País governado à base de uma ditadura, por meio da divulgação das suas belezas naturais, associada a imagens das delícias do carnaval, e da mulher brasileira e seus atributos estéticos, estimulando problemas sociais que ainda repercutem na atualidade.

Primeiro presidente da EMBRATUR o carioca Joaquim Xavier da Silveira, de longa administração, passou pelos governos de Humberto Castelo Branco (15/04/1964 a 15/03/1967), Costa e Silva (15/03/1967 a 31/08/1969) e pela junta militar, que durou

dois meses, e parte do governo de Emilio G. Médici (30/10/1969 a 15/03/1974). Foi em sua gestão que a atividade foi classificada como indústria:

Por isso, hoje pode-se afirmar que o turismo como indústria, como atividade econômica, já oferece resultados no contexto da economia nacional, mercados de trabalho, e apresentando índices de crescimento que permitem prever sua consagração a médio prazo, como importante indústria do país. (DA SILVEIRA, s/d, p. 17-18).

Categorização com a qual discordamos, por não entender o turismo como indústria, mas sim como um conjunto de serviços, atrativos e equipamentos para atender as necessidades daqueles que fazem turismo, ou seja, dos turistas. Mas o fato é que a partir dessa classificação vieram as variantes “indústria da paz”, “indústria sem chaminés”, dentre outras. E os Estados brasileiros, sobretudo os litorâneos, começaram a organizar uma estrutura local voltada ao desenvolvimento do turismo com a criação de secretarias, departamentos e empresas estaduais de turismo. Nesse contexto, surgiu a Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR), em 1967. Em Pernambuco, no campo do turismo profissional e acadêmico o primeiro curso de graduação surgiu no ano de 1975, na Universidade Católica de Pernambuco. (MARINHO, 2004).

Ainda sob o regime militar, o Recife mais uma vez ousa destacar a cultura popular com o Movimento Armorial¹⁴. Seu criador, Ariano Suassuna diz que o Movimento “teve e tem como objetivo principal a criação de uma arte brasileira erudita baseada na raiz popular da nossa cultura” (2002, p. 19-20). Suassuna destaca várias gerações de armoriais. Na primeira, além dele próprio, inclui o compositor Capiba, o maestro Guerra Peixe, e o pintor e gravurista Gilvan Samico.

Depois vieram os músicos Clóvis Pereira, Jarbas Maciel, Arnaldo Barbosa, Antônio Madureira e Antônio Carlos Nóbrega. Esta é a fase da formação do Quinteto Armorial. A chamada terceira geração armorial tem destaque nos artistas plástico Romero de Andrade Lima e Dantas Suassuna, dentre outros. Na área da dança ressalta Maria Paula Costa Rego e seu grupo Balé Grial, que Ariano diz estar

¹⁴ Ver SUSSUNA, Ariano. NEWTON JÚNIOR, Carlos (Org), **ALMANAQUE ARMORIAL**. São Paulo: José Olympio; 2008.

“fazendo um belíssimo trabalho”¹⁵. Ainda se inclui nesse terceiro momento a criação do Teatro Arraial, uma homenagem ao Arraial de Canudos, inserido nas instalações da Secretaria Estadual de Cultura, na Rua da Aurora, às margens do Rio Capibaribe; e o Espaço Ilumiara Zumbi, voltado às apresentações de grupos populares, situado na Cidade Tabajara, Olinda, bem em frente à sede do Maracatu Piaba de Ouro e da residência do Mestre Salustiano.

A inauguração do Ilumiara Zumbi se deu em 11 de julho de 1997, já na gestão de Francisco Correia Weffort, contando com a presença do Ministro, do Governador Miguel Arraes e do Secretário Estadual da Cultura, Ariano Suassuna, criador do projeto. O Ministro destacou ser a ideia das mais simples e, ao mesmo tempo, das mais inteligentes, "criando espaços onde a cultura se concentra na própria comunidade. Ariano já me apresentou dois ou três projetos semelhantes para o interior do estado" (Diário de Pernambuco, 12.07.1997). Espaço aberto e assemelhado a um teatro de arena, o Ilumiara Zumbi é contornado por painéis em pedra calcária, com murais afro-brasileiros que se reportam a entidades como Ogum, Oxum, Xangô e Iansã. Lamentavelmente, dentre os Ilumiara previstos, este foi o único finalizado na gestão de Suassuna.



Ilumiara Zumbi
Foto: Alba Marinho (2009)

¹⁵ Apesar de questionável no nosso entender, visto que o Balé Grial não apenas participa de oficinas para aprendizagem dos folguedos, mas contrata os melhores folgazões para suas apresentações no Brasil e no exterior, deixando os grupos tradicionais sem seus melhores brincantes.

Redemocratizado, o Brasil promulga a Constituição Federal de 1988 que prevê em seu artigo 215 que o Estado garantirá “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” e dará apoio “a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Ou seja, a cultura no Brasil é um compromisso do Estado. Contudo, estudiosos como Chauí (2000), Coutinho (2000), Rubim (2008), dentre outros, entendem que a relação entre autoritarismo e cultura não se restringe aos governos de regimes ditatoriais e suas políticas culturais. Vai além, impregna diferentes períodos e segmentos da sociedade brasileira, sobretudo em virtude da sua formação histórica, elitista e estimuladora da desigual social.

Ainda concordando com Rubim (2008) a auto-intitulada Nova República, no período imediato pós-ditadura militar, apenas estabelece uma nova modalidade de *ausência*: A Lei Sarney bem como as sucessivas leis de incentivo à cultura, fazendo uso da isenção fiscal, colocaram o poder de decisão cultural do Estado nas mãos da iniciativa privada. Prática que teria seu ápice no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002).

Para Teixeira Coelho (1986, p. 9), em 1984, durante os longos meses antecedentes a “dita Nova República”, diz-se que o Brasil teria sido tomado sobre a questão cultural. O que o autor entende como exagero, pois, em verdade, o debate estava restrito a uma “diminuta parcela de sua população com condições de interessar-se pela cultura e que participou do jogo de opiniões”. Muito pelo contrário, as vozes que tinha vez e espaço eram aquelas que repetiam mais ou menos os mesmos discursos há vinte anos, desconsiderado o acontecido neste período. Muito se falou em “direito à cultura”, “incentivo à cultura”, “cultura popular”, “cultura nacional”, porém não se discutia seus conceitos, tampouco como efetivá-los.

Permanecia a triste tradição da instabilidade de que trata Rubim (2008). O autor vê no IPHAN uma das poucas instituições culturais a conseguir burlar esta triste sorte. As demais instituições comumente padeciam de instabilidade institucional sob diversos fatores: “fragilidade; ausência de políticas mais permanentes; descontinuidades administrativas”. Entre a criação do Ministério da Cultura em 1985, desmantelado e transformado pelo ex-presidente Fernando Collor em secretaria no ano de 1990, novamente recriado como Ministério na gestão presidencial de Itamar

Franco, o fato é que entre 1985-1994 o órgão nacional responsável pela cultura teve nada menos que dez dirigentes! Fato que demonstra não apenas a instabilidade, mas o descaso com a cultura e suas políticas.

A estabilidade de governo que viria em seguida não chegou efetivamente a enfrentar os mais graves problemas da política cultural no país. Fernando Henrique Cardoso e seu ministro Francisco Correia Weffort (1995-2002) “aperfeiçoaram” as chamadas leis de incentivo à cultura, implementando os chamados “mecanismos de estabilidade”. Por exemplo, a Lei Rouanet, criada e aprovada em 1991, portanto ainda no governo de Fernando Collor de Melo, apenas passou a vigorar no ano de 1995¹⁶, após novas regulamentações que agilizavam a sua aplicação. Foi instituído o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), e neste inserido o Fundo Nacional de Cultura (FNC) com a finalidade de financiar 80% dos projetos previamente aprovados pelo Ministério, fossem eles apresentados por entidades públicas ou privadas.

Já em seu discurso de posse o ministro Weffort enfatizou que o caminho da cultura estava no mercado. Ressaltava para o mercado ser a “cultura um bom negócio”. Decerto para o mercado, visto caber a este decidir os rumos da produção cultural do País. Na prática, significa que os recursos da renúncia fiscal, portanto dinheiro público, frequentemente patrocinem projetos com forte apelo comercial, ou seja, os que permitam que a empresa “patrocinadora” os utilize como *marketing* cultural.

Naquele mesmo período de criação da Lei Rouanet, princípios dos anos 90, tomava forma no Recife o Mangue Beat, movimento musical que dizia buscar tirar a *Manguetown* do marasmo cultural. Mas o fato é que essas propostas não poderiam ser enquadradas no refrão das políticas culturais vigentes que diziam, e ainda que implicitamente dizem, ser a “cultura um bom negócio”. Apesar de dar uma estética pop à cultura popular tradicional, e ser considerado por grande parcela da crítica

¹⁶ Decreto nº 1.494, de 17.05.95 que regulamentou a Lei nº 8.313., de 23.12.1991, e estabeleceu a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio a Cultura – PRONAC, e deu outras providências.

nacional, e mesmo internacional, como a manifestação mais contestadora, inovadora e relevante da década.

Concebido inicialmente pelos músicos Fred Zero Quatro e Francisco de Assis Viana, o Chico Science, além do jornalista Renato L., o *Manguebeat*, ou *Manguebit*, quando associado ao byte computacional, ultrapassou os limites da música, tornando-se uma influência artística para as mais variadas manifestações culturais. Inspirados na obra do geógrafo Josué de Castro (1908-1973), os “*caranguejos com cérebro*” tinha uma fome maior de ampliações estéticas.¹⁷

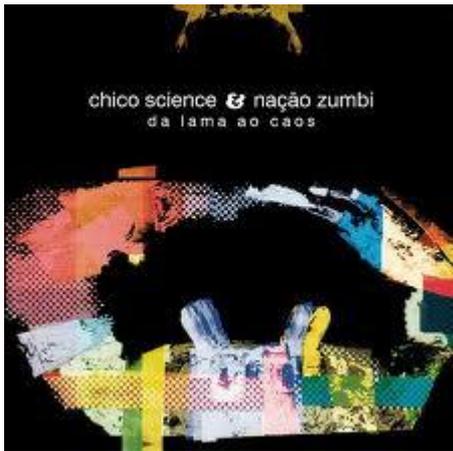
Rapidamente o movimento ganhou os espaços da *Manguetown*, músicos, cineastas, acadêmicos, escritores, estilistas e artistas das mais diversas artes passaram a integrar este universo. Universo em expansão que inseria ícones da cultura popular, bem como jovens de todas as classes sociais do Estado a expressar suas ideias, principalmente por meio da música. Nas regiões menos favorecidas da Região Metropolitana do Recife, dezenas de jovens trocam o caminho da marginalidade pelo instigante e desafiador mundo da arte. Ao invés de armas e drogas, guitarras e tambores nas mãos.

Em 1994 foram lançados os discos *da Lama ao Caos* de Chico Science & Nação Zumbi (selo Chaos/Sony Music), e *Samba Esquema Noise*, do MLS/A (selo Banguela).

¹⁷ Ver: MENDONÇA, Luciana. Do mangue para o mundo: o local e o global na produção e recepção da música popular brasileira. Tese de doutorado em Ciências Sociais, SP: UNICAMP, 2004.

TELES, J. Do Frevo ao Manguebeat. Editora 34, São Paulo, 2000.

BARBOSA, David. PONTES IMAGINÁRIAS SOB O CÉU DA *MANGUETOWN*: Influências do Mangue Beat sobre as políticas públicas no entorno do Rio Capibaribe – Uma análise do Circuito da Poesia e do Carnaval Multicultural. Monografia de Bacharelado em Geografia, Recife: UFPE, 2011.



Capa do disco: da lama aos caos



Capa do disco: Samba Esquema Noise

Com a inesperada morte de Chico Science em um acidente de carro, na semana pré-carnavalesca de 1997, a Nação Zumbi deu uma parada, retornando com Jorge Du Peixe como vocalista. O guitarrista Lúcio Maia vê o mangue beat como um gancho para o movimento sair do Recife, ampliar fronteiras e extrapolar a área musical, chegando as artes plásticas e ao cinema. Em entrevista ao site cliquemusic.uol¹⁸, observa que:

Hoje é muito fácil encontrar em Recife ensaios de blocos de maracatu. Há 10, 15 anos, era uma cena mais restrita ao Carnaval. O Brasil é conduzido pelos meios de massa, então é muito difícil furar o bloqueio. Essa movimentação cultural fez com que as pessoas sobrevivessem, porque Recife começou a consumir. Agora, vemos playboys indo à sambadas de maracatu. Esse quadro se estendeu à política, os governantes atuais enxergam mais seriamente a questão cultural.

A afirmativa de Lúcio Maia continua válida. Passada quase duas décadas, o mangue beat permanece influenciando novas gerações de roqueiros, brincantes e apreciadores da cultura popular. E não é raro ouvir depoimentos como o de Daniel Nunes.

¹⁸ Barbosa, Marco Antonio e Loureiro, Mônica. Os dez anos dos grandes marcos do mangue beat. 2004, disponível em <http://cliquemusic.uol.com.br/materias/ver/os-dez-anos-dos-grandes-marcos-do-mangue-beat>

Mestre e dirigente do Pernambucoar-te, Daniel nos conta que o grupo de percussão nasceu do desejo de amigos em reverenciar os Maracatus Nação¹⁹ e, ao mesmo tempo, agregar pessoas e ampliar a rede de amigos, com vistas a também promover ações filantrópicas, credita ao Movimento Mangue, ainda que indiretamente, a criação do grupo:

Não tem como não relacionar e creditar a sua difusão [do Maracatu] sem preconceitos e o número crescente de adeptos ao movimento mangue. Antes quase não se ouvia falar, quando se via ou escutava era com grande preconceito devido a ligação religiosa que o ritmo tem. Era observado também o esquecimento das próprias Nações de Maracatu para consigo mesmo, a diminuição dos integrantes e sua importância histórica e cultural. Através do movimento mangue pode-se conhecer o outro lado do maracatu, e daí se parte a busca pelo ritmo, conhecimento dos seus costumes e sua difusão hoje. (Entrevista concedida em 25/09/2012)



Grupo reunido no adro da Basílica e Mosteiro de São Bento, em Olinda
Foto: acervo Pernambucoar-te

¹⁹ Daniel Nunes esclarece: Nação de Maracatu ou Maracatu Nação é diferente de Grupos de Maracatu; A Nação de Maracatu é ligada e segue os costumes do Candomblé entre outras coisas, já os Grupos de Maracatu são grupos de percussão que tocam o ritmo de maracatu e se auto-intitulam de maracatu, equivocadamente.

O Grupo foi fundado em 26 de outubro de 2008, porém suas exposições públicas só começaram de fato no final de 2009. Diversas apresentações foram realizadas até o momento, no entanto, o objetivo maior são as participações no carnaval. Para tanto, os ensaios ocorrem regularmente no Recife Antigo, na Rua dos Arrecifes, próximo ao estacionamento do Paço Alfândega, todos os domingos a partir das 16h30min.

Aliás, a interação estética entre a tradição do maracatu e do coco unidos aos elementos da música eletrônica, mais largamente difundida por Chico Science e a Nação Zumbi, não raro são levantadas em debates calorosos em rodas de integrantes de Pontos de Cultura. Em meio às polêmicas levantadas está o limite entre a transgressão e a preservação da tradição cultural. Mas o fato é que jamais se vivenciou tempos como o atual, em que um significativo número de crianças, jovens e adultos busca participar das manifestações culturais tradicionais.



Pedro Salustiano – Casa da Rabeca
Foto: Alba Marinho, 2008



Pedro Salustiano ao centro, sambada de Cavalo Marinho. Foto: Lmerck, 2011

A mesma influência, embora em menor dimensão, pode-se dizer do Movimento Armorial. Caso exemplar está na trajetória de Pedro Salustiano, filho do Mestre Salustiano, nascido e criado dentro das tradições populares, desde tenra idade vem se dedicando aos folguedos do Cavalo Marinho, e do Maracatu Rural. Vindo a integrar o já citado Grupo Grial de Dança, associou seu aprendizado em uma semi-hibridização. Dessa forma, Pedro Salustiano participou como ator e deu aulas de Cavalo Marinho para o elenco da mini-série da Globo “A Pedra do Reino”, inspirada na obra armorial de Ariano Suassuna. Mas continua sendo possível admirá-lo em uma tradicional sambada de Maracatu ou de Cavalo Marinho.

Retomando a reflexão das políticas culturais, é curioso observar que o Abril Pro Rock, festival mais antigo e tradicional no circuito do pop e rock, que tem entre seus principais objetivos promover um intercâmbio entre a música produzida em Pernambuco e, no sentido inverso, trazer nomes da música pop nacional e internacional, apenas tenha passado a ter patrocínio da Petrobrás a partir de 2006. Isto 9 anos após a morte de Chico Science, e apesar do Movimento Mangue já ter reconhecimento nacional e internacional, e ser uma presença praticamente constante no festival desde seus princípios.

O que vem a reconfirmar o explanado anteriormente: na medida em que repassava, e ainda repassa, para a iniciativa privada a decisão sobre os rumos da produção cultural no Brasil, o governo federal diminui os investimentos públicos na área da cultura. Calabre (2005) chega a afirmar que “o governo não elaborou propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura”. Ou seja, essa (des)organização no campo cultural reforça o apoio à cultura não como manifestação de saberes e fazeres de um povo, mas inserido na lógica de um *marketing cultural* ancorado no maior retorno à empresa “investidora”. Ainda mais contundente diz Sarkovas (2003):

em 8 anos de governo, FHC não formulou nem implementou nenhuma política cultural. Ou seja, faltou o principal: uma visão estratégica do papel do Estado no campo cultural de uma sociedade inserida no mundo globalizado, traduzida em planos de ações gerais e específicos para os diversos segmentos culturais, populacionais, geográficos etc.

O próprio ex- ministro Weffort admite que sua maior preocupação estava em manter a estabilidade institucional do MinC, consolidar as leis de incentivo fiscal, destacadamente a Lei Rouanet. E esclarece:

As políticas culturais predominantes na minha gestão foram o FNC [Fundo Nacional de Cultura] e o incentivo fiscal. É como se você tivesse duas mãos: uma era o dinheiro que você podia conseguir pelo FNC e a outra era o dinheiro que você podia conseguir por incentivo fiscal, não sobrava dinheiro em lugar nenhum. (SILVA, MIDDLEJ, 2011:91)

Assim o patrocínio cultural tornou-se uma das estratégias mais eficazes de comunicação que as empresas têm lançado mão para atingir seus objetivos tanto institucionais quanto promocionais e, concomitantemente, de relacionamento com seu público alvo. O que movimenta boa parte do mercado artístico, porém apenas aquelas artes consideradas de elite, massificadas ou globalizadas, raramente atingindo as chamadas manifestações populares mais tradicionais. Permanecia, portanto, um dos principais problemas a ser enfrentado: o da real institucionalização da área da cultura no conjunto das políticas públicas.

3 O “PARECE QUE FOI ONTEM” LULA (2003-2010)

Nesse capítulo, que tem por recorte temporal o governo Lula (2003-2010), após uma rápida revisão dos antecedentes das políticas públicas culturais no Brasil, é possível retomar a proposta de pensar a cultura a partir da sua dimensão transformadora. Transformação que a nosso ver tem seus inícios em 2003, quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva nomeia o artista Gilberto Gil como Ministro da Cultura e aprova a reestruturação do MinC, por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto. A partir de então, o artista/ministro famoso por suas qualidades retóricas surpreende: parte para a ação e convoca a participação do brasileiro no enfrentamento aos tradicionais desafios.

O Ministro diz que o Programa Cultura Viva não pretende “dar o peixe”, ou “ensinar a pescar”, mas potencializar cada ação. Ações culturais já antigas e atuantes, sobretudo, nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras. Mas tão fortes que por maior que seja a miséria, o descaso ou violência, nada as silenciam, pelo contrário, crescem, consolidam-se e interagem com outras manifestações, numa influência direta com a cultura da esfera midiática e nacional. Esclarece que será feito um “*do-in* antropológico, um massageamento de pontos vitais da nação”, para que a ação se mantenha em equilíbrio. (BRASIL, 2004, p. 8 e 16).

É perceptível que a cultura passa a receber um tratamento diferenciado, assim como o MinC passa a empreender políticas culturais mais integradas com diversos outros setores do governo, tais como Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia e tantos outros. Este empenho já foi clarificado no discurso de posse do Ministro, da mesma forma em que deixa evidente a sua abrangente percepção da cultura enquanto agente transformador e inclusivo no viver contemporâneo: “Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e

tecnologias de ponta.” (GIL, 2003). Tecnologias que seriam estimuladas durante toda a sua gestão.

Também de múltiplas facetas, os Pontos de Cultura eram selecionados, via edital público, entre os espaços já atuantes em manifestações da cultura popular. Presentes nas cinco regiões do Brasil, os Pontos de Cultura contemplavam as mais variadas formas de agrupamentos sociais culturais: jovens, mulheres, indígenas, comunidades camponesas e sem terra, comunidades afro-brasileiras e quilombolas, populações de comunidades tradicionais: ribeirinhas e povos das florestas. E suas mais diversas formas de expressão: teatro, dança, artes, audiovisual, música, circo e manifestações da cultura popular: mamulengo, *hip-hop*²⁰, capoeira, maracatu²¹, afoxé, congada²², folia de Reis²³, bumba-meu-boi, dentre outras práticas, associadas a equipamentos culturais: cineclubismo, multimídia, mercados alternativos, centros de empreendedorismo, museus, bibliotecas, rádios, centros culturais, espaços culturais, e ainda: preservação do patrimônio histórico, núcleos de memória e centros de cultura digital (SILVA, 2007).

Empolgação que também podia ser percebida nas falas do então Ministro Gilberto Gil ao considerar que a produção cultural brasileira, bem como tudo o que ela “representa e expressa, forma o grande patrimônio do país [...] Ela tem um valor incalculável, do qual pouco aproveitamos”, destacando ainda a eficiência dos projetos na inclusão social quando incorporados a dimensão cultural, a exemplo do

²⁰ Cultura artística que teve seus princípios na década de 1970 nas áreas centrais de comunidades jamaicanas, latinas e afro-americanas da cidade de Nova Iorque. Afrika Bambaataa, pseudônimo de Kevin Donovan (nascido no Bronx, Nova York, em 1957) é reconhecido como o criador oficial do movimento. A cultura hip hop é expressada pelos seguintes manifestações: o rap, a *breakdance* e o grafite. Outros elementos foram incluídos: a moda e as gírias. (ver: hiphopfunkclubdancestyles.blogspot.com.br/)

²¹ Música e dança afro-brasileira. Música com instrumentos de percussão, destacando-se as alfaias (tambores de grande dimensão), acompanhando um cortejo formado por rei, rainha e toda a sua corte e vassallos.

²² Dança dramática em que os figurantes representam, entre cantos e danças, a coroação de um rei do Congo.

²³ Dança dramática popular com que se festeja a véspera e o dia de Reis, 6 de janeiro.

Afro Reggae²⁴, o Nós do Morro²⁵ [...] ou mesmo os Pontos de Cultura em processo pelo Brasil. Afirmado que:

São mais eficientes que os demais. Está provado também que a cultura qualifica as relações sociais e reduz os focos de tensão e violência, elevando a auto-estima e o sentido de pertencimento a uma comunidade, a uma cidade, ao próprio país (GIL, 2004).

Observe-se que nas falas do Ministro Gilberto Gil, bem como nas colocações de Célio Turino, predominam uma expectativa, mais, uma crença no poder transformador da cultura, uma não resignação do homem comum com capacidade de promover mudanças mais profundas que as políticas sociais oficialmente adotadas pelos Governos. Mudanças que são criadas e recriadas no viver cotidiano.

Ajustando-se a política do Governo Federal, denominada de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Cultura Viva é redimensionado e descentralizado, ocorrendo a sua estadualização²⁶: o Mais Cultura. Assim, estados, e alguns municípios, passaram a publicar os editais relacionados ao Programa, sempre em parceria com o MinC. A mais ampla divulgação do Mais Cultura se deu em 09 de novembro de 2007, quando Gilberto Gil fez pronunciamento em Rede Nacional de Televisão.

²⁴ O AfroReggae é uma organização que luta pela transformação social e, através da cultura e da arte, da inclusão social e empregabilidade, desperta potencialidades que elevam a auto-estima de jovens das camadas populares atuando desde 1992, na cidade do Rio de Janeiro. No dia 20 de julho 1993, o Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) foi legalizado e passou a existir juridicamente. Com diversas atuações no exterior, possui núcleos nas comunidades de Vigário Geral, Parada de Lucas, Nova Iguaçu, Complexo do Alemão, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho e Vila Cruzeiro. (ver: www.afroreggae.org/)

²⁵ O Nós do Morro foi fundado em 1986 no Morro do Vidigal, tendo objetivo principal criar condições de acesso à arte e à cultura para crianças, jovens e adultos do Morro do Vidigal, Rio de Janeiro. consolidado, ampliou sua atuação para residentes de outras comunidades, oferecendo cursos nas áreas de teatro e cinema, tanto para formação de atores quanto para técnicos. (Ver: www.nosdomorro.com.br/)

²⁶ Ver Rocha, Sophia Cardoso. Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 20.11.2011.

Nele o ministro ratificou se tratar de um programa sem precedentes, e que tinha a cultura como prioridade para o desenvolvimento do Brasil. País que apresenta uma dura realidade: 90% dos municípios não possuíam qualquer tipo de equipamento cultural, e não mais que 10% dos seus cidadãos tinham acesso ao cinema. Como enfrentamento o Programa Mais Cultura fundamentou-se em três dimensões:

A primeira é a garantia do acesso. Ter acesso aos serviços culturais, à produção cultural brasileira e às condições para a livre manifestação;

A segunda dimensão do programa é permitir que as atividades culturais possam contribuir para melhorar o ambiente social e a qualidade de vida do brasileiro;

Já a terceira dimensão do Programa trata da vertente econômica da cultura, que é o setor que mais gera emprego e renda no mundo. A cultura hoje responde pela circulação de cerca de um trilhão de dólares no mundo. É, portanto, central para o desenvolvimento do país e das cidades brasileiras.

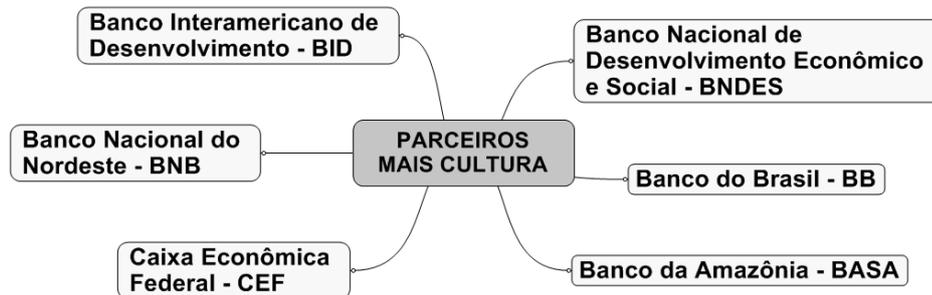
O pronunciamento ainda deu destaque ao apoio de parceiros públicos e privados, instituições financeiras, e propostas de parcerias transversais em sintonia com os demais ministérios.

PARCEIROS DO PROGRAMA MAIS CULTURA



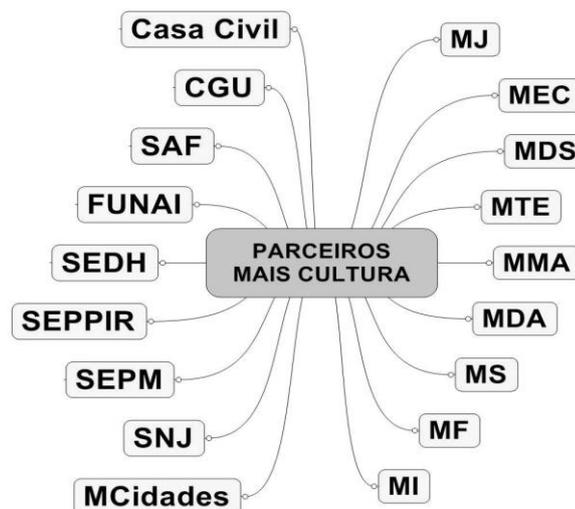
Fonte: MinC, 2009

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARCEIRAS DO MAIS CULTURA



Fonte: MinC, 2009

PROPOSTAS DE PARCERIAS DO MAIS CULTURA



Fonte: MinC, 2009

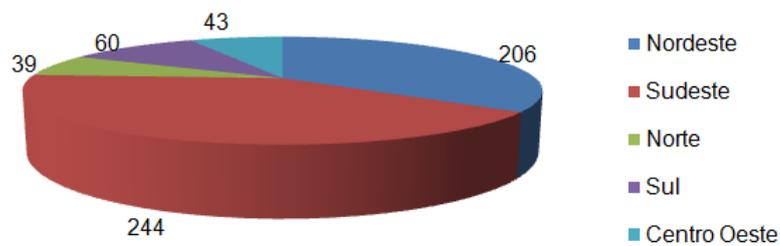
Observe-se que na composição acima não há previsão de parceria com o MTur e o MRE – relações exteriores. Se bem que desde seus discursos iniciais como ministro, Gilberto Gil (2003c) já ressaltasse a relevância da construção das articulações transversais.

Tenho para mim que a política cultural deve permear todo o Governo, como uma espécie de argamassa de nosso novo projeto nacional. Desse modo, teremos de atuar transversalmente, em sintonia e em sincronia com os demais ministérios.

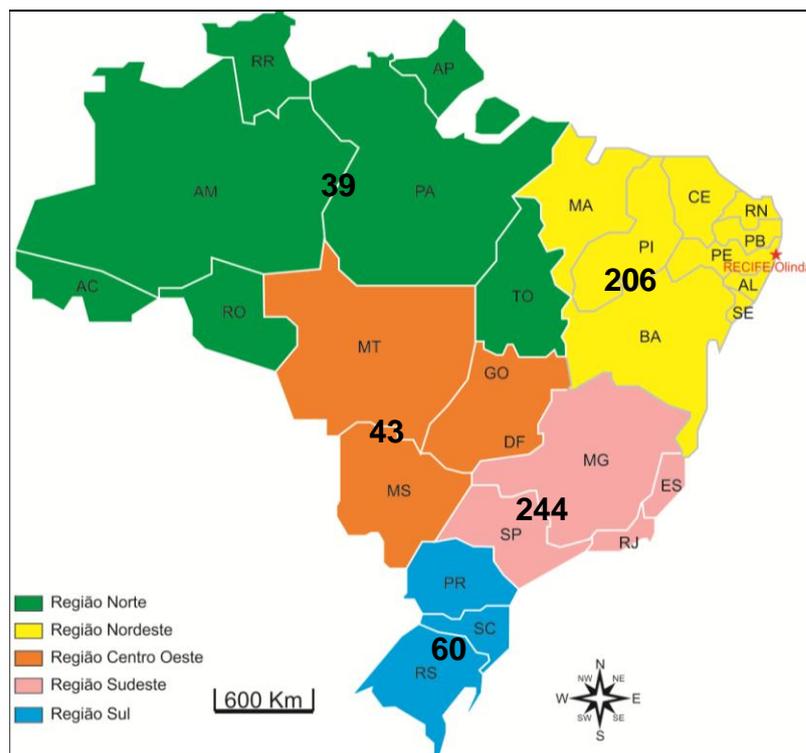
Na proposta do programa, especificada nos editais, estava a implantação dos Pontos de Cultura em todos os recantos do País, entretanto, considerando-se o ineditismo do projeto, bem como dimensão geográfica e a enorme desigualdade do Brasil, era de se imaginar que essa meta dificilmente chegasse a ser atingida em curto ou médio prazo.

O que se percebia era uma significativa concentração dos Pontos nas principais capitais do País e seus municípios mais próximos, ainda que fosse possível vislumbrar possibilidades de mudanças nesse quadro. O cenário por regiões em 2009 pode ser visto no gráfico que segue:

Distribuição Regional dos Pontos de Cultura no Brasil



Fonte: Controladoria Geral da União, dezembro de 2009



Fonte: IBGE,CGU com adaptações Vladimir Albuquerque, 2013

Transformando os números de Pontos em percentuais, o Sudeste fica com 41,21%, seguido pelo Nordeste com 34,79%, somadas as regiões chegam a agregar 76% dos Pontos de Cultura existentes no País. O que representa uma enorme concentração em áreas geográficas de pequenas dimensões, se bem que mais populosas, e de ocupação mais antiga. Espaço, tempo histórico e população: elementos altamente relevantes aos estudos culturais.

O que nos leva a concordar com a filósofa e ex-secretária Municipal de Cultura de São Paulo, de 1989 a 1992, Marilena Chauí:

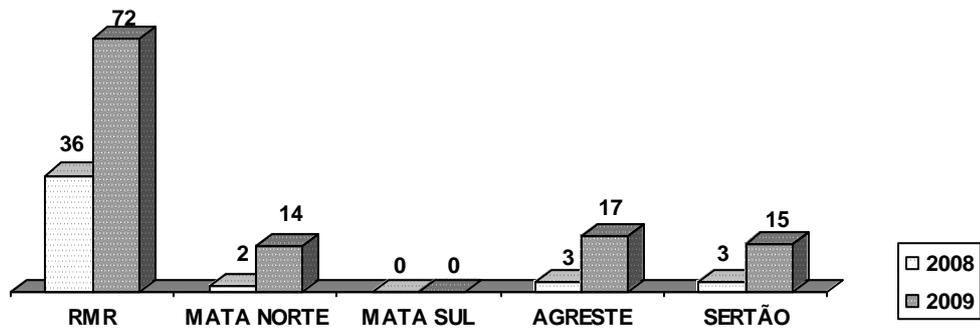
seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. (2000, p.122)

É fato que a implantação e a avaliação de uma política cultural deve observar o espaço geográfico e o momento histórico na qual se insere, associado a consideração da diversidade dos elementos materiais e imateriais que integram a política em questão e, sobretudo, sua adequação e possibilidade de continuidade. Continuidade sem amarras, formadoras de redes que possibilite apreciações constates e flexibilidade às alterações necessárias a realimentação da cultura seu fortalecimento e sua sobrevivência.

No caso de Pernambuco, observa-se que o programa criou grandes expectativas, sobretudo junto aos grupos mais organizados e localizados no Recife e em Olinda. Mas entre as barreiras à ampliação e inclusão de novos nós culturais e interiorização estava o desconhecimento do próprio Programa por parte dos integrantes dos grupos, desconhecimento da documentação necessária, por exemplo, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. O que era de se esperar, afinal, grupos indígenas, quilombolas, ciganos não costumam ter tal registro. E isso apenas para exemplificar, pois a realidade é extensiva a maioria dos grupos de manifestações da cultura popular, principalmente aqueles mais afastados das capitais estaduais. Dificuldade que poderia ser minorada com a parceria estabelecida entre o Ministério da Cultura e órgãos culturais estaduais. Com o ingresso da Fundação do Patrimônio

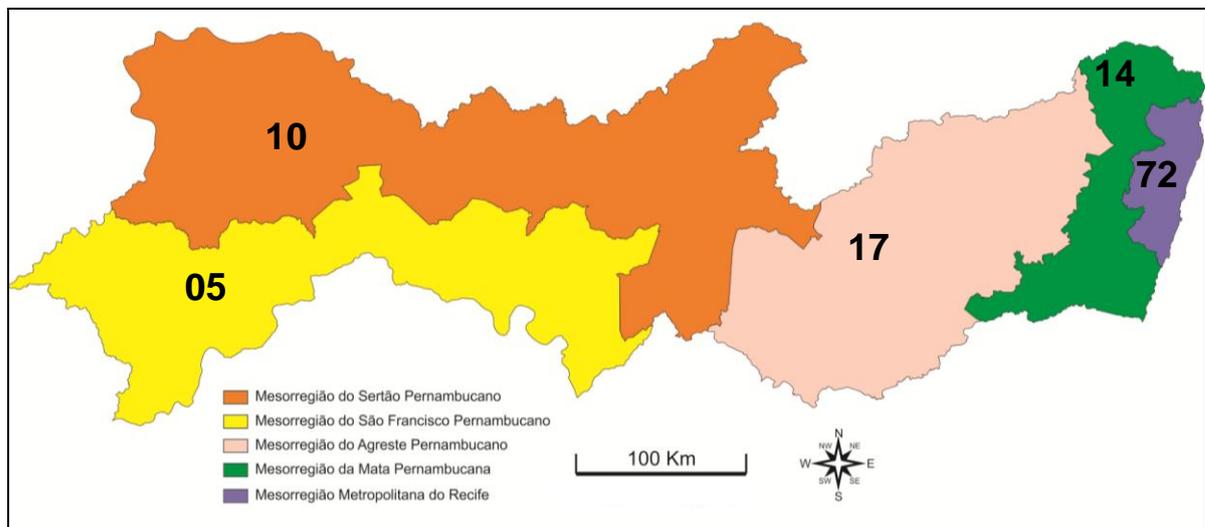
Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe, já foi possível perceber uma significativa alteração nesse quadro:

Distribuição Regional dos Pontos de Cultura em Pernambuco



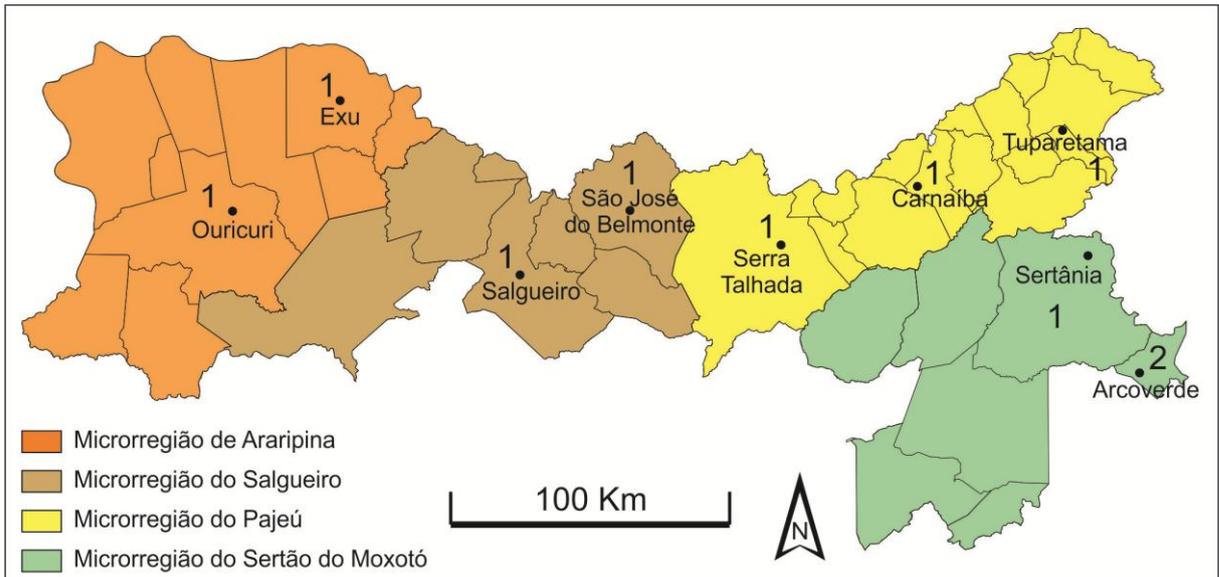
Fonte: MARINHO, a partir de dados da Fundarpe, 2009.

Distribuição dos Pontos de Cultura em Pernambuco por Mesorregiões



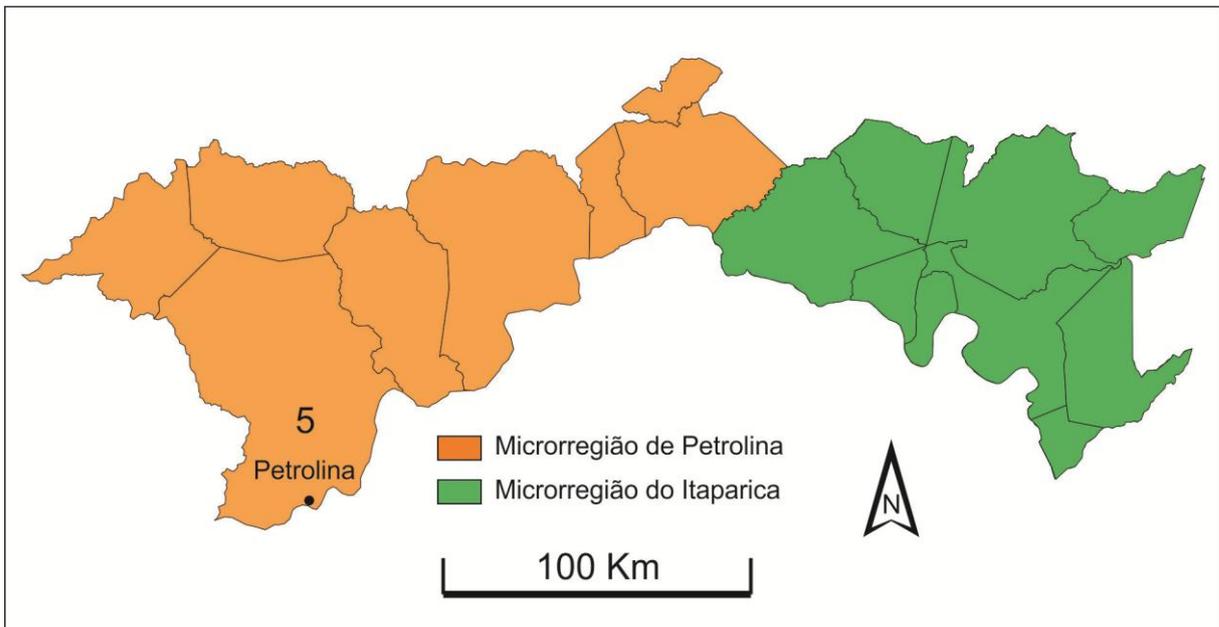
Fonte: IBGE, Fundarpe com adaptações Vladimir Albuquerque, 2013

Mesorregião do Sertão Pernambucano



Fonte: IBGE, Fundarpe com adaptações Vladimir Albuquerque, 2013

Mesorregião do São Francisco Pernambucano



Fonte: IBGE, Fundarpe com adaptações Vladimir Albuquerque, 2013

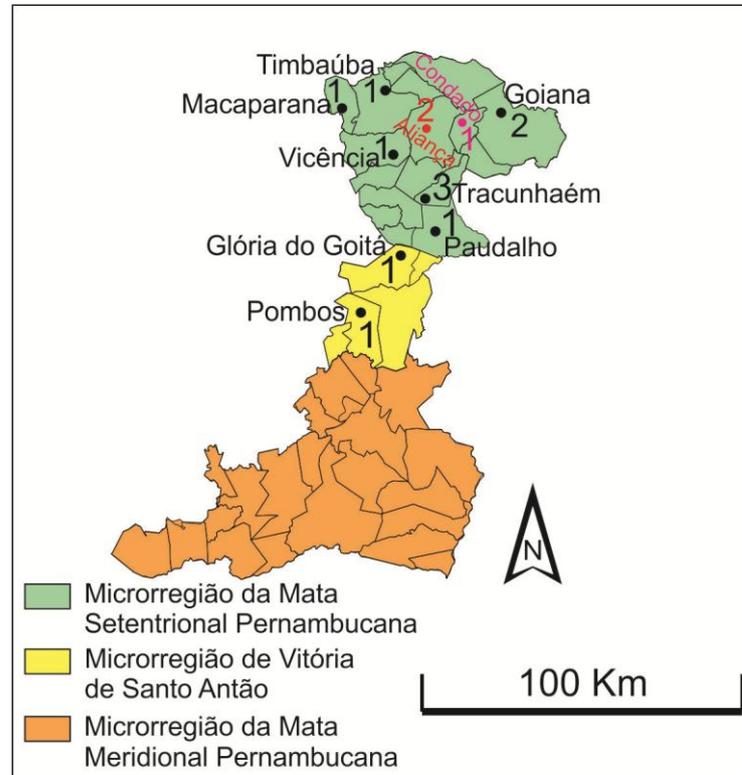
Mesorregião do Agreste Pernambucano



Fonte: IBGE, Fundarpe com adaptações Vladimir Albuquerque, 2013

Observa-se que a maior concentração dos Pontos de Cultura são encontrados nos municípios maiores: Caruaru e Garanhuns, somados os dois correspondem a quase 50%. Por outro lado, a Microrregião do Alto Capibaribe, assim como a Microrregião do Brejo Pernambuco não possuem nenhum destes tipos de espaços de cultura.

Mesorregião da Mata Pernambucana

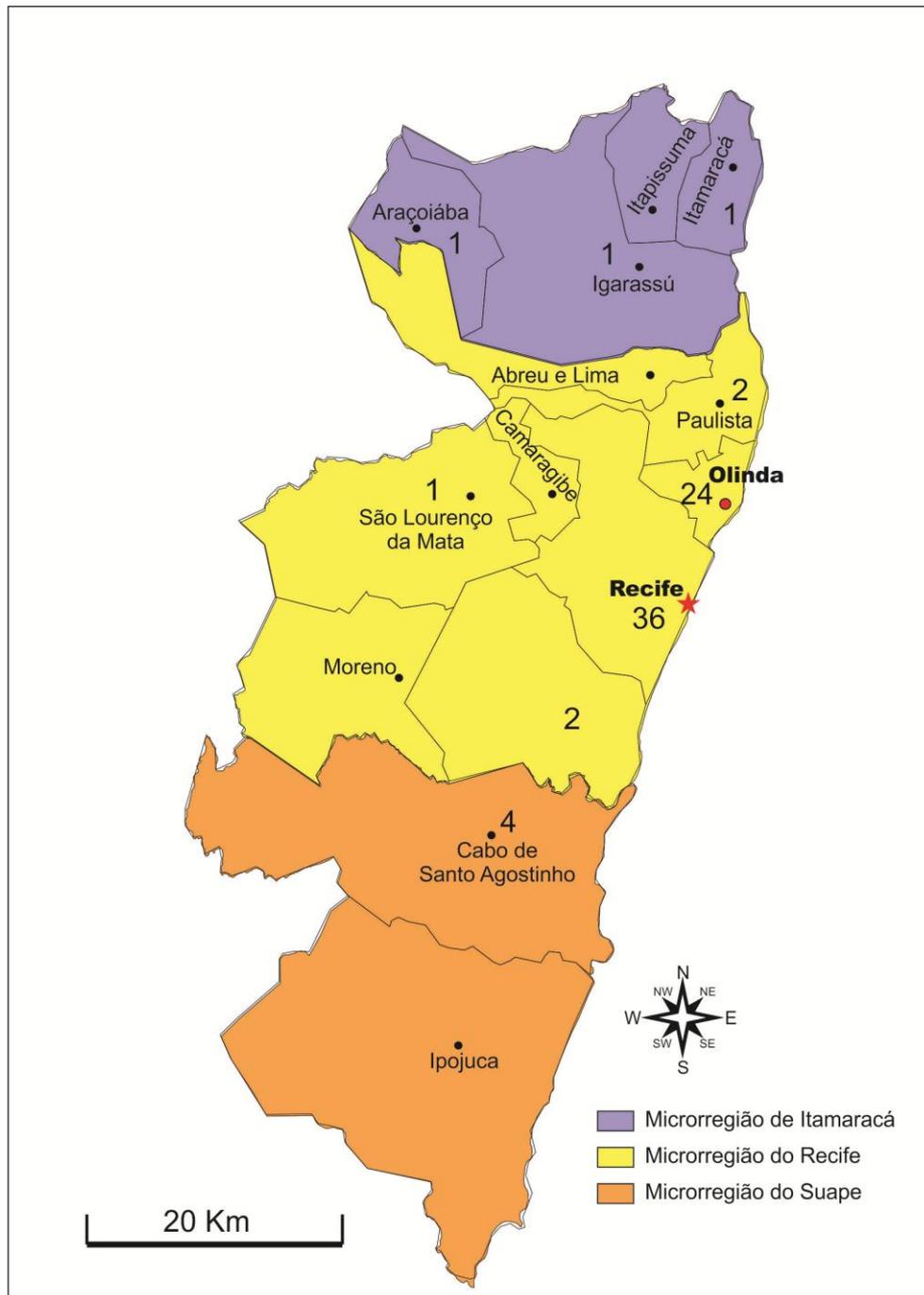


Fonte: IBGE, Fundarpe com adaptações Vladimir Albuquerque, 2013

A Mesorregião da Mata Pernambucana representa bem o que se observa empiricamente nas manifestações culturais. A grande concentração dos Pontos de Cultura é encontrada na Mata Setentrional. Lá se concentram os grupos de maracatu rural, cavalo-marinho, caboclinhos dentre outras brincadeiras populares, além de um artesanato bem diversificado.

O que fica por merecer uma investigação é o fato da Mata Meridional não ter sequer 1 Ponto. Se bem que se aproxime da realidade, permanece a questão: qual a razão dessa diferença se historicamente as Microrregiões tiveram semelhanças em tempo e forma de ocupação?

Mesorregião Metropolitana do Recife



Fonte: IBGE, Fundarpe com adaptações Vladimir Albuquerque, 2013

A Mesorregião Metropolitana do Recife apresenta uma distribuição esperada: Recife e Olinda juntos detêm praticamente 60% dos Pontos de Cultura. Os 40% restantes ficam relativamente bem distribuídos entre os demais municípios. Um detalhe que chama a atenção é que no primeiro edital do MinC a maioria dos Pontos estavam

concentrados em Olinda, com a estadualização o Recife assumiu essa posição de destaque.

Mas possivelmente poderia ter o número de Pontos ampliados quando consideramos a metodologia aplicada. Falo como pesquisadora e observadora participante, presente na reunião acontecida no Recife em janeiro de 2008, na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), bairro do Derby, para esclarecimentos do Programa Mais Cultura e o lançamento de edital para novos Pontos.

Promovida pela Fundarpe, mas em um local um tanto afastado do órgão fomentador, sem a presença de funcionários que atuassem diretamente ligados aos Pontos, e em auditório o que provoca certo distanciamento entre os participantes, e dificulta uma relação intersubjetiva e grupal conforme alerta de Chauí. É certo que aconteceram reuniões nas demais regiões do estado, entretanto não é raro colher depoimentos com o teor abaixo:

A gente vai ter que ter orientação. Falo isso por experiência própria, já aconteceu em outros momentos em possibilidades de financiamento bancário, mas não obtivemos orientação de ninguém, daí não conseguimos. No caso dos Pontos, fomos convocados pela Fundarpe para uma reunião, por engano viemos para a sede em Recife, daí pensei ter perdido a oportunidade. Fomos então informados que haveria uma reunião em Arcoverde para maiores esclarecimentos. [...] Daí, com a ajuda de amigos, advogados, ONGs, conseguimos ser Ponto de Cultura. Mas se não tivermos orientação... sei não...

Paralelamente, vinha sendo feito o Plano Nacional de Cultura – PNC. A constituição de 1988, em seu artigo 215, já reafirmava a compreensão da cultura como um direito humano fundamental. Porém, a estruturação do PNC apenas teve sua provisão por meio da emenda constitucional 48, datada de 10 de agosto de 2005. Neste mesmo ano foi realizada a 1ª. Conferência Nacional de Cultura, estratégia promovida pelo MinC para mobilizar e estimular a sociedade civil e os governos à criação de um novo modelo de gestão de política cultural no país. A partir de então os debates foram intensificados e as propostas de diretrizes gerais para o PNC postas em discussão com vistas a seu aperfeiçoamento e aprovação.

Pactuado em parceria entre os poderes executivo, legislativo e sociedade, o PNC tinha por finalidade o planejamento e implementação de políticas culturais de longo prazo, com vistas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira, através de ações duradouras e que pudessem contribuir para minimizar as desigualdades socioeconômicas do País, bem como possibilitar o acesso à produção e à fruição cultural. Para isso o MinC fez alguns inéditos acordos de cooperação técnica. Dentre eles, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para levantamento dos dados municipais da distribuição das atividades culturais, da infraestrutura de equipamentos e dos meios de comunicação disponíveis. Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA coube o estudo sobre a economia da cultura. Tudo objetivando obter subsídios para a formulação e reformulação das políticas públicas de cultura no país.

Após passar por uma etapa de intensa mobilização e amplo debate público com seminários em todos os estados, além de fórum virtual, o projeto entrou em sua reta final, englobando sete conceitos e valores norteadores, 33 desafios e cinco estratégias gerais, que abrigam ao todo mais de 200 diretrizes, divididas por modalidades de ação do Estado. Todos voltados aos seguintes objetivos:

Fortalecer a ação do Estado no planejamento e execução das políticas culturais; Proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira; Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e produção cultural; Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável; E consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais. Os resultados deram origem ao substitutivo do projeto de lei para votação no Congresso Nacional.

Ao longo de 2008, foram realizados 27 seminários nos estados e no Distrito Federal, com caráter de audiência pública, para aprimoramento do texto original. Participaram dos encontros mais de cinco mil pessoas. O PNC foi aprovado na Câmara dos Deputados em 16 de março de 2010. Após aprovação no Senado, em 2 de dezembro de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre os seus últimos atos de gestão, sancionou a Lei nº 12.343 que instituiu o Plano Nacional de Cultura.

O que se percebe através da leitura e interpretação do documento é que a cultura passa a ser vista de forma menos difusa, porém sob os mesmos paradigmas que

envolvem qualquer outra atividade, em termos de legislação, relações de custos e benefícios e burocracia. A cultura é assim adotada em sua materialidade institucional, com carências e problemas semelhantes a quaisquer outras áreas de políticas públicas.

Quanto às Diretrizes Gerais do PNC fundamentalmente três fatos chamam a atenção. Primeiro, a adoção do conceito de cultura em seu sentido mais amplo e abrangente, diluindo as fronteiras entre o erudito e o popular. Em segundo lugar, as discussões que colocaram as questões da cultura na agenda de distintos organismos dos poderes municipal, estadual e federal, além de amplos setores da sociedade. Por fim, e por consequência, ser possível vislumbrar políticas públicas culturais aparentemente menos circunstanciais e mais democráticas.

E apresenta propostas inovadoras assumindo a imensa diversidade social do país. Se até poucas décadas as culturas populares, indígenas e afro-brasileiras eram pouco contempladas, e em muitos momentos duramente perseguidas, passou-se a discutir os marcos legais a serem adotados para a gestão e o financiamento das políticas de valorização e apoio às manifestações étnicas, incluindo as sertanejas e de imigração europeia ou oriental. Sem descuidar do patrimônio material de pedra e cal, dá ênfase ao patrimônio imaterial historicamente relegado, mas que detêm a essência da cultura popular. E traz a afirmação: “não cabe aos governos ou às empresas conduzir a produção da cultura, seja ela erudita ou popular, impondo-lhe hierarquias e sistemas de valores”.²⁷

A afirmativa acima parece sinalizar um enfrentamento ao protagonismo das leis de incentivo à cultura. Anteriormente citadas como despojos da lógica neoliberal que repassa ao mercado o uso das verbas públicas na decisão acerca da cultura brasileira, chegando a confundir-se como sendo uma forma de política pública. Quanto aos mecanismos de financiamento à cultura, o MinC apresentava inegáveis avanços, tais como a política de seleção por editais, o próprio Fundo Nacional de Cultura – FNC que possibilita ao Ministério investir diretamente nos projetos

²⁷ Vide PNC http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/08/pnc_com_anexo_cnpc.pdf

culturais, mediante a celebração de convênios e outros instrumentos similares, tais como concessão de bolsas de estudo. Apesar disso, os grandes valores financeiros ainda permanecem sob a custódia das empresas, ou seja, a arquitetura institucional da política pública da cultura ainda carece solucionar a questão da aplicação das leis de incentivo.

Outra solução ainda a ser conquistada é a “nacionalização” do MinC e do próprio PNC. Por questões históricas, a quase totalidade dos seus órgãos está principalmente situada no Rio de Janeiro, alguns em São Paulo e, evidentemente, em Brasília. Isso gera ações muito localizadas. É fato que alguns esforços foram realizados na direção de reverter esta situação, e os Pontos de Cultura podem ser vistos como um destaque neste sentido. Bem como o Recife sediar a Representação Regional Nordeste do MinC, exceto o estado da Bahia que tem a sua representação. A própria estadualização e associação a Fundarpe parecia apontar para uma descentralização. Mas não é isso que efetivamente se observa.

O que não significa relegar os dados positivos obtidos na gestão em análise. Em entrevista concedida a Lody, em Recife, 7 de agosto de 2009, diz o Secretário de Cidadania Cultural, Célio Turino:

Acredito que temos alcançado êxito; no momento são mais de mil e quinhentos Pontos de Cultura em todo o Brasil, em centenas de municípios, além das periferias das grandes cidades, aldeias indígenas, assentamentos rurais, quilombos.

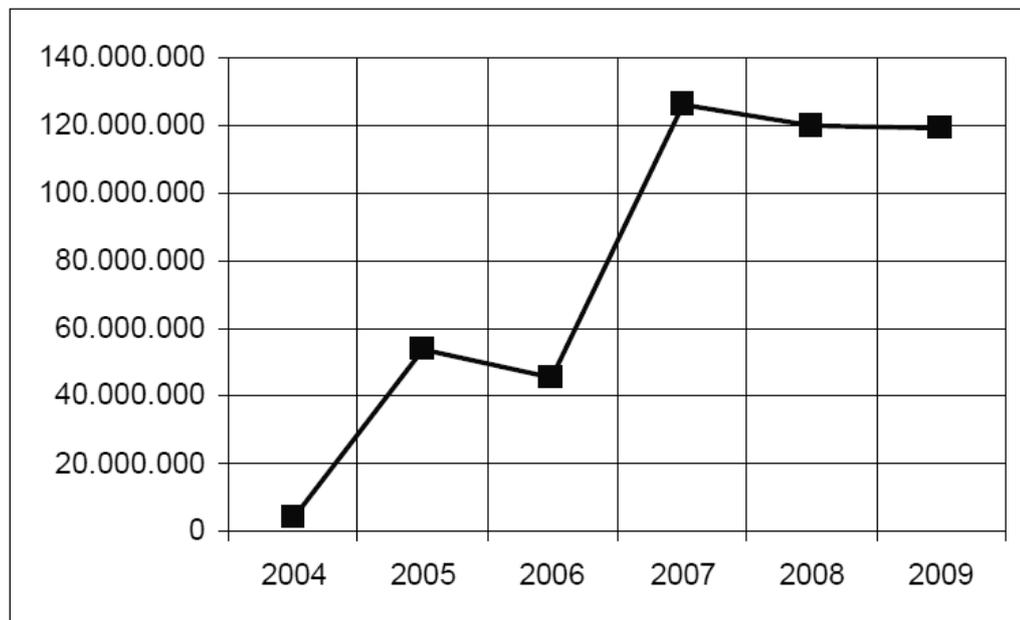
Embora ainda muito aquém do desejável, e bem menor do que necessita um País de tantas e tão diversas manifestações culturais, os dados orçamentários já se apresentam positivos. Apesar de parcos, os limites orçados foram ampliados e utilizados, conforme se verá a seguir:

LIMITE ORÇAMENTÁRIO x VALORES EXECUTADOS
(Desconsidera despesas com Pessoal, Dívidas e Precatórios)

Cultura Viva	Limite Liberado em R\$	Valores Executados R\$	%
2004	4.073.738,00	4.073.733,00	99,99
2005	53.854.365,00	53.822.384,00	99,94
2006	45.621.413,00	45.621.413,00	100,00
2007	127.333.929,00	126.550.088,00	98,38
2008	120.600.000,00	119.713.542,00	99,27
2009	120.080.500,00	119.547.737,00	99,56

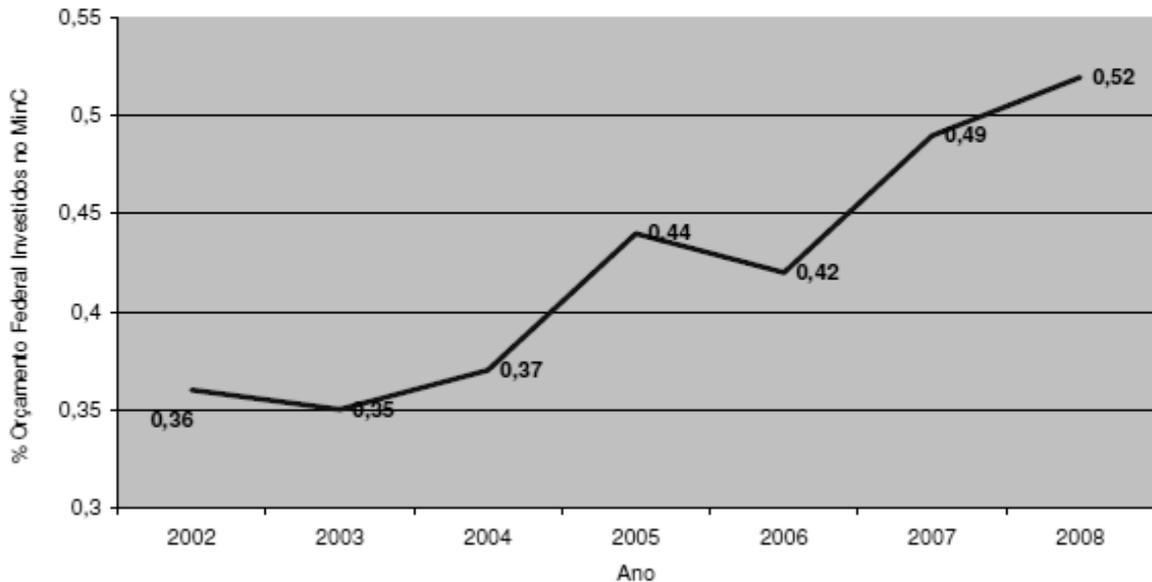
Fonte: Elaborado a partir de dados da Controladoria Geral da União -CGU.

TRAJETÓRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Fonte: ROCHA (2011) - Elaborado a partir de dados da CGU

% ORÇAMENTO DO MINC E RECEITA DE IMPOSTOS FEDERAIS



Fonte: Controladoria Geral da União – CGU

Também é possível reconhecer a tentativa em aproximar-se a recomendação da UNESCO em destinar pelo menos 1% da arrecadação federal de impostos em favor da Cultura. Abaixo deste patamar mínimo, constatou-se que grande parte da população dos países em desenvolvimento fica à margem dos benefícios decorrentes do acesso ao conhecimento, à informação, aos livros, ao cinema e a outras áreas culturais. O gráfico acima mostra a evolução percentual do orçamento do MinC. Embora a relação percentual esteja abaixo do patamar recomendado pela UNESCO, no período 2002/2008 houve avanços na destinação de recursos para as iniciativas culturais.

Apresentadas as considerações gerais, passaremos ao recorte geográfico desta tese, ou seja, a cidade de Olinda e seus Pontos de Cultura, mais especificamente os selecionados no primeiro edital do MinC em 2004. Sumariados em ordem alfabética, encontram-se destacados suas área de atuação e situação atual. A pesquisa de campo foi atualizada em dezembro de 2012. E, conforme se verá a seguir, alguns fizeram questão de apresentar seus depoimentos, com repercussões nas relações Pontos de Cultura e Academia.

3.1 OS PONTOS DE CULTURA EM OLINDA

Olinda, segunda cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Humanidade pela UNESCO, em 1982, tem grande destaque na área das artes e ainda mantém múltiplos aspectos da cultura tradicional e popular, a cultura profunda, que se nutre dos homens, no dizer de Milton Santos (2007). Tanto assim que, em 2005, por uma iniciativa da organização Capital Brasileira da Cultura - CBC, com o apoio dos Ministérios da Cultura e do Turismo, foi eleita a 1ª Capital Brasileira da Cultura para o ano de 2006. Portanto, era previsível que Olinda concentrasse no início desta tese o maior número de Pontos de Cultura no Estado de Pernambuco. A maioria deles espacialmente distribuídos em bairros mais afastados ou nas periferias do sítio histórico tombado.

Primeiros Pontos de Cultura em Olinda – edital MinC



Fonte: Google map, adaptação de Valdimir Albuquerque, em 2013.

PONTOS DE CULTURA EM OLINDA (MinC – edital 2004)**Nome / Endereço / Projeto / Área de atuação / Situação atual****Afoxé Alafin Oyó**

Alafin Mimi – oficina na Casa do Carnaval
Foto: Alba Marinho

Fábrica do Carnaval: Av. Joaquim Nabuco, s/n, Varadouro.

Contato: Fabiano Santos

Fone: (81) 87124516 e (81) 98238769

<http://alafinoyo.blogspot.com.br/>

Projeto: Alafin Mimi

Área de atuação: Valoriza dos cortejos afro-brasileiros, capacitando crianças e adolescentes na confecção de instrumentos musicais, corte e costura, elaboração de figurinos, estamparia com ênfase em serigrafia, confecção de estandartes e adereços carnavalescos.

Situação atual: em funcionamento

Centro Cultural Diálogos



Foto: acervo Diálogos

Av. Argentina Castelo Branco 48, Ouro Preto, sala 12

Telefones: (81) 3076-8586 e 3494-4478

oscpdialogos@yahoo.com.br

www.oscpdialogos.com.br

Área de atuação: formação artística e técnica e curso de gestão e produção cultural. Após capacitação, a comunidade gerencia o uso dos equipamentos para ensaio e gravação musical, possibilitando a produção de CDs e vídeos promocionais.

Situação atual: funcionamento parcial

Centro Francisco Julião

Av. Bonifácio Jansen, 744, Monte

Telefones: (11) 3361-3866

anapessoa2003@ig.com.br

Área de atuação

Capacitação de pessoas, assentadas e acampadas em áreas de reforma agrária, através de oficinas de teatro, dança, mística e música, no espaço que servirá para a integração da cultura camponesa com a cultura urbana.

Situação atual: inativo. O local foi tomado por uma invasão, a "Portelinha".

CEPECAC – Nabi

Foto: acervo CEPECAC – Nabi

Rua Joana Norberto Pessoa 654, Bairro Novo

Telefones: (81) 3493-1278

cepecacnabi@yahoo.com.br

www.cepecacnabi.org.br

Projeto: Saberes

Área de atuação: Democratizar e assegurar o acesso aos recursos culturais, elevar a autoestima, valorizar a cultura local e regional. Promover ações de oficinas complementares voltadas a formação educacional.

Situação atual: inativo temporariamente.

Chegaram a desenvolver trabalhos com cerca de 400 pessoas de diversos bairros de Olinda, sempre com ações voltadas à educação e atuação comunitária. A continuidade está na dependência das definições MinC/Fundarpe ou novos patrocinadores.

Cinema de Animação



Foto: acervo Lula Gonzaga

Endereço atual: itinerante

Inicial: Rua 13 de maio, 99. Carmo, Olinda

Depois passou a ter sede em Igarassu (Região Metropolitana do Recife)

Gravata (Município do Agreste Pernambucano)

Contatos: www.cinemadeanimacao@gmail.com

lulagonzaga@gmail.com

Projeto: Cine Anima, e Música Animada.

Área de atuação

Oficinas de desenho animado (3D&2D), desenho artesanal, massa de modelar, corde/xilogravuras. Desenvolvem cinema de animação, tendo por principal temática a história local, associada ao trabalho de educação patrimonial. Na área da Música Animada são produzidos clipes animados para os Pontos de Cultura ligados ao MinC.

Situação atual: funcionamento itinerante. Estende suas ações de oficinas para além dos limites dos municípios e divisas de estados, fazendo uso de um estúdio móvel.

Coco de Umbigada



Sede do Ponto de Cultura
Foto: Alba Marinho

Rua João de Lima 42, Guadalupe.

Telefones: (81) 3439-6475, 3053-3626, 3225-2783 e 9189-3850

centroculturalcocodeumbigada@yahoo.com.br

<http://sambadadecoco.blogspot.com.br>

Área de atuação

Centro de referência de produção, pesquisa e acervo de cultura popular, em especial o coco. Oferece escola de percussão, oficina de teatro de bonecos e recitais de poesia para crianças, jovens e adultos. A ação da Samba de Coco também é vitrine dos resultados das oficinas arte-educativas produzidas pelo Ponto de Cultura na comunidade e em escolas públicas do bairro de Guadalupe: Cineclube Macaíba, Rádio Amnésia FM, projetos de comunicação comunitária com vistas à liberdade de expressão.

Situação atual: em funcionamento

Cais do Parto



Fonte: autor não identificado

Rua Maria Ramos 1212, Bairro Novo

Telefones: (81) 3053-3019 e 3493-2366

caisdoparto@yahoo.com.br

<http://caisdoparto.blogspot.com>

Projeto: De Antena Ligada

Área de atuação: organização não governamental que se fundamenta na reforma sanitária, nos direitos humanos, nos direitos reprodutivos e no desenvolvimento sustentável, atuando nas áreas de saúde, gênero, cidadania, educação, ecologia e cultura. Promove a capacitação de alunos do ensino fundamental nas áreas de ética, informação, meios de comunicação e editoração. Visa a formação de jovens como "Agentes Jovens Multiplicadores de Cultura".

Situação atual: em funcionamento

Ensinamento de Mãe Preta



Mãe Lúcia - Yalorixá do Ilê Axé Oyá Togum, e Mestre Griô
Foto: vraminas.blogspot.com

Rua João de Lima 42, Guadalupe.

Telefones: (81) 3439-6475, 3053-3626, 3225-2783 e 9189-3850

centroculturalcocodeumbigada@yahoo.com.br

<http://sambadadecoco.blogspot.com.br>

Projeto: Troca de saberes tradicionais dos Terreiros de Candomblé de Pernambuco

Área de atuação: Escola de transmissão e troca de saberes de identidade negra e cultura afro-brasileira, envolvendo 25 Terreiros da Região Metropolitana do Recife, através da música, dança, artesanato, culinária, tradição de ervas, dentre outras atividades, com vista a promover o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades de terreiros e entorno, na perspectiva de empoderamento das Yalorixás de Pernambuco.

Situação atual: funcionando juntamente com o Ponto Coco de Umbigada

Gigante Cidadão



Gigante Cidadão - Clube de Alegorias “O Homem da Meia Noite”
Foto: Alba Marinho

Rua do Bonsucesso 132, Amparo

Telefones: (81) 3429-5561

www.homemdameianoite.com

homem_da_meianoite@yahoo.com.br

Área de atuação

Formação de crianças, adolescentes e comunidades circunvizinhas em artes e cidadania, além de promoção de inclusão digital.

Situação atual: inativo temporariamente

Como Clube de Alegorias, está com a sede reformada e climatizada. Loja de venda de artesanato e cafeteria brevemente abertas ao público.

Maracatu Piaba de Ouro



Maracatu Piaba de Ouro
Foto: Alba Marinho, 2010

Rua Curupira 125, Cidade Tabajara

Telefones: (81) 3372 5986 / 8801 3065 / 8838 4030

<http://piabadeouro.blogspot.com.br/>

Projeto: Formação Continuada

Área de atuação

Cursos de formação continuada em música, dança, teatro popular, figurinos e adereços. Oferece programação artística gratuita para formação de público e articulação de circuito cultural, envolvendo outros Pontos da região.

Situação atual: em funcionamento

Ilê Axé Oyá Meguê – Casa Xambá



Memorial Severino Paraíso
Foto: Alba Marinho

Rua Severina Paraíso 65, Portão de Gelo, São Benedito

Telefones: (81) 3443-1115

hildoleal@bol.com.br - www.xamba.com.br

Projeto: Mãe Biu - Projeto Memorial Severina Paraíso da Silva

Área de atuação

Identificação, preservação e digitalização de acervo etnológico e capacitação de jovens para manutenção de patrimônio material e imaterial do Memorial Mãe Biu composto por fotografias, textos, objetos, documentos e indumentárias, resgata. Preserva e divulga a história do Terreiro Santa Bárbara, nos mais de 70 anos; através das atividades religiosas, expressadas pelo culto aos orixás e pelas festividades que lhes são dedicadas, pelos personagens e acontecimentos marcantes.

Situação atual: em funcionamento

Associação Cultural Veredas



Foto: Gil Marinho, 2012

Rua Maria Tereza de Souza Nogueira 56, Bom Sucesso

Telefones: (81) 3439-8950 e 3053-3828

<http://associacaoveredas.blogspot.com.br/>

Projeto: Nossos Patrimônios Vivos

Área de atuação

Oficinas de Educação Patrimonial, Meio Ambiente, Teatro e Danças Coreográficas Pernambucanas. Palestras Temáticas, Visitas orientadas e Elaboração de Cartilha educativa sobre Preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental da cidade.

Situação atual: funcionando precariamente

Atualmente conta com apenas 1 voluntário para manutenção do estúdio digital



Foto: Gil Marinho, 2012

OCAS de Pernambuco



Foto: Alba Marinho, 2013

Estrada do Bonsucesso 183, Monte

Olinda - PE

Telefones: (81) 3494-2986

grauna@trupegrauna.org.br - www.trupegrauna.org.br

Projeto: Oficinas Culturais de Artes e Saúde

Área de atuação

Oficinas de formação para jovens em artes e ofícios: teatro, dança, artes gráficas (gravura, computação gráfica e design), artesanato, saúde, comunicação e economia solidária

Situação atual: desativado. Contatos não atendem e no local está funcionando uma casa de shows de brega.

Vídeo nas Aldeias



Sede VNA em Olinda
Foto: Alba Marinho, 2013

Rua de São Francisco, 162 – Carmo

Telefone: (81) 3493-3063

videonasaldeias@videonasaldeias.org.br

www.videonasaldeias.org.br

Projeto: VNA – Vídeo nas aldeias

Atuação: Criado em 1986, é um projeto precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. O objetivo do projeto foi, desde o início, apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada com os povos indígenas com os quais o VNA trabalha. O escritório fica em Olinda, mas a ONG pode ser encontrada em diversas comunidades indígenas no território brasileiro, realizando oficinas de manejo dos equipamentos cinematográficos.

Situação atual: em funcionamento

Centro Luiz Freire



Foto: Alba Marinho, 2013

Rua 27 de Janeiro 181, Carmo

Telefones: (81) 3301-5241

silvanamenezes@cclf.org.br - www.cclf.org.br

Projeto: Quartas Literárias

Área de atuação

Reforma da infraestrutura do espaço; articulação e mobilização de artistas e grupos culturais; debates e ações sobre acesso e produção de bens culturais; atividades de formação de jovens; promoção de eventos artístico-culturais.

A Quarta Literária é um espaço de socialização das experiências artísticas de vários grupos populares da Região Metropolitana do Recife (principalmente Olinda), servindo inclusive de palco de estreia para grupos experimentais de teatro (alunos de escolas públicas). A diversidade das linguagens se integram num mesmo espaço: artes cênicas, artes visuais e audiovisuais, fotografias, rodas recitais, exposições multimídia, danças étnicas.

Situação atual: Atividades suspensas temporariamente. Casa posta para aluguel até o carnaval. Após este período retomarão as atividades.

Embora se observe que significativa parcela dos Pontos esteja em dificuldades, ou mesmo desativados, também é fato notório que seus gestores percebem um processo inovador no Programa Cultura Viva, tanto assim que inativos pensam em voltar a atuar, apesar de entenderem que há falhas, até mesmo erros graves na sua implantação:

Sou benzedeira, parteira, Yalorixá e mestre Griô. Meu terreiro é o Ilê Axé Oyá Togum. A primeira imagem que tenho deste patrimônio é um bando de mulheres pretas velhas, vestidas de branco, ensinando para as crianças as histórias dos Orixás. Tudo que aprendi foi com minha avó Bernardina.. Há 20 anos, quando o povo nem sabia o que era Ponto de Cultura, nós já éramos Ponto de Cultura. Eu acho que os Pontos de Cultura são uma grande articulação. Nós podemos mudar as diretrizes do país. Nós podemos mudar a história deste País. Mãe Lúcia de Oyá - Ponto de Cultura Coco de Umbigada - Ensinamentos de Mãe Preta. Depoimento em 08/11/2012

Antes de ser Ponto de Cultura trabalhava com o apoio de voluntários. Funcionou durante 7 anos como Ponto chegando a desenvolver trabalhos com grupos de 70 crianças. Recebeu apenas 2 parcelas e caiu nas dificuldades de prestação de contas. Está parado há cerca de 3 anos, mas pretende voltar a desenvolver trabalho com crianças, porém sem a dependência de órgãos governamentais. Como Clube de Alegorias, está com a sede reformada, climatizada, com loja de venda de artesanato, e cafeteria. Brevemente estará aberta ao público. Gigante Cidadão, Clube de Alegorias e Críticas “O Homem da Meia Noite”. Depoimento em 08/11/2012

Chegamos a desenvolver trabalhos com cerca de 400 pessoas de diversos bairros de Olinda, sempre com ações voltadas à educação e atuação comunitária. Como Ponto de Cultura, sentimos dificuldades em atuar e **passaram a frequentar as reuniões coordenadas pelo Pontão de Cultura da UFPE, acontecidas no Benfica. Mas entendemos que as pessoas envolvidas no Pontão não desenvolveram uma metodologia adequada, chegando a aparentar inexperiência. Expectativas não atendidas. Participando da Teia-PE percebemos que os outros Pontos participantes das reuniões com o Pontão ficaram com opinião semelhante.** Atualmente estamos fazendo ajustes internos para voltar a atuar. CEPECAC – Nabi. Entrevista em 08/11/2012. (grifo nosso)

Em certo aspecto tornar-se Ponto atrapalhou. Grupo antigo e bem conceituado, tínhamos patrocinadores de grande porte. Ao nos tornar Ponto de Cultura com uma verba própria, afastaram-se os patrocinadores. Finda a verba do MinC, estamos com dificuldade em retornar pois os antigos patrocinadores estão envolvidos com novos projetos. E como a maioria dos Pontos temos problema de prestação

de contas. Já mandamos diversas vezes, mas a documentação é extraviada no MinC, e continuamos com pendências. Continuamos atuando, mas precariamente, dependendo de aprovação de projetos. **Abrimos uma exceção para dar este depoimento, mas estamos cansados de dar entrevistas para acadêmicos e não ver resultado.** Associação Cultural Veredas em 08/11/2012. (grifo nosso)

Começamos sem recurso nenhum e hoje permanecemos fazendo sem dinheiro nenhum. Enquanto Ponto de Cultura, chegamos a trabalhar com dez pessoas, hoje eu e mais duas mantemos as atividades: coco, rádio, telecentro, cineclube, tudo funcionando, pela necessidade de fazer, é papel do terreiro com a comunidade. Músicos e convidados abrem mão de cachês. É resistência, manutenção e continuidade do axé da brincadeira do coco. Mas isso não quer dizer que seja correta a política. Muitos Pontos fecharam, mas prefiro não falar por não ser ético. [...] **a universidade não entendeu o que está fazendo dentro dos terreiros das comunidades dos assentamentos, quilombos, onde existe de fato a ação. A extensão não rola, se defende a tese, tcc, mestrado, mas não volta. Só tem sentido se voltar tanto para a universidade quanto para o local.** Beth de Oxum, Coco de Umbigada, em 03/09/2012. (Grifo nosso).

Conforme se percebe é recorrente esse reclamo em relação às pesquisas acadêmicas, inclusive aos Pontões ligados as universidades ou não. De forma mais ampla, vem se tornando um problema para os pesquisadores das políticas culturais vigentes, ou mesmo de outras temáticas ligadas a cultura. A alegação é geralmente nos seguintes termos: não estamos aqui para ensinar universitários que só pensam em se aproveitar e ganhar dinheiro, sem nos dar retorno algum. Por ser um tema delicado e de relevância à academia, voltaremos a ele em outros momentos.

3.2 PONTOS DE CULTURA NO EXTERIOR

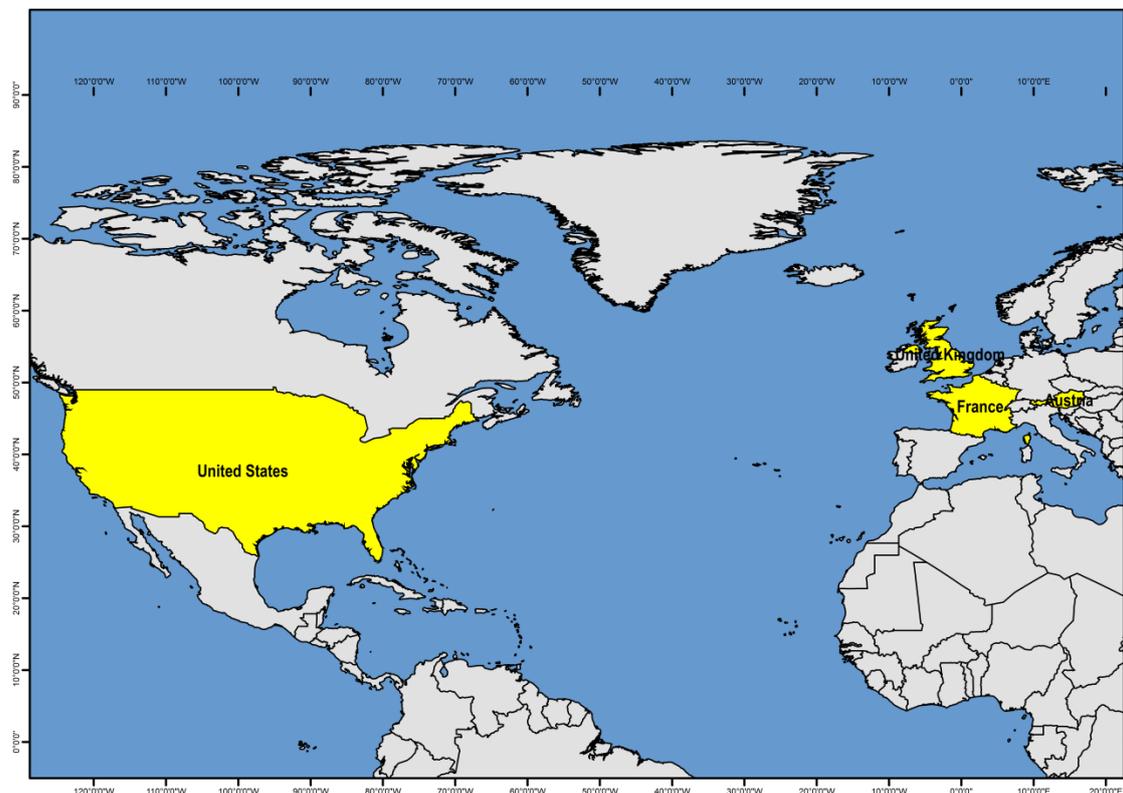
Desde o período da sua implantação, o Programa Cultura Viva foi também despertando a atenção de governos e sociedade civil em países da Europa e da Ibero-américa. E, da mesma forma que no Brasil, a nova política pública foi sendo

objeto de estudos acadêmicos, bem como modelo para ações governamentais em diversos outros países.

Segundo o Secretário de Cidadania Cultural do MinC, Célio Turino, um dos mentores do Programa e responsável por sua implantação, essa repercussão nacional e internacional estava na inversão do foco de pensar a política cultural. Geralmente as políticas públicas partem da ideia de carência e vulnerabilidade. Já Os Pontos de Cultura valorizavam o oposto disto, partindo da potência transformadora das manifestações culturais nas comunidades, destacando a perspectiva da emancipação, para além da ideia da inclusão social.

A ideia da internacionalização do Programa surgiu desde os princípios da criação dos Pontos de Cultura, tendo por meta atingir as comunidades brasileiras residentes no exterior. Algumas experiências piloto chegaram a acontecer nos Estados Unidos da América e na França, porém as tentativas esbarraram na burocracia da legislação brasileira para a remessa de dinheiro ao exterior.

Internacionalização dos Pontos de Cultura



Fonte: ZAPE – EMBRAPA, adaptações de Girlan Cândido, 2012

Contudo a Internacionalização veio de forma inesperada: governos, acadêmicos e entidades civis envolvidas em projetos culturais. Por exemplo, na Universidade de Berkeley, Califórnia (EUA), existe uma cátedra sobre Cultura e Literatura Luso-brasileira, coordenada pela professora Candace Slater. Esta cátedra passou a dar destaque à experiência brasileira e os Pontos de Cultura se tornaram objeto de estudo dos seus alunos. Esclarece a professora que a atenção para o Programa foi instigada após uma visita do ex-ministro Gilberto Gil à Universidade de Berkeley e, posteriormente, após uma viagem que ela fez ao Brasil em 2005.

Fora do Brasil, a Itália foi o primeiro País, a adotar o modelo dos Pontos de Cultura. Por iniciativa da Câmara de Deputados e da administração da região do Lazio, onde está situada a cidade de Roma. Por meio de uma parceria com a Universidade romana La Sapienza, foi criado o projeto Officine Dell Arte, inspirado no exemplo brasileiro, destinado ao público jovem de áreas urbanas degradadas. Pesquisadores da universidade vieram ao Brasil para conhecer a experiência, e em 2006 o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, a convite do governo da província de Lazio participou da conferência de lançamento do projeto italiano.

No caso da Inglaterra, Paul Heritage, professor catedrático da Universidade de Londres, e diretor artístico da ONG People Palace Projects, há cerca de 20 anos mantém um estreito convívio com a Cultura brasileira. Ele conheceu a experiência dos Pontos de Cultura desde o princípio e se encantou com os resultados obtidos:

O que acho interessante no Programa Cultura Viva é que vocês conseguem, com dinheiro público, apoiar energias populares que vêm de dentro para fora. É um modelo absolutamente contrário ao clássico das artes na Europa, principalmente no Reino Unido. Os ingleses precisam aprender com os Pontos de Cultura.²⁸

Em São Paulo, setembro de 2009, durante o encontro de ministros da Ibero-américa, Caribe e Países de Língua Portuguesa, os Pontos de Cultura também permearam

²⁸ Depoimento disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2010/02/08/pontos-de-cultura-no-exterior/>, acessado em 16/06/2012.

todas as discussões. Chegando a ser formalizada a Declaração de São Paulo, assinada por representantes de 15 nações indicando a criação de um programa nos moldes dos Pontos de Cultura, denominado Ibercultura. Em dezembro do mesmo ano, no Parlamento do Mercosul (PARLASUL), foi aprovado um anteprojeto para ser encaminhado aos Congressos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai incentivando a transformação dos Pontos de Cultura em lei. Porém a decisão final ficaria a cargo de cada País.

No início de 2010 chegou a vez de implantar o Ponto de Cultura Internacional Brasileiro e Afro-Brasileiro na Áustria. O Acordo de Cooperação Técnica realizado entre o Ministério da Cultura e a Associação Afro-Brasileira de Dança, Cultura e Arte (ABRASA) aconteceu de forma inédita: não previa qualquer incentivo financeiro por parte do MinC, e todos os custos de criação e manutenção seriam realizados pelos parceiros locais.

O já citado Paul Heritage considera fundamental a capacidade dos Pontos em gerar fluxo e articular, simultaneamente, vários projetos socioculturais dentro e fora do País. Essa experiência foi levada como modelo para a Inglaterra. Tendo por denominação “Pontos de Contato”, visando promover intercâmbios culturais entre o Programa brasileiro e projetos sociais no Reino Unido. Dirigentes de Pontos de Cultura olindenses como Fabiano do Afoxé Alafin Oyá e Guitinho do Coco da Xambá-Ilê Axé Oyá participaram dessas interações.



Integrantes do Afoxé Alafin em Cuba
Acervo: Alafin

Essas interações foram fomentadoras de trocas de experiências, linguagens e conhecimentos no exterior e mais amiúde dentro do Brasil, por meio de bolsas de residências artísticas em Pontos de Cultura, e eventos mais abrangentes como se verá a seguir.

3.3 CAINDO NA TEIA: CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS e ENCONTROS

Por ser fato recente – ou “história imediata” como atribui Lia Calabre, o Cultura Viva, objeto de estudo deste doutoramento, em seu início dispunha de parca bibliografia fazendo-se, pois, absolutamente necessárias tanto as pesquisas em campo observando, conversando e vivenciando as experiências de cada Ponto de Cultura em sua tomada de consciência cidadã, e no próprio reconhecimento como elemento da cultura nacional, quanto a participação nos encontros regionais e nacionais promovidos pelo Ministério da Cultura (MinC) onde se podia não apenas observar as tessituras da rede da cultura em construção, mas, sobretudo, encontrar, discutir e trocar informações com outros pesquisadores oriundos de diversas partes do país, e até mesmo do exterior, com objetos de pesquisas afins.

O MinC, durante as gestões de Gilberto Gil e de Juca Ferreira, vinha possibilitando e incentivando a criação de uma Rede de Pesquisadores do Cultura Viva, através de convites para participar de encontros específicos para este público, bem como dos demais eventos, mais conhecidos como “Teias” Estaduais, Regionais e Nacionais, abrindo tais eventos aos estudiosos para uma vivência comum com os grupos objetos de estudos, facilitando a percepção do desenvolvimento das políticas públicas de cultura.

Ao promover esses Encontros, além de fomentar a formação de uma Teia Cultural, o MinC estimulava os participantes na produção de seus territórios e identidades, sem abrir mão da convivência na alteridade. Ou seja, oportunidade de exercitar a cidadania que se baseia nos princípios de uma sociedade democrática, e se realiza por meio de atores sociais em condições de igualdade política e jurídica, seja no exercício de seus direitos ou deveres.

Enquanto integrante da rede de pesquisadores e observadora participante, tornou-se viável fazer uso da articulação de métodos diversos, como a entrevista, a observação e as notas de campo e, principalmente, tornava-se possível observar as tessituras da rede cultural em formação. Considerando cada Ponto de Cultura como

elemento de um conjunto de lugares com suas territorialidades, os depoimentos orais funcionam como instrumento para um maior entendimento de como foram construídas suas representações; qual a sua função pretendida na formatação do real; quais as fragilidades e as reações que provocadas; problemas prioritários; interesses e expectativas; convergências e divergências de opiniões.

Com a mudança do Governo Federal, e posse de Ana de Hollanda no MinC, a atuação da rede acadêmica de pesquisadores ficou impossibilitada, não pelo fato da suspensão do fornecimento de transporte para os locais dos encontros, mas pelo fato de que tais eventos acontecem sempre em locais reservados, geralmente hotéis afastados das capitais, sendo permitida apenas a hospedagem e participação de membros convidados.

3.3.1 I Conferência Livre de Comunicação para a Cultura, Recife (PE), de 24 a 27 de setembro 2009.



Foto: Alba Marinho, 2009

Organizada pelo Ministério da Cultura, por intermédio da Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Conferência Livre de Comunicação para a Cultura, aconteceu não exatamente em Recife, mas sim em Chã Grande, cidade que dista 82 km da capital pernambucana.

Dentre os objetivos da conferência estava discutir a comunicação e a cultura como direitos fundamentais, bem como articular e mobilizar para que os Pontos de Cultura conveniados com o MinC - com atuação nas áreas de Audiovisual, Comunicação e Cultura Digital - tivessem presença garantida nas conferências e demais atividades relacionadas à I Conferência Nacional de Comunicação – Confecom prevista para dezembro de 2009, e na II Conferência Nacional de Cultura – CNC, agendada para março de 2010.



Foto: Alba Marinho

A programação do evento incluiu palestras, formação de Grupos de Trabalho (GTs) e atividades culturais. Os GTs ficaram assim divididos: Audiovisual, Cultura Digital, Comunicação e Redes de Comunicação. Os resultados das discussões por área foram sistematizados por um GT geral, resultando em proposições para a

I Confecom, II CNC, além de servir de propostas a Rede de comunicação para a Cultura.



Inserido nas atividades culturais estavam o lançamento de dois livros. O CulturaDigital.BR, organizado por Savazoni, Rodrigo e Cohn, Sérgio. Os organizadores apresentam a publicação como um caderno de provocações como forma de estimular a rede na reflexão dos desafios existentes nas muitas áreas de conhecimento que circundam a cultura digital. Por ser uma provocação, é lançado em ordem inversa: “Geralmente, os projetos publicam livros ao final. Nesse caso, publicamos no começo, para garantir que as

ideias circulem, avancem e se conectem”.



E o que foi possivelmente a primeira publicação de um trabalho acadêmico na abordagem do tema, sob o título de Produção de cultura no Brasil: da Tropicália aos Pontos de Cultura, de Aline Carvalho. Monografia de graduação em Estudos de Mídia na Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: luminária academia, 2009.

3.3.2 II Congresso de Cultura Ibero-Americana, São Paulo (SP), 30 de setembro a 3 de outubro de 2009.

O evento tem seu histórico ligado a X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Cultura, realizada em 2007, na cidade de Valparaíso, no Chile. Por proposição da Espanha, a primeira edição do **Congresso de Cultura Ibero-Americana** ocorreu em 2008, no México. A iniciativa objetiva a elaboração de estratégias, e a promoção de ações conjuntas destinadas ao desenvolvimento de políticas culturais, tanto dentro quanto fora da Ibero-América, com especial relevo aquelas relativas à plena implementação da Convenção da Diversidade Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Autoridades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Caribe também foram convidados a participar do encontro.

A conferência teve por tema “Cultura e Transformação Social”, que permeou todas as palestras, mesas de debate e relatos de experiências. O encontro buscou ressaltar as potencialidades da cultura ibero-americana a partir do intercâmbio de conceitos e práticas, tendo em vista formatar e fortalecer as políticas públicas, de forma que a cultura seja reconhecida e planejada tanto no campo desenvolvimento social, quanto no econômico.

Cerca de uma centena de Pontos de Cultura, bem como alguns pesquisadores, entre os quais me incluo, estiveram presentes. O fato da maioria dos países participantes não terem políticas culturais estruturadas em programas e/ou leis, bem como a presença dos Pontos e mostra de algumas das suas ações, fizeram com que o Cultura Viva fosse o centro dos comentários, tanto nos depoimentos dos palestrantes, quanto nas conversas informais, sempre emocionadas e emocionantes. As palavras de Célio Turino ecoando:

A autoridade está nas pessoas, na sociedade e não no Estado. Fizemos normalmente o caminho inverso que impede o desenvolvimento pleno [...] Romper com o que impede a polifonia, as muitas vozes [...] travar as possibilidades de narrativas na primeira pessoa [...] Os meios de produção colocados nas mãos de quem produz [...] O homem enquanto medida das coisas, o Vitruviano de Leonardo da Vinci.



Solenidade de Encerramento: João Bosco e a Orquestra Sinfônica de Heliópolis, SP
Foto: cuca.blogspot.com.br

Nos países ibero-americanos cresceu o interesse pelos Pontos de Cultura. Deste Congresso, partiu uma proposta de criação do Programa Ibercultura, nos moldes dos Pontos de Cultura. 15 nações assinaram a Declaração de São Paulo, na qual consta a decisão de submissão na reunião de Cúpula dos Chefes de Estado da Ibero-américa, para que o programa fosse implantado em 23 países.

3.3.3 1º Seminário Programa Cultura Viva e Pontos de Cultura: Novos objetos de estudo, Rio de Janeiro (RJ), 15 e 16 de outubro de 2009

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Secretaria de Cidadania Cultural/MinC e a Escola de Comunicação da UFRJ promoveram o seminário que contou com a participação de pesquisadores de Universidades de todas as regiões brasileiras, os quais apresentaram trabalhos acadêmicos em andamento ou já finalizados, que tinham por objeto de estudo o Programa Cultura Viva e/ou alguma das suas ações, bem como políticas públicas culturais.

A diversidade de áreas do conhecimento, abordados nesses estudos, revelou o potencial transdisciplinar do programa Cultura Viva ao reunir estudos nas mais diversas áreas: ciências sociais, geografia, serviço social, educação, administração pública, informática, antropologia, comunicação e artes, turismo, dentre outras.

Finalizado o evento, os pesquisadores se reuniram na perspectiva de dar continuidade a essas reflexões e troca de saberes. Surgindo assim algumas propostas, tais como: a criação de uma revista eletrônica; a realização de um outro seminário de pesquisas na Teia 2010 com a participação de Pontos de Cultura e demais interessados; a participação dos pesquisadores em Congressos e encontros acadêmicos; a realização de iniciativas de formação em cursos de extensão junto às Universidades; a formação de trabalho em conjunto com Pontos de Cultura para o exercício da sistematização de suas experiências.

3.3.4 Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, Pirenópolis-GO, 18 a 20 de novembro de 2009.

A caminho de Pirenópolis, paramos em Ceilândia, cidade satélite mais populosa do Distrito Federal, surgida em 1971 a partir de uma campanha de erradicação das muitas invasões recebidas com a construção de Brasília. Ceilândia tem diversos problemas sociais, mas nós tínhamos uma destinação certa: conhecer o Grupo Atitude, ONG criada por um grupo de jovens moradores da cidade. Ponto de Cultura de múltiplas atividades, todas voltadas à cultura da paz, e também da profissionalização e geração de emprego e renda para seus integrantes e a comunidade em geral.



Foto: Alba Marinho, 2009



Foto: Alba Marinho, 2009

Oferece diversos cursos profissionalizantes: grafiteagem, vídeo, produção musical, música que vai de instrumental a DJ, passando pelo maracatu, samba, hip hop, break dance, uma biblioteca – a Felicidade Clandestina, em homenagem a escritora Clarice Lispector. Uma rádio que tanto serve para as aulas de radialismo, quanto para veicular programas de interesse da comunidade. E um transporte utilitário para que possam realizar oficinas itinerantes.

Continuando nosso trajeto e chegando a Pirenópolis, mais uma agradável surpresa. Teríamos um tempo para conhecer o centro da cidade, e melhor, guiados por “Seu” Bastião de Chica, um Mestre Griô, conhecedor de histórias e causos da cidade, além de ser benzedor, brincar nas folias de Congo, e também foi parteiro por 6 vezes ajudou crianças a chegarem nesse mundo. Ele contou que já houve um tempo em que os moradores de “Piri” tinham medo dele, mas que hoje mudou muito. Ser reconhecido como Griô o ajuda a ser melhor a cada dia e permanecer vivo e com saúde.



Vista parcial da cidade e participantes do evento
Foto: Alba Marinho, 2009



Sr Bastião de Chica
Foto: Alba Marinho, 2009

O Seminário Internacional, promovido pela Secretaria de Cidadania do Ministério da Cultura em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, teve início nessa noite com um jantar de confraternização entre protagonistas sociais do programa Cultura Viva, representantes de instituições parceiras, pensadores e pesquisadores acadêmicos contemporâneos nacionais e estrangeiros.

O evento teve por objetivo fazer uma reflexão crítica e traçar novos mapas conceituais, a partir da experiência vivida nos Pontos de Cultura e em outras ações

do programa. A metodologia adotada privilegiou o ecletismo do grupo e a troca de saberes, ora reunidos em Grupos Aglutinadores temáticos, seguidos de espaços de encontro nos Círculos de Convergência. Sempre em busca de aprofundar a discussão e a convergência dos conceitos estruturantes do Programa, ou seja, protagonismo, autonomia, empoderamento, gestão em rede. Os resultados foram apresentados na Carta de Pirenópolis (Vide Anexo A), e em uma publicação de mesmo nome do evento, lançada na Teia Fortaleza.²⁹

3.3.5 Teia.PE 2010, Gravatá (PE), 25 a 28 de fevereiro



Aqui se defende que, por contemplar a diversidade cultural, os momentos de encontro geral dos Pontos são particularmente propícios à observação. Exemplar é o ocorrido no Encontro dos Pontos de Cultura de Pernambuco, TEIA.PE 2010, acontecido de 25 a 28 de fevereiro. A ampla programação incluía palestras, mesas coordenadas, grupos de discussão por segmentos e linguagens, apresentações artísticas, eleição de Sub-conselheiros de Segmentos, do Sub-conselho Regional e do Conselho Geral da Rede.



Ponto Pastoral da Tia Nininha
Foto: Alba Marinho, 2010



Apresentadores: Mateus e Catirina
Foto: Alba Marinho, 2010



Reunião de Grupo de Trabalho
Foto: Alba Marinho, 2010

²⁹ Livro disponível em http://www.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/01/SeminarioCulturaViva_final.pdf

Os participantes ainda tiveram de se dividir em grupos de trabalho - GTs para discussão e elaboração de propostas para a TEIA Nacional 2010, que veio a acontecer no mês de março em Fortaleza-CE. Nesses GTs os integrantes formaram cinco grupos, de acordo com seus interesses, escolhidos entre os seguintes eixos: I - Produção Simbólica e Diversidade Cultural; II - Cultura, Cidade e Cidadania; III - Cultura e Desenvolvimento Sustentável; IV - Cultura e Economia Criativa; V - Gestão e Institucionalidade da Cultura.

Por convite da coordenação do evento, coube-me ser a facilitadora do GT II - Cultura, Cidade e Cidadania, tendo por foco a cidade como espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia de direitos e acesso a bens culturais. A oportunidade mostrou-se singular, observadora participante privilegiada, ampliava-se a visão do meu universo de estudo. Heterogêneo, trata-se de um grupo representativo de diversas regiões do Estado de Pernambuco: Região Metropolitana do Recife, Mata Norte, Agreste Central, Agreste Meridional, Sertão do Araripe e Sertão do Pajéu.

Assim o GT II - Cultura, Cidade e Cidadania, ao ser moderado pela autora deste estudo, buscou repassar para o grupo o amparo teórico encontrado e plenamente de acordo com Barbosa (2009) na afirmativa de que

Cidadania, território e políticas públicas são elementos constituintes de um projeto radical de Democracia, uma vez que reúnem - em suas diferentes dimensões - as possibilidades de fortalecimento da sociedade civil como autora de proposições e decisões que garantam o exercício da vida em sua mais ampla e diversificada expressão.

Em seu desenvolvimento a primeira parte da discussão contemplava a seguinte reflexão: A rede dos Pontos de Cultura de Pernambuco. O que é Rede PE? Qual a rede que queremos? ³⁰

³⁰ A opção de transcrição de todos os depoimentos foi feita por diversos motivos: manter o documento em sua íntegra para que os estudos e interpretação das falas possam ir além desta tese. Esta foi a última Teia.PE realizada. A 2011 não aconteceu. Em 2012 aconteceram reuniões preparatórias, porém a Teia também não chegou a ser realizada.

Para começar a rede tem que ter o primeiro ponto. O Estado vem historicamente falhando nesse papel. Falta participação dos municípios, muitos nem tem secretário.

Lot Bernardino (Alcance do Mundo Sensível – Associação de moradores do Entra Apulso – Recife)

Muitos já eram articulados antes de ser Ponto de Cultura. O funcionamento de uma rede está atrelado aos objetivos geral e específicos. O norte não é só dado pelo poder público, mas pelo coletivo, que está além do Estado, de partidos. A gente força o Estado para construir a política.

Izabel (Centro de Capoeira São Salomão - Recife)

Esse nó principal, o primeiro nó é muito importante para começar a rede. A ideia de rede é que toda esteja interligada, os nós fortes e fracos. Vai se aprendendo com o tempo e aperfeiçoando o nó. Cada um dos Pontos de Cultura é ponto principal e importante, começando a rede de cima para baixo, numa pirâmide invertida. Nós estamos organizados ao ponto de começar dando visibilidade individual e de todos os Pontos de Cultura.

Jurandir (Vivendo nossas Raízes – Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife)

A teia e a discussão de rede foi fomentada e criada pelo governo, mas a rede não deve pensar a partir do governo, mas de sua comunidade. É fácil ficar dizendo que só posso fazer se o Estado ajuda. É muito importante a troca de serviços para fortalecer a rede com apoio ou não do governo, O importante é entender o que é rede, os objetivos, e assim a rede funciona.

Anderson (Eco da Periferia - Recife)

Nesse momento já é possível identificar dificuldades no entendimento do que seja “Rede” e seu funcionamento. Nas palavras iniciais, Lot coloca que a rede tem um primeiro ponto, papel que caberia ao Estado, mas este não cumpre seu papel. Já Anderson entende que apesar da formação da rede ser fomentada pelo governo, ela deve ser pensada a partir da comunidade. E chega a sugerir uma saída: a troca de serviços para conseguir a autonomia. Sem que percebam, todos discutem o pensamento de Milton Santos, e os que tradicionalmente integram as horizontalidades estão em busca de assumir novos papéis.

A gente já era Ponto de Cultura antes de ser Ponto de Cultura, já estávamos inseridos em outras redes. A internet é crucial para funcionar a rede e amarrar os pontos. A rede é feita de pontos e não de nós. O pescador quando vê o nó da rede ela desata e faz ponto. A

rede é essencial. A gente se comunica com os mestres griôs na rede, pessoas que não sabem ler nem escrever, mas tem seu email, orkut. O software livre também ajuda muito porque é nosso.

Marcos (Coco de Pontezinha – Cabo de Santo Agostinho,
Região Metropolitana do Recife)

“Compromisso da Rede PE: a rede tem o poder de se organizar politicamente. Toda rede tem um objetivo, tanto simbolicamente como na prática. O objetivo é mostrar a força, mostrar externamente que está organizada internamente. Nós fazemos cultura de raiz. E bom pensar enquanto rede para ter força política, atrair impostos pagos por pessoas humildes, que não fazem parte do governo e nem de seus interesses. Se a gente não mostrar ao governo que nos temos direitos aos impostos como consta na Constituição Federal que se refere ao percentual que deve ser destinado ao fomento da cultura. É obrigação da rede cobrar do governo, não interessa quem é, amarelo, preto, branco, independente disso. Cantores famosos aprovam projetos e populares não”.

Zenilton (Homem de Barro - Recife)
Réplica a Anderson (Eco da Periferia)

A questão da informação, da troca, para os Pontos de Cultura que são do interior é muito importante, porque estão distantes.

Iláide (Alegria de Pé de Serra – Exu, Sertão do Araripe)

A gente sentiu dificuldade para vir a Teia PE porque o email do grupo voltava, tivemos que procurar outras pessoas organizadoras. Nós não estávamos inseridos. É preciso checar quem está inserido na rede [...] essa coisa de interação funcionou bem na zona da mata norte e poderia servir de exemplo para a Região Metropolitana do Recife.

Salatiel (Engenhos dos Maracatus – Nazaré da Mata, Mata Norte)

10 a 15% dos Pontos ainda não conseguem se incluir na rede pela dificuldade de conexão à internet. Nenhuma operadora de telefonia ainda não disponibilizou oportunidade para a comunidade porque não é de interesse das empresas porque não tem mais de 500 famílias.

Jurandir (Vivendo nossas Raízes)

Uma solução é conexão 3G

Marcondes (Boi da Macuca – Correntes, Agreste Meridional)

Finalizado o tempo estipulando às primeiras reflexões, a um estímulo da mediadora ao grupo, foi apresentada por Izabel a seguinte compilação: “A rede que queremos

deve ser autônoma, solidária entre si, interligada, democrática, com poder de intervenção política nas decisões relacionadas à cultura”.

Dando continuidade aos trabalhos, a segunda parte do debate, teve por foco: a cidade como espaço de produção, intervenção e trocas. Mais que discutir o foco proposto, o grupo canalizou as discussões no sentido de estratégias voltadas à divulgação das suas artes. Apesar das interferências, a facilitadora entendeu ser a temática de grande interesse para os integrantes:

Proposta de criação de mídias alternativas para construir a contra-hegemonia. Mecanismos de enfrentamento da sociedade, construir vídeos e que a Teia veicule nacionalmente, nas TVs públicas, e começar também o enfrentamento com TVs privadas que devem ter seu papel social também. Precisamos começar a combater com a mesma moeda.

Izabel (Centro de Capoeira São Salomão)

A cultura está no sangue mas tem que ser propagada, veiculada.

Marcos (Coco de Pontezinha)

E o acesso às mídias públicas? para ter acesso à TV cultura tem que comprar antena. Invasão da mídia, banalização dos programas de auditório. Que tipo de cultura a gente precisa? Do jeito que esta a gente não vai ter futuro. As crianças estão sendo educadas nesse cenário.

Jurandir (Vivendo nossas Raízes)

Falta de um local que fosse ponto de encontro, para exposição, troca de experiências, apresentações.

Izabel (Centro de Capoeira São Salomão)

Tem que ter compromisso social. Estamos perdendo nossa identidade há muito tempo porque toda mídia é do poder do Estado. Não tem programação boa.

Lot Bernardino (Alcance do Mundo Sensível)

A gente tem que observar que fazemos parte de uma federação que arrecada trilhões de impostos, e muito dinheiro e o que está acontecendo: quando vejo os números de recursos de milhões de reais e pra onde vai esse dinheiro? A gente esta fechando a rede com nossa responsabilidade, mas não podemos eximir o Estado. O povo não tem que fazer o papel do Estado. O Estado tem deveres que tem que cumprir. A gente não pode se fechar e esquecer que

tem uma Secretaria de Cultura, um Ministério de Cultura. A gente tem que pensar como um todo, não só fechar nos Pontos de Cultura.

Zenilton (Homem de Barro)

A cidade é espaço de produção, onde eu desenvolvo meu trabalho antes de ser Ponto de Cultura. Na cidade não tem casa de espetáculo nem pública nem privada. Tem resistência da própria comunidade local. Tem que ter atração de fora nas festas se não massacram o gestor público. Somos desacreditados no próprio município.

Carlos (Oficina da Criação – Serra Talhada, Sertão do Pajeú)

A gente sempre volta para discussão de quem fez isso foi a mídia. A educação que a tv, que as rádios passam, para desconstruir isso é um desgaste muito grande. Temos que ter um espaço na mídia para aparecer tanto quanto o forró estilizado, brega, swingueira.

Anderson (Eco da Periferia)

Realmente observa-se que o retorno às questões relacionadas à mídia é uma constante, seja ela eletrônica ou digital. Também se evidencia que a obrigatoriedade de que todos os Pontos tenha que adquirir o kit multimídia não significa que façam o uso adequado dos equipamentos, portanto, o acesso às novas tecnologias não garante uma comunicação entre os Pontos, menos ainda ao amplo universo midiático.

Apesar da questão política no interior, do preconceito, nos estamos se fortalecendo e nos impondo como produtores locais. A rede deve mostrar aos gestores locais a importância de criar uma secretaria de cultura.

Ivan (Bacamarte Tiro da Paz, Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife)

Discordo de Zenildo em inserir o Estado na discussão da Rede. A Rede tem que ser autônoma, questionar e pressionar o Estado. Não podemos fechar demais a cultura e excluir pessoas que hoje podem estar fazendo trabalho de má qualidade, mas que podem fazer trabalho de boa qualidade no futuro.

Jurandir (Vivendo nossas Raízes)

Discordo de Jurandir porque tem que chamar o governo para discussão porque nos somos sociedade civil e não gestores, nos temos que dizer ao gestor o que fazer e como fazer. Não podemos fazer o papel do governo. Nós temos que nos apoderar dos espaços públicos enquanto agentes culturais. Problema das rádios

comunitárias: projeto de lei para fazer parceria com Anatel para liberar rádios comunitárias de única frequência e alcance da comunidade. Precisa usar melhor a internet.

Marcondes (Boi da Macuca)

Finalizadas as discussões os minutos ficaram reservados para a redação das propostas a ser levadas para a plenária:

“Que o MinC faça um convenio com a ANATEL, com o intuito de facilitar as concessões de Rádio Comunitária, para os Pontos de Cultura, com a criação de uma Faixa específica só para os Pontos. Essa proposta tem o intuito de melhorar as comunicações entre a comunidade e os pontos e entre os pontos”.

“Que possamos solicitar dos nossos governantes a obrigação do Estado em abrir aos pontos de cultura um canal aberto para a divulgação das ações comunitárias como forma de atrair a comunidade trazendo cidadania e autoestima a todo Ponto de Cultura”.

“Que a todo Ponto de Cultura possa ser facultado a possibilidade de instalação de uma rádio comunitária em sua localidade, isto para serviços sociais e culturais e de utilidade pública da comunidade. Todas as rádios com uma mesma frequência”.

“Que seja facultado pelos municípios que os Pontos de Cultura atuem em espaços físicos para a venda dos produtos produzidos pelos Pontos trazendo assim mais qualidade de vida aos participantes”.

“Criação de um festival de cultura em cada município com o objetivo de divulgar e fortalecer a cultura histórica local, que apresente a gastronomia, a música, vestes, costumes, brincadeiras infantis e a dança. A partir da presença de formação com oficinas permanentes para fortalecer os objetivos”.

“Abrir espaços de mídia e divulgação cultural e suas potencialidades locais nos veículos de divulgação comerciais”.

“MinC, Fundarpe, Anatel e Secom de alguma forma conceder aos Pontos de Cultura direito de concessão a rádio comunitária, onde os pontos que tenham atuação na comunicação, ou tenham interesse em atuar nesta área possam ter o próprio veículo para divulgação da produção cultural do ponto e da comunidade”.

“Garantia na rede pública dos veículos de comunicação (TV, rádio) o direito de veiculação, exibição da cultura produzida nos Pontos de Cultura (MinC, Fundarpe)”.

“Criar um mecanismo de obrigatoriedade através de leis garantindo o mínimo de 2 horas de cultura local. (pernambucana); rádio – músicas culturais de Pernambuco e novas produções musicais e outros. Incluindo também as TVs”.

“Construir mídias eletrônicas para socializar as experiências e tradições culturais construídas nos pontos de cultura como veículos de informações que combatam os preconceitos e as de discriminação”

“Criar uma caravana cultural itinerante que fortaleça as tradições culturais, em suas diversidades lingüísticas, que circule nos estados, empoderando os pontos de cultura”.

“Construir equipamentos públicos para exposições e apresentações dos pontos de cultura das cidades e um calendário para realização de encontros, festivais entre outros eventos”.

“Grupos culturais itinerantes; educação cultural nas escolas; espaço na mídia para a cultura local; parceria entre sociedade civil organizada e governo; apoderamento dos espaços públicos como forma de divulgação; rádio como forma de divulgação, a partir de uma concessão feita pelo governo”

“Fomentar e promover o acesso de todos os pontos de cultura da Rede-PE à Internet, garantindo inclusão digital e democratização de acesso à informação. E paralelamente se fortalecer a Rede-PE, garantindo-se uma troca efetiva de informações entre as cidades e pontos, num exercício efetivo de cidadania”.

“Garantir o fortalecimento dos pontos no uso da internet; garantir o intercâmbio ponto a ponto criaria caravanas culturais; garantir fóruns de discussão que vise o fortalecimento cultural, cidade e cidadania; garantir espaço e divulgação na mídia”.

“Provocar um relacionamento entre a rede e o governo; entevi (*sic*) o poder federal e estadual nas políticas municipais de cultura para se melhorar mais as suas ações na área”.

“No estágio pós-convênio, assegurar até 50% do valor do convênio por igual tempo para aqueles que passarem por uma avaliação de coeficiente positivo em suas ações durante o financiamento”

“Provocar a criação de Pontões de Cultura no interior, visto que este ainda é um fomento que se concentra prioritariamente na RMR”.

“Promover oficinas e capacitações voltadas para a elaboração e gestão de projetos culturais, bem como àquelas que envolvam a sustentabilidade das ações após o encerramento do convênio”.

“Criar um marco legal que garanta os Pontos de Cultura como lei e não apenas como programa de governo”.

Confirma-se que dar voz aos atores sociais é, sem dúvida, um método eficaz na análise da importância, da adequação e das correções nos rumos das políticas culturais implantadas. E, ainda, identificar como vai tomando forma um movimento a partir de uma ideologia que une indivíduos heterogêneos, de grupos diferentes, espaços geográficos diversos, porém unidos em um mesmo interesse, para um objetivo comum.

3.3.6 Teia.Brasil 2010, Fortaleza-CE, 25 a 31 de março de 2010



A primeira Teia Nacional que eu efetivamente iria “cair” dependia de uma seleção preliminar. Poderiam submeter trabalhos integrantes de Pontos de Cultura, estudantes, pesquisadores e estudiosos, apresentando artigos que colaborassem para a reflexão, análise e crítica sobre a atuação do Cultura Viva, focando em uma das ações específica do Programa ou em seu conjunto. 20 propostas seriam escolhidas por uma comissão integrada por membros indicados pelo Ministério da Cultura (MinC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O momento era delicado, ano de eleições presidenciais. O Programa Cultura Viva, mesmo transformado em Mais Cultura quando articulado conjuntamente com Estados ou Municípios, já apresentam seus problemas, a maioria associado aos entraves burocráticos. Partindo da suposição de que programas e ações públicas

entre as áreas de Cultura e podem trazer benefícios aos Pontos de Cultura, o artigo Pontos de Cultura: Alinhavos para o Turismo?, foi por mim enviado e aceito.



Auditório do Seminário
Foto: Sophia Rocha, 2010

O Seminário Cultura Viva aconteceu nos dois primeiros dias em um dos auditórios do Centro Cultural Dragão do Mar. Pesquisadores das mais diversas regiões do País, sotaques variados apresentando e discutindo acerca das muitas faces e nuances do Programa Cultura Viva. Um dos muitos momentos de maior emoção ficou por conta da visita de Célio Turino, que ao final da Teia 2010 já não mais responderia pelo Programa Cultura Viva, mais ainda fez a seguinte declaração:

Esse novo jeito de fazer política sempre existiu nas bases do Brasil, mas a diferença é que ele não era percebido. Em relação ao Cultura Viva, por exemplo, a mídia tradicional nem fala desse programa. O Estadão, quando falou, foi para criticar o financiamento dos equipamentos para uma rádio comunitária. E esse silêncio foi bom para nós.

Porém o momento de maior comoção estava reservado para o encerramento do Seminário, de forma imprevisível. Em meio à plateia, levanta-se um senhor em trajes modestos, segurando uma pequena e envelhecida gaita, e diz:



Sr. Ciro Rojo
Foto: Sophia Rocha, 2010

“Eu sempre venho pra sessão de cinema grátis que acontece aqui todos os sábados. Hoje cheguei aqui e encontrei vocês discutindo essas coisas importantes... Resolvi ficar... Sou poeta e músico e descobri que eu também sou um Ponto de Cultura!”. Ciro Rojo

Participaram também do seminário ativistas da Argentina, Peru e Colômbia na defesa de apoiar a ampliação dos Pontos de Cultura para todos os países da região latino-americana. Paloma Carpio (Peru) conseguiu a vinda de uma deputada peruana para participar da Teia. Na ocasião enfatizou a necessidade de:

fazer com que os governantes entendam que o progresso de um país não tem a ver apenas com indicadores macroeconômicos, mas com desenvolvimento cultural e humano. O governo peruano aplica hoje apenas 0,084% de seu orçamento em todas as questões culturais, incluindo a preservação de Cuzco e Machu Pichu, dentro de uma ótica que entende cultura principalmente como patrimônio histórico. A boa notícia é que a Comunidade Andina de Nações (da qual fazem parte Colômbia, Equador, Bolívia, Peru e Venezuela) recebeu recentemente a proposta que, apesar de ainda não ter entrado em discussão, foi a princípio bem acolhida.

Mas nem só de seminários, reuniões e plenárias era feita a Teia, afinal trata-se de um grande encontro de cerca de 2.500 Pontos em suas múltiplas diversidades de manifestações a serem mostradas, ensinadas, aprendidas. Estes eram os momentos em que a formação da Teia se mostrava em sua plenitude. Em palcos, ruas, praças e tantos outros espaços da Cidade.



Espaço Cultural Dragão do Mar
Foto: Sophia Rocha, 2010



Maracatu Leão Coroado/Mestre Afonso
Foto: Sophia Rocha, 2010

O Ministro Juca Ferreira esteve presente à abertura oficial e fez elogios a Célio Turino que se desligava da Secretaria da Cidadania Cultural para ser candidato a Deputado na eleição que estava por vir. A despedida foi emocionada e Célio aplaudidíssimo.



TT Catalão, Célio Turino, Juca Ferreira.
Foto: Sophia Rocha, 2010

A comunicação de que TT Catalão assumiriam a Secretaria a partir do dia 1º de abril foi bem aceita. Poeta, jornalista, fotógrafo, TT já participava do Programa Cultura Viva desde os princípios. Amigos, não haveria mudanças nos rumos. Enquanto o Ministro fazia o anúncio, Célio abraçava TT. A plateia, também comovida, parecia não lembrar que estava em ano de eleição presidencial, ou talvez pensasse que a provável eleição de Dilma Rousseff significaria a manutenção da estrutura das ações, bem como das pessoas que compunham a estrutura organizacional do MinC. Entretanto não aconteceu o esperado e movimentos reivindicatórios começaram a acontecer, a exemplo da mobilização nacional intitulada: Continuidade com Melhorias, ANISTIAR, AMPLIAR E DEMOCRATIZAR”. (Vide Anexo B)

3.3.7 Redesenho do Programa Cultura Viva, Brasília-DF, 6 e 7 de dezembro de 2012

Posse da Presidente Dilma, Ana de Hollanda assume o MinC, turbulências no ministério conforme se verá no capítulo seguinte. Após um período de “congelamento”, de acordo com o dizer dos pontistas, estive entre os cinco pesquisadores convidados a participar do Seminário. (Vide Anexo C). Tinha notícias de que um grupo vinha se reunindo para discutir o redesenho do Programa Cultura Viva, necessidade identificada pelo MinC, a partir dos resultados de pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Sabe-se que o IPEA tem por função prestar assessoria altamente especializada para o Governo. Auxiliam, mas não tomam a decisão final, esta fica sob a responsabilidade dos órgãos contratantes. E era essa avaliação da proposta de redesenho que o seminário tinha por objetivo. A proposta, assessorada pelo IPEA, apresentava o resultado de Grupo de Trabalho (GT) intersetorial que havia se reunido periodicamente, tanto em reuniões presenciais, quanto em encontros virtuais.

O Seminário, uma parceria da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural/MinC e IPEA, tinha público total estimado em 200 participantes, incluindo o GT. Por solicitação espontânea, alguém fez uma saudação e pedido de licença a Lia de Itamaracá, que, aliás, não estava presente, e rapidamente formou-se uma roda de ciranda. Entre as autoridades a compor a mesa, o Secretário de Política Cultural do MinC, Sérgio Mamberti destacou que iniciar com uma ciranda foi bem significativo: juntos de mãos dadas, no mesmo ritmo e em horizontalidade, somos mais fortes.



Foto: Alba Marinho, 2012

Mamberti fez um levantamento do MinC nos últimos 10 anos e afirmou ser o Cultura Viva um dos programas mais importantes, e afirmou: “Nós estamos crescendo porque passamos a dar mais valor para a participação popular e da sociedade civil”.

Outro momento de emoção na abertura foi a homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer, falecido no dia anterior, 5 de dezembro. O criador de Brasília recebeu um minuto não de silêncio, mas sim de aplauso. O líder indígena Álvaro Tukano, que integrava a mesa de abertura do evento, também fez uma sua homenagem: “agora ele está junto aos espíritos iluminados e amigos, como Darcy Ribeiro”.

Desfeita a mesa, Frederico Barbosa, do Ipea, e Márcia Rollemberg, secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, deram início a apresentação da proposta de redesenho. A cada nova colocação se percebia a inquietação dos ouvintes. Nem a simpatia nutrida por praticamente todos os Pontistas em relação à Márcia Rollemberg era capaz de apaziguar. Aberto o debate para o grande GT formado por todos os participantes do seminário, confirmou-se não ser o redesenho idealizado.



Dora, Álvaro e filhas.

Foto: Alba Marinho, 2012

O segundo dia, previsto como data de encerramento do evento, iniciou com uma benção de Dora Pankararú, acompanhada de seu Pai Álvaro e filhas. No mais, uma repetição do dia anterior, o grande GT não concordava com as propostas. E eu ia chegando a uma conclusão: entre os melhores resultados do Cultura Viva estava a formação de uma rede questionadora.

Os debates transbordaram para a manhã do dia seguinte, mas o modelo de redesenho não foi aceito pela plenária. Márcia Rollemberg agradeceu o esforço de todos e propôs o agendamento de uma nova reunião. Este convite resultou em uma carta assinada pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (Vide Anexo D). E ainda deve ecoar em seus ouvidos o questionamento de um participante; “A ministra Marta [Suplicy] que assumiu tem grande empoderamento se ela não conseguir resolver esse déficit histórico que o país tem com a cultura, não sei como será”.

4 E AGORA, O QUE SERÁ, QUE SERÁ? DILMA (2011-?)

Primeira mulher a assumir a presidência do País, Dilma Rousseff representava a expectativa de continuidade dos Pontos de Cultura, tanto por parte dos políticos quanto dos pontistas – assim se autodenominam os integrantes dos Pontos. Na Teia Nacional de Fortaleza, ano de 2010, Juca Ferreira falou em seu discurso que se a candidata Dilma ganhasse a manutenção estava garantida, pois ela já havia se comprometido. E acrescentou o ministro que acreditava na permanência do programa mesmo que outro viesse a sair vitorioso.

A nomeação de Ana de Hollanda, mais conhecida por ser irmã de Chico Buarque e outros familiares de destaque, causou certa surpresa e alguns temores. Após vinte meses de gestão extremamente criticada, Ana de Hollanda deixa o cargo de Ministra da Cultura. Desde o início da gestão deixou claro, em ações e pronunciamentos, que caminhava em direção contrária aos ministros anteriores – Gilberto Gil e Juca Ferreira – quando, contrariando a visão dos antecessores de promover a cultura livre e a circulação das ideias principalmente no ambiente digital, retirou as licenças Creative Commons do site do MinC (não mais permitindo o uso e reprodução, por usuários, de conteúdo – textos ou vídeos – disponíveis no site). Tal atitude teve todo o apoio dos representantes da indústria cultural no país.

Poucos meses após sua posse, mais precisamente no dia 25 de maio de 2011, recebeu a Comissão Nacional dos Pontos com representantes de todo o país. Lotando o plenário da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, os pontistas lá estavam para solicitar apoio para dar continuidade às ações do Programa Cultura Viva, e buscar soluções aos impasses gerados pelo atraso nos pagamentos. Um tanto surpresos, receberam da ministra um apelo: “Eu também desejo ver atendidas todas as reivindicações feitas aqui, mas peço a colaboração de vocês para podermos caminhar”. E complementou: “Quero que entendam que não é

má vontade da nossa parte e que o dinheiro não está sendo desviado para outras áreas”. (SALDANHA/ASCOM/MINC, 2011)³¹



Ministra em 1º. Plano
Foto: Lula Lopes/MinC

Acompanhada pela secretária de Cidadania Cultural do MinC, Marta Porto, que acrescentou a informação de que novos convênios só aconteceriam no ano seguinte, 2012. Aliás, a ministra costumava se fazer representar por Marta Porto. Como pesquisadora participante jamais tive a oportunidade de encontrar com a Sra. Ministra nos eventos.

Nesses eventos foi possível chegar a conclusão de que a Sra. Marta Porto não era adepta aos debates. Por exemplo, na primeira noite do concorrido ENECULT VII – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, acontecido em Salvador-BA em agosto de 2011. Última palestrante da noite, a Secretária de Cidadania Cultural assim abriu sua fala: “Tá todo mundo cansado, ai eu falo menos”. Aponta alguns desafios e fragilidades do Programa Cultura, trata de algumas medidas a serem tomadas, mas ainda em fase de desenvolvimento, discorda de palestrantes que a antecederam, se despede e sai sem abrir debate.

No mesmo ano fomos convidados a comparecer ao auditório do Porto Digital em Recife-PE, mais precisamente no dia 21 de outubro, para ver a apresentação sobre o Plano Nacional de Cultura, com a presença do Secretário de Políticas Culturais do MinC, Sérgio Mamberti (Vide Anexo E)

Lá chegando encontramos com delegações vindas de todo o Nordeste, exceto da Bahia que tem a sua própria representação. A extensa mesa composta por muitas autoridades, e além de Mamberti, outros secretários do MinC. Na ocasião Marta Porto abriu a apresentação, destacou que o Sistema estava sendo pensado com no

³¹ Disponível em <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ministra-pede-apoio-da-cnpdc-para-continuidade-e-ampliacao-do-cultura-viva/> , acesso em 20.12.2111)

mínimo 10 anos pela frente, para tanto estavam em caravana de Norte a Sul do Brasil, debatendo, ouvindo mais do falando. Lamentou o fato de ter um compromisso no Rio de Janeiro, necessitando ir de imediato para o aeroporto. A apresentação de fato acabou sendo feita pelo pernambucano João Roberto Peixe, Secretário de Articulação Institucional do MinC.

Retomando os “casos” da turbulenta gestão de Ana de Holanda, estão alguns questionamentos públicos como as críticas geradas pela aprovação de projeto de criação de um blog de leituras de poesia apresentado por Maria Bethânia, com quem mantém antigas relações de amizade, num valor de R\$ 1,3 milhão. A então ministra diz que “não tem nada demais” em pagar R\$ 600 mil à cantora, inclusos no valor total captado através da lei de incentivos culturais. (FABRICIO, 2011)³² Em relação a esse caso, a ministra publicou em seu site³³: “Vejo de uma forma preocupante essa demonização de artistas bem-sucedidos. Eu sou acusada de estar defendendo uma elite. Não defendo artistas bem-sucedidos, defendo cultura de alta qualidade.”

Ou ainda, após ser publicamente questionada por ter o MinC captado um milhão e novecentos mil reais para a turnê da sobrinha Bebel Gilberto e, mesmo assim, ser liberada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, a ministra afirmou que as críticas à sua gestão eram “turbulências forjadas”.

Apesar das críticas, associadas às reclamações de dirigentes de Pontos de Cultura sobre a não liberação das verbas a eles destinadas durante todo o período de gestão de Ana de Hollanda, o seu site oficial reproduz texto publicado no Jornal O Globo (20.10.2012) onde a ex-ministra afirma que o Cultura Viva é um dos programas mais complexos do MinC, tendo 3.703 Pontos de Cultura funcionando, com apoio do ministério, em todos os estados do país, e que “nesse um ano e oito

³² Disponível em em: <http://foranadehollanda.blogspot.com.br/> segunda-feira, 23 de maio de 2011 – acessado em 25.11.2012

³³ <http://www.anadehollanda.com.br/> acessado em 25.11.2012

meses quitamos as dívidas e atualizamos as parcelas de todos os que estavam em condições de receber. Deixamos vários novos editais prontos para serem lançados”.

É verdade que muitos Pontos estão com pendências de documentação e prestação de contas, problemas já relatados. Mas encontrar algum desses “todos” que tiveram suas parcelas quitadas parece uma tarefa difícil, pelo menos entre aqueles que estão em nosso universo de pesquisa:

Na gestão da Ana houve um refluxo grande, programa desacelerou, não houve investimento, prêmios, editais que estavam costumeiramente acontecendo acabou. Não foram pagos. O premio Escola Viva, importantíssimo do ponto de vista pedagógico e não financeiro, recurso pequeno. Mas tornar um jovem protagonista transversal, um ativista cultural. A burocracia não deixou. Se percebeu desde o início do governo Dilma que não era prioritário, redesenho muito distante do que se propunha o cultura viva . BETH DE OXUM, Coco de Umbigada, entrevista 03 setembro 2012.

Mesmos os que se encontravam em uma situação de equilíbrio não deixavam de reconhecer as dificuldades da gestão, respingando nos relacionamentos entre os Pontos:

Relações horizontais entre Pontos são boas, mas falta um diálogo mais profundo, definir objetivos. A manutenção da Rede é difícil, o eu fala mais alto que o nós. Por isso alguns se voltaram ao isolamento construtivo. Em relação às relações verticais, se mantidos os perrengues nas prestações de contas, se aplicados o rigor da lei, muitos grupos tradicionais acabariam. Se bem que o governo “força” o burlar da lei. [...] A ministra Ana de Hollanda teria que tentar parar mesmo. Como Ponto, aprendemos a andar mais rápido, quando estivermos correndo, vai ser difícil nos segurar. FABIANO SANTOS, Afoxé Alafin Oyó, entrevista em 06 de julho de 2012.

Em junho de 2012, poucos meses antes de sua destituição do MinC, Ana de Hollanda lança o livro *As metas do Plano Nacional de Cultura*, contendo as metas aprovadas desde dezembro 2011, fato que não deixa de revelar seu frágil poder político, isto porque anteriormente as publicações do Ministério costumavam ser lançadas com maior brevidade. O Plano buscava traçar um cenário para a Cultura a ser atingido até o ano de 2020, contendo metas visando atingir três dimensões da cultura: simbólica, cidadã e do desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

A publicação é antecedida por texto de apresentação da então Ministra e de seu Secretário de Políticas Culturais, Sérgio Mamberti. Ana de Hollanda afirma ser o planejamento a palavra-chave da sua gestão, e ser “a primeira vez, em quase trinta anos de existência, que o Ministério tem objetivos planejados a partir da discussão com a sociedade” [...] dialogando com a “pesquisa e produção de conhecimento” finaliza assegurando que “a população estará conosco na execução e fiscalização dessas metas” (p. 8-9).

Mas era perceptível a falta de apoio, bem como a mudança na forma de atuação do MinC em relação ao Programa Cultura Viva na gestão, o que causou preocupação praticamente em toda a Rede de Pontos de Cultura, tanto em nível nacional, quanto internacional. Em outra frente, fragilizou-se entre os petistas ao cancelar a nomeação do sociólogo Emir Sader – Por ela mesma convidado – para presidir a Fundação Casa de Rui Barbosa, depois que ele declarou que ela era “meio autista”. (CAMPANERUT, 2012)

Em entrevista, Juca Ferreira afirmou que a gestão de Ana de Hollanda era um “desastre”, opinião compartilhada por nomes como Fernanda Montenegro e Marilena Chauí. (BALLOUSSIER e MAGENTA, Jornal Folha de São Paulo, 2012). Esse compartilhamento incluía os Pontos de Cultura:

Para além do institucional teve o axé dos povos, o axé da Cultura Viva. O Estado não produz cultura é o povo e a sociedade (...) Estado produz muita burocracia (...) é nos na fita e esse axé ninguém nos tira. Podem tirar o programa, mas esse axé, ninguém nos tira.
Beth de Oxum, entrevista em 03/09/2012.

Mas as críticas e os problemas da ex- ministra parece estar longe de acabar. Marta Porto, a mesma que representava Ana de Hollanda em diversas ocasiões, após deixar o cargo no governo por desavenças pessoais com a então ministra, dedicou-se a escrever um livro que tem o nome provisório de “Arte e Cultura em Tempos de Brasil”, onde apresenta críticas a gestão do MinC e o seu viés economicista.

O governo da Presidente Dilma acena com ares mais simpáticos para a gestão de Marta Suplicy. O orçamento para 2013 chega próximo aos 3 bilhões, um valor que ultrapassa em mais de 40% da verba existente no período de Ana Hollanda. Some-

se ainda R\$ 1,77 bilhão relativos à liberação para a Lei Rouanet. Mas, mesmo com o incremento do orçamento, o MinC ainda não atinge o sonho de Gilberto Gil, em elevá-lo para 1% da arrecadação federal. A verba não chega a 0,5%, de uma arrecadação estimada, para 2013, em R\$ 1,5 trilhão. (CARA, 2012)

Outro aspecto que acena com uma gestão mais próxima ao Programa Cultura Viva nos períodos de Gilberto Gil e Juca Ferreira foi o fato de que mesmo antes de assumir o cargo, Marta Suplicy acionou, nos bastidores, seus pares de senado para que tirassem da gaveta e aprovassem a Proposta de Emenda Constitucional que cria o Sistema Nacional da Cultura, idealizada desde 2003, ainda no governo Lula; da mesma forma, Marta conversou com companheiros de partido na Câmara dos Deputados pedindo celeridade na votação da criação do Vale-Cultura, uma medida de incentivo ao consumo de bens e serviços culturais intensamente desejadas por artistas nacionais, também idealizado na gestão Lula. O projeto propõe a liberação



de R\$ 50,00 para trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos e que poderão ser utilizados nas áreas de Artes Visuais, Artes Cênicas, Audiovisual, Literatura, Humanidades e Informação, Música e Patrimônio Cultural. O projeto foi finalmente aprovado no dia 04 de dezembro de 2012. (MOURA, 2012)

Marta Suplicy em meio aos passistas de Frevo
Foto: Montserrat Bevilaqua, 05/12/2012

A ministra esteve presente na sede da Unesco quando o Frevo Pernambucano foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Comemorando o resultado disse ser o Frevo uma força viva, e que o reconhecimento ajuda a manter e preserva nossa riqueza cultural.

Porém Marta herda grandes entraves das gestões anteriores. Possivelmente a “máxima” de que “cultura é um bom negócio” que permanece em atividade e lamentavelmente “aprimorada” em alguns aspectos: acordo de cooperação técnica

firmado recentemente entre o MinC e a Petrobras Distribuidora S.A., transferem para a estatal a pré-seleção dos projetos inscritos. Apenas estes serão submetidos à análise do MinC. A justificativa está “no alinhamento de procedimentos e diretrizes públicas, **viabilizando a redução de gastos com análises desnecessárias**”.³⁴ (grifo nosso)

A herança inclui também a Lei de Diretos Autorais e a revisão da Lei Rouanet, que colocou em terrenos antagônicos por um lado os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira e por outro a ministra Ana de Holanda, dividindo ainda classe artística, produtores culturais, empresários e entidades ligadas ao setor. Mas chega a oportunidade de Marta Suplicy trabalhar para recuperar o seu fôlego político. Fôlego que faltou quando foi alçada a ministra do Turismo no governo Lula, e teve uma gestão discreta, não condizente com a sua trajetória.

Talvez por temer que o mesmo aconteça na nova gestão ministerial, logo na primeira quinzena de 2013 Marta Suplicy tenha sido convidada a se reunir em São Paulo para participar de uma reunião articulada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura. (Vide Anexo F)

³⁴ Ver Acordo MinC e Petrobras, disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2012/12/10/acordo-minc-e-petrobras/>, acessado em 11/12/2012.

5 PONTOS DE CULTURA: ALINHAVOS PARA O TURISMO?

Com quantos *gigabytes* se faz uma jangada um barco que veleje

Gilberto Gil

A suposição defendida é de que programas e ações públicas entre as áreas de Cultura e Turismo podem, potencialmente, trazer benefícios aos Pontos de Cultura, desde que envolvendo políticas protagonizadas pelos grupos culturais. Aí sim, jangada, barco, ônibus, avião, bicicleta serão meios de transporte para que o turista, ou mesmo o morador das localidades próximas em seus momentos de lazer, viagem com destino a redes de diversidade cultural.

Idealizador dos Pontos de Cultura, diz Turino (2009:76) que o Programa Cultura Viva aproxima diversos movimentos, classificando-os em três: associativo/reivindicatórios; novos movimentos sociais; e manifestações culturais tradicionais. Dentre os citados, as manifestações da cultura tradicional estão entre os atrativos mais comumente relacionados ao mercado do turismo, portanto, nestas manifestações encontra-se o recorte deste capítulo.

Sabe-se que manifestações culturais têm as suas origens nas comemorações comunitárias – festas religiosas ou profanas. O homem comemora há muitos séculos os seus ritos de passagem, relembra as suas datas festivas e de pedidos ou agradecimentos de boas colheitas. São os restos dessas práticas do passado, suas evoluções e evocações que chegam ao presente, incorporadas aos calendários festivos, aos saberes e fazeres. Enfim, este é o legado do patrimônio imaterial que marca as diversidades culturais nacionais, regionais ou locais atualmente observadas no cotidiano dos povos.

São as experiências cotidianas proporcionadas pelos Pontos de Cultura em suas comunidades, associadas às vivências e convivências com os visitantes que se entende poder esclarecer até que ponto a cultura forma par com a cidadania, até que ponto vai a capacidade da cultura em reformular territorialidades. Confirmou-se que os Pontos tem sim esta capacidade, mas falta apoio das várias esferas

governamentais que seriam os principais responsáveis. Vejamos o depoimento de Expedito Paula Neves, pontista e Representante Estadual da Matriz Africana:

Já desenvolvíamos um trabalho junto com a comunidade, desenvolvendo atividades principalmente com os jovens. Enquanto para nós era a Lei do silêncio para o tambor. Agora está saindo milhões para políticas do governo que dizem voltadas às crianças, mas o que se vê é porrada nas crianças, enquanto no discurso é ...não sei o que, criança!... E agente pedindo com a cuia. [...] A luta que nos temos na comunidade não é de agora, hoje estamos perdendo de novo os jovens. Hoje fazemos papel que é do governo. Sou da ação, do acontecer, não da burocracia. O kit multimídia já está obsoleto, computadores quebrados ... e os guris com R\$ 300, R\$ 500 mil no bolso, vindo do crack. Não é somente com plumas e tambores que vamos retomar essas crianças... queremos salvar nosso povo, queremos resistência cultural, Expedito, mais conhecido como Dito de Oxossi, em 28/04/2012, durante a reunião Pré-Teia.PE 2012.³⁵

Potencialidade, fortalecedora das horizontalidades, bem como do uso turístico. Uso que não passa despercebido pelos Pontos, não raro ampliadas em suas possibilidades de repercussão positiva:

(...) acho, que a cultura popular pode ser oferecida aos trades turísticos, aos programas de educação, saúde enfim, em tudo que permeia as relações sociais, até no lanche quando oferecemos uma tapioca estamos nos valendo da cultura popular... Espero que minha opinião seja de alguma utilidade.

Beto Hees, produtor cultural do Ponto Estrela de Lia, da conhecida cirandeira Lia de Itamaracá.

Todavia, há que se destacar que essa relação entre identidade e alteridade cultural remete à própria dinâmica relacional dos grupos sociais encontrados nos múltiplos espaços. Conforme afirmativa de Raffestin é no território que se estabelecem as relações de poder, ou seja, o território é base e produto das ações dos atores sociais que se apropriam do espaço e produzem seus sistemas, ou suas redes. “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores que produzem territórios”. (1993, p. 161). Produzimos territórios e suas práticas culturais.

³⁵ A Teia.PE 2012 não chegou a acontecer.

Quanto ao conceito de cultura, Certeau considera que toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não o é necessariamente ou, não é forçosamente reconhecida como tal, pois, “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza.” (1994, p. 142)

Questão que faz parte das reflexões de estudiosos como Nestor Garcia Canclini ao explicar mais especificamente acerca das culturas populares no capitalismo:

As culturas populares se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte de seus setores subalternos, e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida (CANCLINI, 1983, p. 42).

Certamente essa apropriação ainda é desigual, e acrescentamos a visão de Eduardo Yázigi (2003), quando diz que nas questões centrais trazidas pela globalização, a cultura vem sendo reduzida a categorias de espetáculo, desvinculada do cotidiano. No entanto, causa alegria saber que no Estado de Pernambuco, essa precipitação não passa despercebida pelos Mestres de Maracatu e Cavalo-Marinho.

Em 2009, em colóquio promovido pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) sobre encenação e cultura, denominado “Tradição e Contemporaneidade na cena do Cavalo Marinho”, o Mestre Biu Alexandre, ou como prefere, Zelador ou Domador do Cavalo Marinho Estrela de Ouro, da cidade de Condado, zona da mata norte pernambucana, lamentou o encurtamento do tempo das apresentações quando da contratação do folguedo.

Em geral a brincadeira que tem uma duração média de oito horas, chega a ter apenas uns quarenta minutos para a apresentação. O mesmo reclamo proferido por outros Mestres pernambucanos presentes: Biu Roque da cidade de Itaquitinga, Grimário de Aliança, Inácio Lucindo de Camutanga, e outros, todos do Estado de Pernambuco.

Fabinho e Agnaldo, filhos do Domador Biu Alexandre, esclarecem que a diminuição no tempo quase sempre ocorre em nome da espetacularização. Da concorrência

com os trios elétricos, bandas de brega, ou shows com artistas nacionais de grande apelo popular, acabando por atrair os próprios jovens folgazões integrantes dos Cavalos Marinhos.

Neste pensar, coloca-se a oportunidade da reflexão entre o turismo e suas relações com a cultura. E a impossibilidade da existência da atividade turística desvinculada da cultura. Cooper et. al. (2001, p. 201-202) destaca que o impacto sociocultural do turismo é observado através de uma ampla série de aspectos, positivos e negativos. Quanto a isso identificamos ambiguidades.

Mercado de cultura e Turismo cultural são palavras de ordem nos tempos de hoje, a cultura popular, seus brinquedos e seus mestres são vendidos como símbolos de determinadas regiões, Olinda terra dos maracatus. Recife do frevo, o caboclinho de Goiana, maracatu rural de Nazaré da Mata, os Papaguns de Bezerros etc... O Caboclo de lança é exaustivamente vendido como símbolo de Pernambuco. E o que é que a Cultura popular leva nisso tudo? São os piores cachês, tratamentos quase que desumanos, às vezes nem água oferecem aos brincantes, demoram meses para pagar os cachês mesmo os que são uma miséria. Acho que o tempo romântico dos brincantes já passaram, hoje em dia existe uma cadeia de profissionais que se dedicam a manter as tradições e nada mais justos que toda essa cadeia também seja remunerada e tenham tratamento artístico digno da sua importância. (BETO HEES, produtor cultural, 2009).

Turismo, legal, mas deixar recurso. Melhorar condições físicas. Já foi conversado, mas uma coisa é o projeto, outra é como ele se materializa. Mas o turista vem buscar o que? Identidade, pertencimento, conhecimento desse universo, mas também tem que deixar. (BETH DE OXUM, entrevista 03 setembro 2012)

Em busca de um melhor entendimento entre as relações efetivamente existentes entre os Pontos de Cultura e o Turismo, procedeu-se a uma investigação exploratória qualitativa, tendo por finalidade identificar acertos e eventuais falhas e/ou entraves, como forma de contribuir para um melhor funcionamento da rede cultural. Assim, em janeiro de 2010 foram enviados, via e-mail, 45 questionários a Pontos de Cultura localizados em Pernambuco, cujas manifestações estão entre os atrativos mais comumente relacionados ao mercado do turismo. (Vide apêndice C) Deste universo, apenas 4 responderam, somente um deles localizado no Recife. Por telefone, Pontos do Recife e de Olinda justificaram a impossibilidade de resposta por

se encontrarem completamente envolvidos nas prévias e nos preparativos carnavalescos.

O Ponto de Cultura Alcance ao Mundo Sensível tem como principais atividades a dança popular, a capoeira, o cinema de animação, a informática e o teatro. Localizada no bairro de Boa Viagem, no entorno próximo ao maior shopping da cidade do Recife, mais precisamente na Comunidade do Entra Apulso, nome recebido por sua resistência fundiária. A maioria da comunidade sobrevive do trabalho informal, ambulantes na orla da praia, domésticas, lavadeiras, pedreiros entre outras profissões.

Localizado na Zona da Mata Norte, o Ponto de Cultura Estrela de Ouro é espaço de Boi e Cavalinho, Maracatu Rural, Coco, Ciranda e mestres Griôs. Dentre suas muitas atuações e objetivos, tem destaque a potencialização das energias sociais e culturais, “dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora”. Bem como a busca do desenvolvimento de uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos”.

O Dançando nas Alturas é um Ponto de Cultura que tem por destaque o uso de pernas-de-pau nas danças, além da realização das oficinas de arte e artesanato, vídeo e inclusão digital. Localizado na cidade sertaneja de Tuparetama, desenvolve atividades pedagógicas sócio-culturais, capacitando e qualificando crianças, adolescentes e jovens para garantir a continuidade e manutenção das atividades culturais.

O Ponto Farol da Vila Coco de Pontezinha abriga uma manifestação centenária do Município do Cabo de Santo Agostinho, localizado ao Sul, na região metropolitana do Recife. O Centro Cultural Farol da Vila atua em parceria com projetos culturais como o Cabo Ruínas e Monumentos e o Cocada Cineclube. O objetivo principal está centrado na revitalização, manutenção e o fortalecimento do Coco de Pontezinha e das suas matrizes culturais. O Centro Cultural Farol da Vila é responsável pelo único encontro de cocos do país, ocasião em que Pontezinha transforma-se na Capital

Nacional do Coco, congregando o que os integrantes afirmam ser o que existe de mais expressivo na cena do coco do Estado, do Nordeste e do Brasil.

Questionados quanto à relação dos grupos com o turismo antes e após se tornarem Ponto de Cultura, houve praticamente uma unanimidade que, embora raramente, as apresentações já aconteciam antes e não houve alteração. Apenas o Coco de Pontezinha identifica um aumento no número de apresentações.

Geralmente as apresentações são realizadas dentro da própria comunidade, raras vezes em eventos turísticos, e jamais foram contratados por hotéis. Recebem algum tipo de remuneração pelos shows, mas a verba não chega a ser significativa para a melhoria orçamentária ou manutenção do grupo. Percebem que a sua atividade cultural vem sendo mais valorizada pelos turistas, pela comunidade na qual estão inseridos, e pela sociedade em geral.

A comunidade reconhece a importância do trabalho, participa de atividades e apoia as apresentações do grupo e sua manutenção. (Dançando nas Alturas)

A comunidade participa das atividades proporcionadas e pelo pertencimento da cultura local (Coco de Pontezinha)

Porque o Ponto de Cultura trouxe muitas melhorias para a comunidade. (Estrela de Ouro)

Porque o Turista admira muito a cultura pernambucana. (Alcance ao Mundo Sensível)

Em geral essas pessoas [turistas] nos dirigem elogios e palavras de incentivo. Fazem registro e ajudam a divulgar o trabalho do grupo. (Dançando nas Alturas)

Pela atenção, integração e participação dos mesmos [turistas] na oportunidade cultural. (Coco de Pontezinha)

Na Zona da Mata de Pernambuco praticamente não existe turismo. A não ser no carnaval e muito pouco". (Estrela de Ouro)

Quanto às apresentações para os turistas serem boas formas de divulgar as atividades culturais do Ponto de Cultura, foram dadas as seguintes respostas:

Sim. Porque além de estimular a cultura pernambucana, há uma valorização e respeito pelo artista e proporciona a continuidade da luta dos diversos artistas de Pernambuco. (Alcance ao Mundo Sensível)

Sim. Porque turistas são divulgadores em potencial. (Dançando nas Alturas)

Sim. [Mas] Poderia ser mais explorado o intercâmbio cultural entre o turista e o grupo, pois apenas um contato através de uma apresentação não favorece o que poderia ser também uma programação turística mais intensa, com visitação aos redutos e universos dos pontos de cultura, (Coco de Pontezinha)

Uma análise dos depoimentos acima vem confirmar a suposição da necessidade de uma maior integração entre o turismo e os Pontos de Cultura. Da mesma forma que a política pública cultural não prevê que os Pontos de Cultura sigam um padrão único, aqui também não se propõe ações conjuntas entre os ministérios como opção para todos os Pontos, porém, certamente a grande maioria deles tem condições de estabelecer uma teia de relações entre o turista, os participantes do grupo e a comunidade receptora. Ou seja, a partir das ações integradas entre o Minc e o MTur, desenvolver um turismo cultural de base comunitária, sustentável e promovedor de inclusão social. (Vide Anexo G)

Um turismo comunitário realizado a partir da cultura, mas integrado às demais atividades econômicas, onde, de forma associativa, a comunidade detenha o efetivo controle desde o planejamento ao desenvolvimento e gestão, garantindo a melhoria de suas condições de sobrevivência, e preparo para melhor receber visitantes e turistas.

A suposição defendida é da impossibilidade da existência da atividade turística desvinculada da cultura. E que programas e ações públicas entre as áreas de Cultura e Turismo podem, potencialmente, trazer benefícios aos Pontos de Cultura, desde que envolvendo de forma integrada políticas públicas protagonizadas pelos grupos culturais. Após o início das pesquisas em função da Tese, tive o prazer de conhecer o Sr. Diego Di Niglio, responsável ONG ICEI, italiana, agora ICEI Brasil,

com uma proposta bem aproximada, chamada de Turismo Da Gente, projeto sediado em Olinda que já gerou uma rede de mais de 70 atores. (Vide Anexo H).

Desde então venho participando de eventos e reuniões para divulgação do Projeto que acreditamos ser passível de funcionamento integrado. Deste pensamento também partilha o Sr. Fabiano Santos, Presidente do Afoxé Alafin Oyó, que já acompanhou o Sr. Diego para negociações do Projeto na Itália. Por minha vez, a convite do dirigente do ICEI, venho participando de reuniões na Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), e na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).

Defendemos que direito de acesso e fruição aos bens culturais é um direito de todos. Se por um lado os sujeitos sociais integrantes dos Pontos são estimulados pela vivência da manifestação coletiva da cultura, usufruto de espaço de sociabilidade e elaboração de projetos de vida³⁶, por outro lado, cabe reconhecer que na dimensão do lazer e do turismo se encontra a possibilidade das trocas no campo das práticas ativas de construções simbólicas bem como do imaginário. Neste pensar, coloca-se a oportunidade da reflexão entre o turismo e suas relações com a cultura.

E a observação nos Pontos de Cultura instiga quanto às possibilidades de seu uso turístico. O turismo, quando entendido em sua conceituação mais tradicional, é interpretado como um fenômeno social que consiste no deslocamento temporário e voluntário de indivíduos ou grupos de pessoas, que saem de sua residência habitual por um período superior a 24 horas e inferior a 1 ano, estimulados pelas mais diversas motivações, exceto atividade lucrativa ou remunerada. Conceito ainda em expansão, a ser associado a uma visão mais holística, inserida em tempos de globalização e de viagens virtuais.

Visto como um fenômeno que acontece em um determinado espaço geográfico, o turismo é abordado por Harvey (2006), como integrante das práticas humanas que

³⁶ Ver VILUTIS, Luana. **Cultura e Juventude: A formação dos jovens nos Pontos de Cultura**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

possuem grande capacidade de interferência na produção e consumo do espaço, assim, crescendo sua importância em meio aos esforços de análises dos espaços e das sociedades na contemporaneidade.

Essa complexidade faz com que os estudiosos do turismo cada vez mais se preocupem com a sustentabilidade das localidades turísticas e seus atrativos. Que eles sejam economicamente viáveis, mas sem exaurir seus recursos, seja o ambiente físico ou o tecido social da comunidade. Pois é fato que o turismo apenas será bom para o turista se antes for para a comunidade que habita o espaço turístico.

Retornando ao pensar de Claval (2006), a cultura geografizada é vista como associada à experiência que os homens têm da terra, da natureza e do ambiente, à maneira pela qual eles os percebem, os modelam e os representam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações, deixando as marcas dos seus usos e os símbolos de sua identidade. Tendo por base a informação circulante entre os indivíduos, a cultura passa por gerações possibilitando a permanência da sociedade, mesmo com a morte de seus velhos e, conseqüentemente, pela sua substituição pelos jovens.

Ainda em relação à geografia e suas leituras culturais, sabe-se que, apesar da globalização, as diferenças culturais vêm se acentuando. Featherstone (1997: 117), vê no processo da globalização a geração do entendimento de que o mundo é “um só lugar”. Entendimento que, por outro lado, levou a sociedade a refletir acerca das diferenças, da alteridade, da relatividade histórica, temporal e espacial das culturas, ou seja, para o que o denomina-se complexidade cultural.

Featherstone observa que esse processo deu origem ao que se costuma entender como pós-modernidade. Porém enfatiza que “algumas das características da estetização da vida cotidiana (...) não é uma singularidade do pós-modernismo, mas remonta à experiência das grandes cidades de meados do século XIX”. Destaca ainda a atração exercida pela “desordem ordenada” originadas nos carnavais e nas feiras, somadas aos “*music halls*, espetáculos, *resorts* e, atualmente, os parques temáticos, os grandes *shopping centers*, **o turismo**”. (1997: 117) (grifo nosso).

Molina (2003:9-13) propala tempos de pós-turismo como uma possibilidade de ruptura com o turismo tradicional, opondo-se aos paradigmas fundamentais do turismo, por exemplo: desconsidera a necessidade de deslocamento a um lugar diferente daquele de residência habitual, que não promove o contato com ambientes naturais ou com a cultura das comunidades locais. Diz que os atrativos mais tipicamente voltados ao pós-turismo são altamente competitivos, a exemplo dos parques temáticos.

O autor admite que o pós-turismo está profundamente relacionado aos países que se encontram em condições socioeconômicas mais vantajosas. Assim reconhece, o que nos parece evidente, que o pós-turismo representa apenas uma alternativa, e não exclui as demais manifestações do turismo. Ou seja, embora aparentemente as colocações de Molina estejam conceitualmente longe da realidade do objeto desta tese, o fato é que o turismo se encontra em encruzilhada de paradigmas. O que pode provocar uma aproximação: será que os que residem mais próximo aos Pontos também não estariam interessados no turismo de base comunitária ou local, como forma de imersão na cultura?

Marc Augé (1994), por sua vez não aceita o termo pós-modernidade, fazendo opção pela supermodernidade por dar a ideia de continuidade. O antropólogo entende que o “pós” traz consigo o entendimento de algo completamente diferente, entretanto, seria praticamente impossível a compreensão do que acontece atualmente sem fazer referência ao século XVIII, por exemplo. Ou seja, no entendimento do autor, a palavra pós-moderna parece mais descritiva que analítica. E mais, no livro em questão, Augé define os chamados *não-lugares* como um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. São espaços de ninguém, não geradores de identidade.

Reflexão que recai em geógrafos estudiosos do turismo. Por exemplo, pode-se viajar a um *não-lugar*, conforme constatação de Carlos (2002, p.26):

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o "espetáculo" para uma *multidão amorfa* mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a

passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros.

Esses dois processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a *não-identidade* e, com isso, o *não-lugar*.

A nosso ver, a possibilidade turística aqui proposta, por suas características vivenciais do cotidiano, é formadora de identidade, no mínimo de maior entendimento e melhor convivência com a alteridade.

Por outro lado, a informatização trouxe à tona a discussão do Turismo Virtual. Cada vez é mais comum encontrar anúncios “turísticos” destacando essa possibilidade de “viagem”:

A partir de agora não é mais preciso viajar ao Egito para entrar na pirâmide de Quéops ou visitar as câmaras funerárias da célebre necrópole egípcia do planalto de Gizé, graças à reconstituição tridimensional do local, disponível na internet. [...] com um simples computador doméstico, o grande público pode descobrir as maravilhas do Egito antigo. Com um monitor 3D, os usuários poderão viver a experiência de um mergulho estereoscópico ainda mais fascinante. [...] A reconstituição permite ao visitante passear pela necrópole, visitar as tumbas, as galerias e as câmaras funerárias, bem como entrar nas pirâmides de Quéops e de Miquerinos. Também é possível admirar os trinta primeiros objetos que foram descobertos no começo do século 20 e ter acesso a fotos, diários de escavação, mapas e outros arquivos coletados durante as expedições arqueológicas. [...] O poder do 3D permite explorar o planalto de Gizé como era na época dos antigos egípcios, algo simplesmente impossível de se fazer atualmente.

Folha de São Paulo, 12/05/2012, caderno de turismo.

Ideias que vão a contrapelo ao tipo de turismo defendido nesta tese como possibilidade de apoio a sustentabilidade aos Pontos de Cultura: o Turismo de Base Comunitária ou de Base Local, conforme defendido por Balastrieri (2007:16):

Sob uma ótica distinta, desenvolvem-se iniciativas baseadas em sinergias locais que redundam em projetos turísticos modestos, porém, criativos e inovadores que apresentam, todavia, a oportunidade de envolvimento de diversos segmentos das comunidades hospedeiras, gerando benefícios que são apropriados localmente de forma mais equânime.

Mas que por lado, aproximam-se de diversos pensadores. O já citado Marc Augé (1994) apresenta em oposição aos não-lugares, o espaço antropológico: criador de identidade, e fomentador de relações interpessoais, aquele que “é simultaneamente

princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (p. 51). São identitários, relacionais e históricos. Históricos não por considerar a história como ciência, mas por resguardar a história nativa.

Yázigi (2002), ampliando o conceito de lugar, diz haver percebido que as definições correntes eram insuficientes para “o planejamento nas escalas do cotidiano e do turismo. O que está na berlinda é a alma do lugar” (p.30). É certo que uma área turística, além de ter alguma densidade de frequência, serviços e equipamentos turísticos, possui uma imagem que lhe caracteriza. Desse modo, existe possibilidade de se perceber a “alma” do lugar: “Há alma quando há paixão das gentes com o lugar. A alma orbita além da ciência, e tem de ser entendida num plano mais elevado que o formato acadêmico” (p.24).

Permanecendo, porém, no formato acadêmico, Yúdice ao tratar acerca da conveniência dos usos da cultura na era global, enfatiza a compreensão que, **particularmente na América Latina, a cultura ganhou legitimidade** (grifo nosso), passando a ser vista como geradora de recursos e “vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como **atração para o desenvolvimento econômico e turístico**” (grifo nosso). (2004:11). E avulta que este conceito supera e elimina entendimentos anteriores que apontavam distinções entre a chamada alta cultura e a cultura de massa. Ou seja, os Pontos de Cultura podem ajustar-se aos usos enfatizados por Yúdice, destacando-se aqui o uso turístico.

Nesse viés, o turismo cultural, que segundo o Ministério do Turismo – Mtur (2006) compreende “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”, pode ser associado ao pensamento do francês Jean-Pierre Warnier (2003), ao entender que as políticas culturais se baseiam em três aspectos que são: o desenvolvimento econômico; a promoção e o controle da informação e da comunicação; a promoção da socialização, de identidade e da transmissão do patrimônio cultural do grupo. Warnier vê **o cultural como fator importante na economia e que o patrimônio**

cultural ultrapassa a dimensão da identidade e se apresenta como forte apelo para turismo (grifo nosso).

Categórico, Krippendorf (1989: 16-19) trata o turismo como mecanismo de evasão do cotidiano e cria da sociedade: “O ser humano não nasceu turista”, Viaja-se, mesmo que temporariamente, para fugir às condições normais do dia-a-dia de trabalho, moradia e até do próprio lazer. Para ele o turismo possibilita e alimenta diferentes formas de escapismos, escapismo que funciona como uma “máquina de restauração de forças” ou “terapia da sociedade”. O ser humano que consegue viajar, mudar de ambiente, se desligar das coisas do dia-a-dia e experimentar a fugacidade do turismo, desenvolve a necessidade de retorno à benéfica estabilidade do cotidiano. E esse efeito estabilizador positivo não apenas reflete sobre o indivíduo, mas sobre toda a sociedade e economia.

Em estudos voltados à geografia do turismo, Pearce (2003: 25-26 e 81) ratifica o pensamento de que “a interação entre origens e destinos, implícita em todo turismo, surge fundamentalmente da necessidade básica de deixar a origem”. A motivação principal para uma viagem turística é a fuga da rotina, o que para muitos apenas pode ser efetivamente conseguido por meio de uma mudança física de lugar. Em termos geográficos, nessa mudança física e temporal estaria a diferença fundamental entre turismo e lazer. O lazer é praticado em casa ou dentro de um determinado perímetro urbano, já o turismo apresenta atributos como viagem e estada, originando diversas outras demandas de serviços, assim, o turismo também se diferencia na dimensão econômica e comercial das outras atividades de lazer.

Turismo aqui entendido como um sub-segmento do lazer, direito social, constitucionalmente garantido. Lazer compactuado segundo o pensamento de Dumazedier (1973, p.34):

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora.

Mas o fato é que “não se é turista o tempo todo. O turismo deve ser encarado como momentos da vida; avaliado em seu espaço e tempo. Ele é um ramo de uma categoria mais abrangente: o lazer, que vem sendo sonhado como ideal de civilização”. (Yágizi, 2002, p. 19). Ou seja, em muitos aspectos as atividades turísticas se confundem com as atividades lazerísticas. O que, aliás, é recomendável do ponto de vista das vivências identitárias. Recorde-se Milton Santos quando afirma que “cidadania e cultura formam um par integrado de significações” (2007, p. 81).

Já o conceito de cidadania passou por redefinições nos últimos tempos. Tradicionalmente, impregnada da visão positivista, a literatura jurídica brasileira tem considerado a cidadania como uma relação legal estabelecida entre o indivíduo e o País. Nesse sentido, identifica aquele que está em plena posse de seus direitos políticos, cumprindo todos os seus deveres.

Mais que um direito formal, a cidadania é também vista como um modo de inclusão de diferentes grupos no contexto de uma sociedade civil. Lembrando que a inclusão implica em deixar de excluir, ou seja, é um dever do poder público e da sociedade em geral oferecer as condições necessárias e acolher a todos cidadãos com suas especificidades. Assim, o objetivo da proposta em tela é desenvolver ações de extensão para a cidadania e inclusão social junto às comunidades, de forma a atingir pessoas dos mais variados grupos sociais, etários, religiosos e culturais, cujos resultados terão por palco os Pontos de Cultura, e seus usos turísticos ou lazerísticos.

Entende-se que a necessidade da intervenção está atrelada de forma proeminente ao processo da construção histórica nacional, que resultou numa sociedade segmentada e excludente sob muitos aspectos. Fato que assume maior relevância, principalmente nos dias atuais, sob o domínio da globalização, interpretados por alguns como de pós-modernidade. Época em que se vive uma mais ampla possibilidade de mudanças e de deslocamento das estruturas, abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem mais estável no mundo social.

E as consequências podem ser diversas, até mesmo desastrosas, indo desde a perda de autenticidade da cultura local, até a degradação e destruição dos recursos naturais, passando pelo culto à instantaneidade, à provisoriedade, ao consumismo, ao efêmero, ao corpo e ao jovem. É por tudo isso que hoje, talvez mais do que outrora, considera-se o resgate da memória histórica e a vivência dos espaços culturais como um elemento essencial à inclusão e à conquista da plena cidadania. Isso é o que atesta Octávio Paz, Prêmio Nobel de Literatura de 1990:

A destruição da memória afeta não apenas o passado, como também o futuro. Para mim, a memória é a forma mais alta da imaginação humana, não é apenas a capacidade automática de recordar. Se a memória se dissolve o homem se dissolve. (PAZ, in: FERNANDES, 1993: 275).

Ao transformar os espaços culturais em lugar de memória e lazer, a proposta também pretende resultar no aprofundamento das questões que envolvem o vasto espectro da cidadania. Mas, acima de qualquer coisa, pretende-se conquistar o respeito da sociedade desenvolvendo projetos políticos-culturais e inclusão social da comunidade, com reflexos positivos no combate à violência e à depredação cultural e patrimonial. E os resultados vêm se mostrando positivos nos lugares em que os Pontos permanecem em funcionamento pleno.

Entendimento que podem ser associado à territorialidade do Ponto de Cultura da Xambá,³⁷ reconhecida em 2006 como quilombo urbano, que tem por sede o Terreiro Santa Bárbara, o Ilê Axé Oyá Meguê, situado na localidade conhecida como Portão do Gelo, bairro de São Benedito, Olinda.

Hoje a casa Xambá é um Ponto de Cultura, hoje a Casa Xambá tem o primeiro museu afro de Pernambuco [O Memorial Mãe Biu]... Hoje nós somos o terceiro quilombo urbano do Brasil e o primeiro do Nordeste, também temos um polo afro porque não há um religião, uma maneira de estimular seu povo se você automaticamente não trazer políticas públicas” (trecho do pronunciamento do Babalorixá Ivo, Seminário de Religião e Cidadania. Recife, 09/08/2007)³⁸

³⁷ O Ponto de Cultura da [Nação] Xambá reconhecido pelo primeiro edital do MinC, após o convênio estadual com a Fundarpe, passou a seguinte denominação: Centro de Arte e Cultura Grupo Bongar Um Quilombo Cultural.

³⁸ Seminário promovido pela fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, contou com a presença de religiosos e teóricos. Segundo Cacciatore (1977:59), Babalorixá é a denominação dada ao chefe masculino de terreiro, sacerdote que dirige um candomblé, um xangô, ou mesmo certos terreiros de Umbanda. Popularmente também são chamados de Pai-de-Santo.

No Terreiro Santa Bárbara, além do calendário religioso da Nação Xambá, tem destaque a festa profana de São Pedro, também comemorativa ao aniversário de Mãe Biu³⁹. Festividade mais conhecida como Coco da [Nação] Xambá, que acontece anualmente no dia 29 de junho, reunindo gentes de todos os credos, das mais diversas cidades da região metropolitana, até mesmo turistas nacionais e estrangeiros. Fazendo com que se entenda que

no terreiro de Mãe Biu, percebe-se que as configurações do sagrado e do profano não são tão cristalizadas, dicotômicas (...) mas interligadas, chegando até mesmo a se misturarem, a partir do momento a que são atribuídos vários significados a um mesmo espaço, devido às relações sociais que nele estão se configurando. (COSTA, 2009:120)

O que não chega a ser surpresa, pois o segmento cultural tem sido apontado como estratégico para o desenvolvimento social e turístico, tanto no cenário nacional quanto internacional. Observa-se que a sociedade tem sinalizado para um maior conhecimento e valorização de seu patrimônio, seja ele natural ou cultural. No contexto internacional contemporâneo, percebe-se que as transformações instauradas, destacadamente a globalização, têm contribuído para a modificação de paradigmas, de visões de mundo, de interesses culturais, de motivações para viagens.

Warnier (2003) também coloca que as políticas de patrimônio, ou seja, culturais, são normalmente conduzidas pelo setor público, apoiadas e auxiliadas pela sociedade através de formas de associações e organizações não governamentais - ONGs. O autor observa ainda que as políticas culturais dos Estados podem oscilar entre o apoio e o menosprezo às culturas singulares e às minorias, chegando às raias do etnocídio. Conforme vimos os nossos pontistas estão ultrapassando essas fronteiras, no mínimo não mais se calam. Quanto à dependência de outras

³⁹ Severina Paraíso da Silva (1914-1993). Yalorixá da Xambá (segundo Cacciatore, 1977, p.143) é a sacerdotisa que tem as mesmas funções do Babalorixá, ou seja, dirigir um candomblé, um xangô, ou mesmo certos terreiros de Umbanda. Popularmente também são chamadas de Mães-de-Santo. Após a morte de Mãe Biu quem assume o comando da casa é seu filho biológico, Adeildo Paraíso, conhecido como Ivo da Xambá.

organizações, vimos depoimentos que depõem contra a atuação dos Pontões, o que leva a conclusão da opção pela autonomia.

O autor entende que cabe ao Estado definir a política cultural equilibrando os interesses da conservação do acervo cultural e da indústria cultural. Cita o exemplo da França onde o estado gerencia o patrimônio material e imaterial, apoia a indústria cultural e espetáculos que não sobrevivem sem o apoio oficial. No caso brasileiro, em especial no Estado de Pernambuco, aqui se defende que o patrimônio imaterial não esteja na total dependência da gerência estatal/oficial. Modelo com o qual não concordamos, pelo menos não em relação ao Brasil.

Nesse ponto é conveniente trazer à memória que as reflexões aqui contidas correspondem a um esforço de pensar as políticas públicas culturais atualmente propostas para o Brasil, partindo da visão do Cultura Viva como um programa em permanente construção com vistas à autonomia, o protagonismo, o empoderamento e, sobretudo, a gestão em rede e a articulação entre os diversos *pontos*, voltados à formação de uma rede geográfica social e cultural autônoma e geradora de novos nós. (MARINHO, 2009: 30)

Assim, a abordagem se volta às dimensões de análise das redes geográficas de acordo as propostas de estudiosos da Geografia Cultural, ou seja, tomadas como um conjunto de localizações interconectadas tanto por ligações materiais quanto imateriais. As redes são investigadas por meio das dimensões organizacional, temporal e espacial como forma de identificar os seus arranjos internos, sua duração, a velocidade dos fluxos e a frequência com que a teia se estabelece. Neste item está um enorme entrave a manutenção do Programa, nos últimos dois anos as teias não vêm se formando em sua plenitude, isso por falta de apoio financeiro.

Essa falta de apoio é mais um argumento para a defesa da necessidade de encarar a cultura como transversal a outros temas. A própria rede criada pelo Cultura Viva estabelece uma relação de convivência multidisciplinar que exige a convergência com outras políticas públicas. Vivemos tempos em que uma série de ações necessita ser pensadas em seu conjunto.

Patrimônio Cultural em (re)significação, em efervescência, desdobrando referências em novos processos culturais, em incorporações, apropriações e expropriações de valores simbólicos que vão (trans)formando identidades. Ou seja, a identidade é aqui compreendida como um processo cultural em constante movimento, em “processos de hibridação” no dizer de Canclini (2008:18), termo utilizado pelo autor por ser mais abrangente e incluir as mais diversas mesclas interculturais.

Mais precisamente sobre o exemplo brasileiro de hibridismo cultural, em entrevista ao Jornal Zero Hora, em 11 de abril de 2007, diz o historiador Peter Burke ser

(...) inevitável que esse tipo de coexistência ou convivência, implicando em diálogo, negociação e tradução cultural, levará, com o passar do tempo, à mistura ou hibridização. Desde 1500, o Brasil se mostra como um bom exemplo – ou uma série de exemplos – de hibridismo cultural. Não um exemplo único, ainda que mais espetacular do que a maioria. (...) Então talvez devêssemos distinguir tipos de hibridismos e afirmar que o que caracteriza o Brasil é uma semi-hibridização, permitindo que grupos de imigrantes mantenham muito de sua própria cultura e, ao mesmo tempo, participem da “cultura comum” do Brasil.

Laraia (2002:96) alerta que, acentuadamente em tempos de globalização, a construção da identidade cultural não se esgota, mas está em constante mudança: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro. Se no primeiro caso geralmente acontece de uma forma mais lenta, no segundo pode se dar de maneira bem mais rápida e até mesmo brusca.

Cabe aqui chamar a atenção para as mudanças porque passam atualmente os festejos e brincadeiras populares. Se antes eram realizadas espontaneamente pelos grupos locais, agora também são organizadas com a participação de grandes grupos multimidiáticos, empresas de bebidas e comidas, com a intermediação de produtores culturais, órgãos públicos e empresas de turismo. É como se existissem duas manifestações, uma dentro da outra, ou seja, a manifestação amputada por interesse dos megagrupos empresariais, políticos e até religiosos, e a outra periférica, tradicional, que continua sendo organizada através da mobilização da comunidade.

Contudo, não se pode negar que a convivência entre povo brincante e outros artistas, trouxe mudanças como resultado da dinâmica da influência recíproca. É fato que hoje em dia a classe média e alta consome mais os produtos da cultura popular, a exemplo dos artefatos de decoração, e a crescente preferência por restaurantes de comidas regionais. Nas manifestações religiosas e nas festas populares é cada vez maior o número de jovens de maior poder econômico, seja nos terreiros de Xangô, seja nas apresentações de cavalo marinho, coco, maracatus, ciranda e tantas outras, quase sempre num aprendizado indevidamente chamado de “resgate”.

Por exemplo, os Maracatus tradicionais ampliaram seus espaços, são mais conhecidos e melhor aceitos nas diversas classes sociais. Alguns já tiveram a oportunidade de realizar turnês pelo Brasil e exterior, gravar disco e ter um site na internet. O mesmo acontecendo com os folguedos e oficinas de tantos mestres e rainhas como a cirandeira Lia de Itamaracá. Por outro lado, essa exposição massiva os impele a uma postura mais empresarial. Neste estágio, como Pontos de Cultura já estão envolvidos em uma teia que pretende levar à autonomia, ao empoderamento, ao protagonismo. Processo desencadeado desde os princípios da implantação:

Durante o processo de implantação e acompanhamento dos Pontos há tensão. De um lado os grupos culturais, apropriando-se de mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com normas de controle e regras rígidas. Essa tensão, de certo modo inevitável, cumpre um papel educativo que, a longo prazo, resultará em mudanças em ambos os campos. O objetivo seria uma burocracia mais flexível e adequada à realidade da vida, assim como um movimento social mais bem preparado no trato das questões de gestão, capacitando-se para melhor acompanhar as políticas públicas e o planejamento de suas atividades específicas. (TURINO, 2009, p. 64)

Cooper et. al. (2001, p. 201-202) destacam que o impacto sociocultural do turismo é observado através de uma ampla série de aspectos, desde as artes até o comportamento fundamental de indivíduos e grupos sociais coletivos. Segundo os autores:

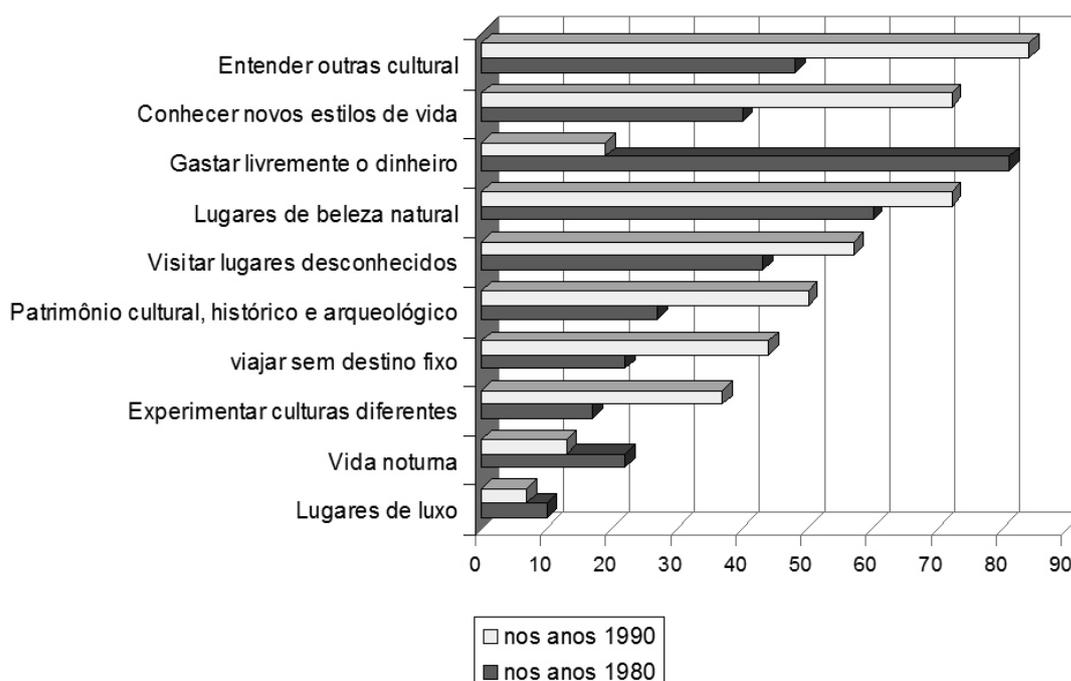
Os impactos podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo ressuscita as habilidades (...) da população, ou aumenta o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização ou a

degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias e rituais da população anfitriã. Os impactos podem prejudicar também o intercâmbio cultural, apresentando uma visão limitada e distorcida de uma das populações.

Dentre os impactos culturais negativos mais comumente citados nas publicações de turismo destaca-se: a perda de identidade e autenticidade cultural do destino, provocada pelas influências trazidas pelos turistas, além da espetacularização das manifestações culturais para apresentações em eventos e grandes hotéis. É essa lógica que precisa ser invertida, menos espetacularização e aprendizagem com convivência nos espaços de cultura.

A Organização Mundial do Turismo – OMT (1999) identifica algumas tendências que associam o desenvolvimento do turismo com o estímulo às trocas culturais. Por outro lado, o segmento do turismo cultural também se apresenta como fator relevante ao aumento da valorização na dimensão local, destacadamente pela ampliação da cobrança, por parte dos consumidores, para que o desenvolvimento do turismo esteja calcado em bases sustentáveis. Alterações motivacionais que podem ser observadas no gráfico abaixo:

Mudanças nas motivações dos turistas internacionais



Finalmente, em 2008, o MTur passou a reconhecer institucionalmente a existência do turismo de base comunitária, ao publicar um edital (MTur, n. 001/2008) voltado para o fomento a essas atividades. No edital, este ministério define o turismo de base comunitária da seguinte forma:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008).

Da mesma forma que a política pública cultural não prevê que os Pontos de Cultura sigam um padrão único, aqui também não se propõe a existência de modelo, tampouco se afirma ser esta a opção para todos os Pontos, porém, certamente a grande maioria deles tem condições de estabelecer uma teia de relações entre o turista, os participantes do grupo e a comunidade receptora. Ou seja, a partir das ações integradas entre o Minc e o MTur, desenvolver um turismo cultural de base comunitária, sustentável e promovedor de inclusão social.

Um turismo comunitário realizado a partir da cultura, mas integrado às demais atividades econômicas, onde, de forma associativa, a comunidade detenha o efetivo controle desde o planejamento ao desenvolvimento e gestão, garantindo a melhoria de suas condições de sobrevivência, e preparo para melhor receber visitantes e turistas. Visto ser o turismo uma atividade que, além dos aspectos econômicos, desenvolve relações socioculturais, é possível supor que essa relação estimule os processos desde os princípios idealizados para os Pontos de Cultura: gestão em rede, autonomia, protagonismo e empoderamento. E quem sabe, fortalecidos, transformar, efetivamente, uma Política de Governo em uma Política Pública. Assim, destaca-se a seguir os Pontos que entendemos possuir maior potencialidade de atuação inicial.

5.1 Centro de Arte e Cultura Grupo Bongar – Casa Xambá⁴⁰

Segundo informa a Casa Xambá, seu fundador Artur Rosendo Pereira, deixa Maceió – AL, em 1920, para fugir da repressão policial. Estabelecido no Bairro de Água Fria, abre seu Ilê, em 1923, mantendo as tradições Xambá trazidas por ele. Segundo René Ribeiro, Rosendo teria viajado e passado um tempo na costa da África “mais precisamente para o Daomé, onde possivelmente teria, por quatro anos, convivido com o povo Soba, aprendendo a língua local e familiarizando-se com as práticas que convencionou chamar de xambás em Dakar” (COSTA, 2008)⁴¹

Artur Rosendo deixa grande número de filhos de santo, dentre eles Maria das Dores da Silva (Maria Oyá), iniciada em 1927. Em 1930 Maria Oyá abre seu próprio terreiro e, dentre seus primeiros Yaôs estava José Francelino do Paraíso, seu cunhado e pai de Severina Paraíso da Silva, que viria a sucedê-la no comando da casa.

Com a repressão aos terreiros no período do Estado novo, Maria de Oyá fecha o Ilê em 1938 e vem a falecer em 10 de maio de 1939. Durante o período Vargas, os terreiros passam por um tempo amargo. Repressão, destruição de acervo, quebra dos axés e, sobretudo, perda da memória de grande parte das casas de santo do estado.⁴²

Em 1950 Severina Paraíso, reabre o terreiro na Estrada do Cumbe, 1012 – Santa Clara – Recife e em 1951 muda para o Portão do Gelo, em São Benedito, Olinda, onde permanece até os dias atuais. Mãe Biu, como era conhecida, foi iniciada em 1935, e comandava o terreiro com o apoio familiar – seu esposo, José Alves (iniciado em 1950), suas irmãs Mãe Tila (iniciada em 1932), Maria dos Prazeres (irmã de sangue e de santo, iniciada em 1935), Maria Luiza de Oliveira (iniciada em

⁴⁰ Ver GUERRA, Lúcia. Xangó rezado baixo. Xambá tocando alto: a reprodução da tradição religiosa através da música. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Recife: UFPE, 2010.

⁴¹ Disponível em [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212806713_ARQUIVO_textoanpuhrj\[1\]_REV\[1\].pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212806713_ARQUIVO_textoanpuhrj[1]_REV[1].pdf),

⁴² Disponível em <http://www.xamba.com.br/bon.html>

1951), Maria José Paraíso (Tia Betinha, iniciada em 1934) e ainda seu irmão Luiz Paraíso de França (iniciado em 1953) e seus filho Antônio Martins da Silva (iniciado em 1953) e Adeildo Paraíso da Silva (Ivo da Xambá, iniciado em 1963), além de outros familiares nos mais diversos graus.



A Yalorixá comanda a Casa Xambá por 54 anos. Em 1993, com sua morte, Mãe Tila, mãe pequena da casa desde 1933, ainda nos tempos se Maria de Oyá, assume seu lugar junto com Adeildo Paraíso da Silva (Ivo da Xambá), babalorixá e filho carnal da Mãe Biu (iniciado em 1963). Com o falecimento de Mãe Tila em 2003, Ivo permanece no comando da Nação Xambá.

Ivo da Xambá
Foto: Alba Marinho, 2010

Mesmo com a resistência e preconceito que a sociedade apresenta em relação aos terreiros de Xangô, em Pernambuco, a Casa Xambá mantém uma relação harmônica com habitantes do entorno, inclusive com igrejas evangélicas e seus seguidores. Isso pode ser observado no 29 de julho, dia do aniversário de Mãe Biu e do tradicional Coco da Xambá, quando a rua lota de visitantes e a vizinhança aproveita para montar comércio informal de bebidas e comidas e ganhar um dinheiro extra com a festa.



Coco da Xambá
Foto: Gil Marinho, 29/06/2012

Essa mesma convivência harmônica também foi proveitosa quando da implementação de obras do PAC em São Benedito, Olinda, nas proximidades do terreiro. Ivo da Xambá foi interlocutor entre a comunidade e o governo, sendo porta-voz das ansiedades e necessidades das comunidades locais.

A Casa Xambá foi considerada Ponto de Cultura em 2004 (MinC) e em 2007 recebeu o título de Quilombo Urbano (Fundação Palmares / MinC), pelo trabalho de resistência e persistência em manter vivos os ritos religiosos da Xambá.

Já o Grupo Bongar nasceu de um grupo de jovens da Casa Xambá preocupados com a manutenção e a memória da Festa do Coco Xambá, que acontece a quarenta anos, no dia 29 de junho, comemorativo ao aniversário de Mãe Biu. Fundado em 2001, estes jovens vem traçando um trabalho voltado para preservação e divulgação da cultura pernambucana através de apresentações da musicalidade do coco, tão marcante nos grupamentos remanescentes negros desde o litoral até o sertão. Os jovens ainda incluem em seu repertório a ciranda, o maracatu, o candomblé, dentre os vários ritmos da diversificada cultura pernambucana. A força e a energia que emana do grupo vem, segundo eles, de terem ouvido os mais velhos e aprendido com eles os toques, as loas e as danças, durante as festas da Casa Xambá.

O Bongar é hoje Ponto de Cultura reconhecido através da Fundarpe - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco e, dentre as atividades que desenvolvem o grupo realiza oficinas de percussão e dança popular, confecção de instrumentos, aulas-espetáculos e palestras e shows onde procuram tornar conhecidas não só a música e a dança do coco tão peculiar e fortemente ligadas à Casa Xambá, mas e sobretudo, tornar possível que o público possa compreender a formação histórica e cultural desta Nação.

5.2 Maracatu Piaba de Ouro

Fundado em 1977 por Manuel Salustiano Soares – Mestre Salu, Agostinho Pires e Manuel Mauro de Souza no bairro de Bultrins, em Olinda, Pernambuco, o Maracatu

Piaba de Ouro tem, atualmente, sua sede no bairro de Cidade Tabajara, no mesmo município. Sua criação está fortemente ligada à história de vida do Mestre Salu. Nascido em 1945, em Aliança, localizado na região da Mata Setentrional pernambucana, Salustiano foi, desde criança, ligado ao universo da cultura popular, convivendo com calalos-marinhos, sambadas e apresentações de maracatus rurais. Quando menino ganhou do pai, João Salustiano, uma rabeca que aprendeu a tocar sozinho. (OLIVEIRA, 2011)

Em 1965 Salustiano muda para Olinda onde acreditava que teria maiores possibilidades de apresentação para os seus folguedos. O primeiro deles foi o Cavalo-Marinho Boi Matuto em 1968, em 1972, fundou o Mamulengo Alegre. O Maracatu Rural Piaba de Ouro foi também criado na década de 70. (OLIVEIRA, 2011). Através das apresentações dos folguedos, foi conhecendo pessoas ligadas aos órgãos de cultura do estado, como Leda Alves, de quem foi assessor na direção da Fundarpe; e Ariano Suassuna, que também o convidou para assumir uma assessoria na Secretaria de Cultura do Estado, quando dirigiu a pasta no governo de Miguel Arrais. Em ambos os casos Mestre Salu atuava como intermediário e facilitador no diálogo entre os representantes da cultura popular e o Governo do Estado.



Mestre Salustiano
Foto: Alba Marinho, 2006

Mestre Salustiano tornou-se uma das maiores referências e lideranças em cultura popular em Pernambuco. As festas ocorridas no Ilumiara Zumbi ou na Casa da Rabeca do Brasil atraíam milhares de pessoas entre público local e turistas. Suas atividades influenciaram a cena musical pernambucana, com ênfase para o Movimento Manguebeat. Com sua morte, em 2008, as diversas atividades exercidas por Salustiano foram repassadas para seus filhos, ficando a liderança do Maracatu Piaba de Ouro com Manuel Salustiano Filho, o Manuelzinho Salu.



Velório de Mestre Salustiano na Casa da Rabeca
Foto: Alba Marinho, 2008

Em seu velório, ocorrido na Casa da Rabeca, estavam presentes representantes de entidades culturais, públicas e privadas, Governo de Pernambuco e Ministério da Cultura. Dirigentes de agremiações carnavalescas e grupos das mais diversas formas de expressões culturais levaram seus estandartes e brincantes trajados com suas fantasias, e formaram um grandioso cortejo entre o velório e o cemitério.

Tornado Ponto de Cultura já no primeiro edital do MinC, o Piaba de Ouro procura ampliar e facilitar o acesso das comunidades periféricas de Olinda, com enfoque especial para a Cidade Tabajara e circunvizinhanças, aos meios de fruição, produção e formação cultural, visando, a partir daí, fortalecer a consciência cidadã e a autoestima das comunidades tornando-os cientes dos princípios de autonomia, empoderamento e protagonismo, colocados como pontos vitais do Programa Cultura Viva.

5.3 Afoxé Alafin Oyó

Criado na segunda metade da década de oitenta do século passado, o Alafin Oyó é um dos mais antigos de Pernambuco. Nascido sob os cuidados de membros do Movimento Negro Unificado – MNU, o afoxé adotou o mesmo perfil político e ideológico do movimento, se diferenciando dos demais existentes à época. Em seu estatuto, registrado em 1986, já deixa claro sua identidade religiosa, social e cultural, quando colocam em seus objetivos “louvar através da musica, dança, cântico e ritual a religião e a cultura africana no Brasil; divulgar para a sociedade em geral e para a comunidade afro-brasileira, em particular, a importância de todas essas tradições que nos foi legada por nossos ancestrais africanos; promover atividades filantrópicas, educacionais e culturais”.

Desde sua criação foram seis os grupos diretivos, alguns com posicionamentos antagônicos aos antecessores, porém, nos seus 27 anos de existência o afoxé vem conseguindo manter e repassar para um número crescente de jovens e crianças o sentimento de preservação, conservação e valorização da cultura pernambucana, com um enfoque especial para a afrobrasileira, em diversas formas de expressões.



Milton Nascimento e Fabiano Santos
Foto: Alba Marinho, 2009



Afoxé Alafin
Foto: Alba Marinho, 2012

Tal trabalho levou a que, em 2004, o afoxé fosse oficializado como Ponto de Cultura já no primeiro edital do Ministério da Cultura - MinC, com o projeto Afoxé Alafin Mimi,

voltado para formação de crianças e jovens. Nele as crianças participam de oficinas diversas como de canto, dança afro e percussão, preservando a herança cultural, formando os futuros componentes e dirigentes desse quilombo urbano e garantindo a perpetuação da entidade. Garante também a tomada de consciência cidadã, a manutenção da luta contra a desigualdade social e contra discriminação racial, permitindo ainda o empoderamento do povo negro.

Visando reafirmar este empoderamento e dar continuidade às ações, a atual direção do afoxé conseguiu, através de emenda parlamentar, a liberação de verba para a aquisição de terreno e construção da tão esperada sede própria. A partir da implantação da sede o grupo poderá ampliar suas atividades sócio educativas e culturais. Com uma estrutura concebida e planejada para um uso contínuo e otimizado, contará com espaço de palco e salão para ensaios e oficinas, salas para criação e confecção de figurino, salas de instrumentos, biblioteca, refeitório, lan house, estúdio e apartamentos disponíveis para palestrantes, monitores, convidados e turistas que queiram vivenciar o cotidiano do grupo e participar das diversas oficinas ali oferecidas. (Vide Anexo I)

Aliás, essa possibilidade em receber turistas já vem sendo vislumbrada há bastante tempo, pois o Alafin Oyó é parceiro do Programa Turismo da Gente, uma iniciativa da organização não governamental ICEI – Instituto Cooperazione Economica Internazionale, de origem italiana e instalada no sítio histórico de Olinda, que vem implantando uma Rede de Turismo Sustentável em Pernambuco através de ações do turismo de base comunitária, tendo como proposta a promoção e comercialização de uma nova oferta turística com valorização da gastronomia tradicional, da gastronomia de matriz africana, do uso turístico dos locais de ocorrência das expressões culturais nas comunidades, e com a estruturação e organização da hospedagem domiciliar, dentre outras atividades. A Rede de Turismo Sustentável hoje já congrega mais de setenta atores locais, entre empreendimentos comunitários, grupos de arte e cultura, Pontos de Cultura, serviços turísticos, tendo ainda como parceiros entidades públicas em níveis estadual e municipal e Instituições de Ensino Superior.

A ação positiva, a penetração nas comunidades do entorno, sobretudo na V8 e V9, e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela entidade facilitou o acesso dos técnicos do PAC e Prometrópole aquelas núcleos. Quando da implantação dos projetos de urbanização daquelas áreas, o corpo técnico dos programas teve grandes dificuldades para acessar as comunidades. Segundo Fabiano Santos, presidente da agremiação, foi necessário o apoio e a intervenção do Alafin Oyó para intermediar as conversações e entendimentos entre o governo e a população local para que, enfim, o trabalho pudesse ser desenvolvido.

CONSIDERAÇÕES (nem tão) FINAIS

a ciberguerra começou: não entre Estados, como se imaginava, mas entre os Estados e a sociedade civil internauta: “O que acontece então? Nos vigiam. Sempre foi assim. A novidade é que nós podemos vigiá-los também. [...] Foi isso que aconteceu repetidas vezes nos últimos anos. Invadem a nossa privacidade, sim, mas também podemos invadir a privacidade dos poderosos, temos armas relativamente iguais [...]”. (Castells, 2009)

Ao percorrer o tortuoso caminho das políticas públicas culturais e enfrentar o maior perrengue no intuito de me aproximar dos Pontos de Cultura, sempre na tentativa de melhor compreender esses espaços de muitos saberes, e nesse percurso buscar alternativas para contribuir de alguma forma ao fortalecimento dessa rede, sabia que havia feito a escolha mais difícil: nem tão bem vista pela academia, menos ainda pelos Pontos. Sei também que muito do que foi aqui apresentado poderá ser posto em questão, bem como se transformar em alvo de críticas que serão bem-vindas, entendendo que o processo democrático de construção do conhecimento se beneficia desse procedimento.

Os Pontos de Cultura de uma forma geral, e particularmente os de Olinda, representam o reconhecimento e inédito empoderamento dos saberes, destacadamente os imateriais, que são trazidos para o centro da agenda das políticas públicas. Os problemas são muitos, não pretendo aprofundar essa discussão, pois muitos já foram apontados. Comenta-se que resultariam de uma ideia saída de cabeças de não políticos, mas entendo que as falhas maiores estão exatamente nos gestores públicos e nos parlamentares descompromissados que não cumprem o seu papel de fazer funcionar o “público”.

Por outro lado, se os não políticos são capazes de urdir uma teia que chama a atenção de muitas nações e agregar tantos brasileiros, pois que apareçam e deixem os problemas burocráticos para quem de direito, eles são ágeis em achar soluções quando lhes são convenientes. Apenas temo que a estadualização e a municipalização do programa venham a transformar os Pontos em moeda eleitoreira. Por outro lado, percebo claramente que o Programa mudou a realidade dos Pontos de Cultura que funcionam com regularidade nesses últimos quase 10 anos. Seus

integrantes, bem como a comunidade em seu entorno, estão mais cientes dos seus direitos, assim como dos seus deveres. E, não raro, se profissionalizaram, muitos entraram para faculdades, outros concluíram seus mestrados ou doutorados. Já não é difícil encontrar uma Yalorixá advogada, por exemplo.

Porém ainda resta muito a ser entendido sobre a dinâmica e o fluxo contínuo de mudanças característico destes tempos e desta política. O que se pode inferir é que os próximos anos serão desafiadores para o adequado entendimento das mudanças ocorridas. As políticas culturais ainda estão longe de atingir um patamar de estabilização, são muitos os desafios a serem superados.

Quanto ao *trade* do turismo, são agentes que podem se impor no lugar por meio das grandes operadoras de viagens e agências de receptivo. Porém a força da horizontalidade que vem do lugar também podem se associar aos que vêm de fora do lugar, ONGs por exemplo. As experiências relatadas sugerem otimismo visto acenar à aproximação e cogestão entre os Pontos de Cultura, as organizações não governamentais e o Poder Público, associados a mobilização dos cidadãos, engendrando a possibilidade inovadora de inibir vícios advindos tanto da cultura quanto do turismo.

E ainda, como outro resultado possível à dinâmica da associação desse novo uso turístico para os mesmos espaços, pode-se antever a solidificação de uma rede mais inclusiva e geradora de novas horizontalidades mais conscientes, fortalecidas e aptas à cobrança de uma globalização menos perversa. Bem como novas verticalidades mais solidárias, ainda que por falta de opção. É bom lembrar que os equipamentos de multimídia dos Pontos podem estar ultrapassados, mas os jovens pontistas sabem tirar dessa sucata tudo que ela pode render...

Entramos na segunda década do XXI com crises, dúvidas, mas também com novas oportunidades, expectativas positivas de usos da cultura. Expectativas claramente apoiadas em um novo modelo de gestão cultural, devidamente documentada e com certidão de nascimento, pais reconhecidos, data de nascimento, o local é um tanto incerto, mas fica no Brasil. Ah, sim, brasileira, mas com tendência cosmopolita, como só a cultura sabe ser.

REFERÊNCIAS

BALLOUSSIER, Anna Virginia e MAGENTA, Matheus. Gestão de Ana de Hollanda é um desastre , entrevista do ex-ministro Juca Ferreira ao Jornal Folha de São Paulo, em 22/03/2012, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1065045-gestao-de-ana-de-hollanda-e-desastre-afirma-ex-ministro-da-cultura.shtml>, acessado em 28/03/2012.

BARBOSA, Jorge Luiz. **Cidadania, Território e Políticas Políticas**, disponível em http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=14, acessado em 23/06/2009:

BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife: Liceu, 2010.

BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; SAN SOLO. Davis Gruber (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Os “usos culturais” da cultura, in YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani, CRUZ, Rita (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**, 3. ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

BORBA, Sabrina Maia Cavalcanti. **Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular e a contribuição do Diário de Pernambuco**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania: Cultura Viva**. Brasília, DF, 2004.

BURKE, Peter. **O Brasil como um grande caldeirão da cultura globalizada**, em entrevista disponível no NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação, Rio de Janeiro, 2007, http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=2299&topico=Entrevistas, acesso em 15.01.2010

CACCIATORE, Olga. **Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros**. Rio de Janeiro: Forense Universitária / SEEC, 1977.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um breve histórico, in CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005

CAMPANERUT, Camila. **Após série de desgastes, Ana de Hollanda deixa Ministério da Cultura**. Brasília: UOL, 11/09/2012, disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/09/11/apos-serie-de-desgastes-ana-de-hollanda-deixa-ministerio-da-cultura.htm>, acessado em 15/09/2012

CANCLÍNI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. **A socialização da arte: teoria e prática na América Latina**. 4ed. São Paulo: Cultrix, 1983.

CANEVACCI, M. **Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CARA, Alex. **Os desafios do Ministério da Cultura sob comando de Marta Suplicy**. Yahoo Notícias, 2012, disponível em <http://br.noticias.yahoo.com/os-desafios-minist-rio-da-cultura-sob-comando-140200265.html>, acessado em 15/10/2012

CARLOS, Ana F. A. O consumo do espaço, in CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**, 5. ed, São Paulo:Contexto, 2007.

CARLOS, Ana F. A. O turismo e a produção do não-lugar, in YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana F. A., CRUZ, Rita (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura** 3. ed, São Paulo:Hucitec, 2002.

CARTA MAIOR. **Na era Gilberto Gil, as políticas culturais alcançam visão antropológica da Cultura**, versão eletrônica, disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/>, acessado em 11/10/2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. – 6. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1999

CERTEU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**, 3. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 8, n.16, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo Ática 1994

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**, 2. ed., Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CLAVAL, Paul. “**A Volta do Cultural**” na **Geografia**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002.

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural, *in* CASTRO; GOMES; CORRÊA (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COELHO NETO, José Teixeira. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COMISSÃO DO FOLCLORE BRASILEIRO. **Carta do Folclore Brasileiro, VIII Congresso Brasileiro de Folclore**, Salvador: 1995.

COOPER, Chris; FLECHTER, John; GILBERT, David; SHEPPERD, Rebecca; WANHILL, Stephen. **Turismo: princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias geográficas**, 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Valéria. **É do dendê! Histórias e memórias da Nação Xambá no Recife (1950-1992)**, São Paulo: Annablume, 2009.

DA SILVEIRA, Joaquim Xavier. **Turismo Prioridade Nacional**. Rio de Janeiro: Record, s/d.

DAVID, Solange. **Cultura e religião: uma aproximação**. Maringá: Acta Scientiarum 2001.

DENCKER, Ada. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, **Ministro visita o Recife**, Caderno Viver, 12/07/1997.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, **Coco de umbigada e resistência**, Caderno Viver, 4/4/2009.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e Cultura Popular**, São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELI, Ronaldo. **Intolerância e racismo atacam as brincadeiras populares no Guadalupe**, CMI Brasil, <http://www.midiaindependente.org>, acesso em 24/05/2009

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FERREIRA, Juca. Pacote para encarar 'hipocrisia fiscal'. Jornal O Estado de S. Paulo, São Paulo, 19 jul. 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/06/19/pacote-para-encarar-hipocrisia-fiscal/> >. Acesso em: 28 jul. 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Site permite visita virtual 3D a pirâmides do Egito**. Caderno de Turismo, 12/05/2012.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

GIL, Gilberto. **Pronunciamento** no Fórum de Marketing Abril, 2004. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2004/10/25/ministro-da-cultura-gilberto-gil-no-forum-de-marketing-abril/>, acessado em 09/02/2010.

GODOY, J.M.L. de; CARREIRO COELHO, N.P. **Livro de leitura para adultos: Movimento de Cultura Popular**. Recife: Gráfica Editora do Recife, 1962.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/noticia/conheca-as-diretrizes-do-programa-cultura-viva/>> Acesso em: 23 set. 2007.

KÖCHE, J.C. **Fundamentos de metodologia científica: da teoria da ciência e prática pesquisa**. 14. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2006.

HALBWACHS, Maurice, in: D'ALÉSSIO, Márcia. **Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora**, Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, setembro 92/agosto 93.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

LAKATOS, Eva. **Fundamentos da metodologia científica**, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade na geografia cultural, in CORRÊA, Roberto e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LODY, Raul. **Tem dendê, tem axé: etnografia do dendezeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

LODY, Raul. Entrevista realizada com Célio Turino em julho de 2009. In: **Almanaque Cultura Viva**. Brasília: MINC; São Paulo: SESC, 2009.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

MARINHO, Alba. Recife nos anos 50 do século XX: um olhar sobre a cidade e seus espaços de fruição. Monografia de Especialização em História de Pernambuco, apresentada na UFPE: 2004.

MARINHO, Alba. Gestão em rede e articulação entre os Pontos de Cultura, *in* MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: MinC, 2009.

MICELI, Sérgio. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984

MINISTÉRIO DA CULTURA. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Nacional de Cultura, Diretrizes Gerais**, segunda edição, Brasília: 2008. www.cultura.gov.br/pnc

MINISTÉRIO DA CULTURA. http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/programa_cultura_viva/pontos_de_cultura/index.php, em 17/01/2008

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Cultura Viva: análises e observações**, Brasília: 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cartilha de Segmentação do Turismo**. Brasília: [s.n.] 2006.

_____. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Brasília: [s.n.] 2006.

_____. **Formação de redes**. Brasília: [s.n.] 2005

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Cartilha sobre os direitos do cidadão**. Mato Grosso: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2009.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura Brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão historiográfica**, São Paulo: 34 Ed. 2008.

MOURA, Pedro. **A hora da verdade de Marta**, Revista IstoÉ, Edição: 2236, 14.Set.12, disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/238005_, acessado em 20/09/2012

OLIVEIRA, Sofia Araujo de. **O Turismo como alternativa para a sustentabilidade dos Pontos de Cultura: um estudo de caso sobre do Maracatu Piaba de Ouro**. Dissertação de Mestrado, Ilhéus-BA : 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo – Panorama 2020: nuevas previsiones de la OMT**. Madrid, España: OMT, 1999.

PAZ, Octávio *in* FERNANDES, José. **Educação patrimonial e cidadania**, Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, setembro 92/agosto 93, p. 275.

PEARCE, Douglas. **Geografia do turismo**, São Paulo: Aleph, 2003.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. 7 ed, Campinas, SP: Papirus, 2001.

PEREIRA, Cesar de Mendonça. **Política Pública Cultural e Desenvolvimento Local: análise do Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança - Pernambuco**. UFRPE: 2008.

PEREIRA, Cesar. **Política Pública Cultural e Desenvolvimento Local: análise do ponto de cultura Estrela de Ouro de Aliança–Pernambuco**. dissertação de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, 2008

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA RAIZ, 3ª.ed., versão eletrônica // revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=96&Itemid=110, acesso em 24/05/2009

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Orgs.). **Políticas Culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RUBIM, Antonio. **Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos**. In Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Vol. 31, No 1, São Paulo: 2008

SANTOS, M. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. In: Cadernos IPPUR, ano XIII, nº 2: 15-26, ago-dez, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, 6. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**, 7. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SARKOVAS, Yacoff. **Caminhos e Descaminhos Culturais do Governo FHC**, 2009, disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/post/caminhos-e-descaminhos-culturais-do-governo-fhc/>, acesso em 20 de maio de 2009.

SERPA, Angelo. A Paisagem Periférica. In: Eduardo Yázigi (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

SERPA, Ângelo. **Patrimônios e Periferias Frente ao Turismo**. Geosaberes, (UFBA), v.1, p. 15-25, 2010.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: Ministério da Cultura / Ipea, 2007.

SILVA, Frederico; MIDDLEJ, Suylan. **Políticas Públicas Culturais: a voz dos gestores**. Brasília: Ipea, 2011.

SILVA, Maria Betânia. **Refletindo sobre o Movimento de Cultura Popular: espaço para a arte?**. Revista Digital Art&, Ano IV, número 06, 2006. Disponível em <http://www.revista.art.br/site-numero-06/trabalhos/8.htm>, acessada em 11/10/2011.

SILVEIRA, Maria Laura. **Os Novos Conteúdos da Regionalização: lugares modernizados e lugares letárgicos no nordpatagônico argentino**, in FINISTERRA, volume XXIX, n. 58, Lisboa: 1994, p. 267-284, disponível em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1994-58/58_03.pdf, acessada em 26/07/2012.

SOARES, Karina; ISHIGAMI, Sandra; MOREIRA, Alba. **Espetáculos Populares de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1996.

SUASSUNA, Ariano. Movimento foi uma bandeira, in REVISTA CONTINENTE MULTICULTURAL, n. 14, Recife: CEPE, 2002.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário**. 3 ed., São Paulo: Iluminuras, 2004.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima**, São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade, VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VILUTIS, Luana. **Cultura e Juventude: A formação dos jovens nos Pontos de Cultura**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da Cultura**, 2. ed., Bauru, SP: EDUSC, 2003.

YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana F. A. e CRUZ, Rita de Cássia (Orgs). **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**, 3. ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**, São Paulo: Contexto, 2002.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**, 3. ed., São Paulo: Global, 2003.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

APÊNDICE A



Re: I Conferência Livre de Comunicação para a Cultura, Recife (PE)

Sexta-feira, 4 de Setembro de 2009 17:43

De: "I Conferência Livre de Comunicação para a Cultura"
<comunicacultura.recife@gmail.com>
Para: "Alba Marinho" <albamarinho@yahoo.com.br>

Cara senhora,

A Conferência Livre está voltada apenas para Pontos de Cultura conveniados com o MinC e infelizmente, por questão de logística, não estamos recebendo inscrições externas.

Atenciosamente,
Zonda Bez

2009/9/4 Alba Marinho <albamarinho@yahoo.com.br>

Solicito gentileza informar forma de inscrição para participação na I Conferência Livre de Comunicação para a Cultura, de 24 a 27 de setembro, no Recife (PE).

Grata,
Alba Marinho
Doutoranda em Geografia - UFPE
Área de pesquisa: geografia cultural
Tese: Pontos de Cultura como espaço de construção da cidadania
(81) 34234299 - 92529177

APÊNDICE B



Tese de doutoramento

Sexta-feira, 10 de Setembro de 2009 10:19

De: "Alba Marinho" <albamarinho@yahoo.com.br>

Para: cgm@cultura.gov.br

Senhor Ministro

Tendo por base a admiração e empolgação pelas ações desenvolvidas pelo Ministério da Cultura nos últimos anos, pela política pública implementada com ênfase não apenas na inclusão social, mas, sobretudo, na facilitação da descoberta da consciência cidadã e da força e valor de cada habitante deste enorme e desigual país, e igualmente levada pela curiosidade acadêmica, pela necessidade de sentir e mensurar os resultados dessa política pública, tomei por objeto de estudo para minha tese de doutoramento os Pontos de Cultura e suas teias no despertar da consciência de cidadania e do pertencimento.

Venho desenvolvendo minhas pesquisas como aluna do doutorado do Departamento de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Estou desde o mestrado, iniciado em 2006, junto a um grupo liderado pelo Professor Doutor Caio Maciel, em fase de implantação de uma linha de pesquisa em Geografia Cultural, linha de pesquisa esta, vale-se ressaltar, ainda não disponível no Nordeste e Norte do país. Para tanto criamos um grupo de pesquisa – o LECgeo – Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura, ligado ao Diretório dos Grupos de Pesquisas do Brasil/CNPq.

O LECgeo acaba de lançar seu primeiro livro, *Entre Geografia e Geosofia: abordagens culturais do espaço* no qual tenho dois capítulos com os seguintes títulos: *Sítios arqueológicos e Comunidades Tradicionais: visitar para preservar*; e *Política Nacional de Cultura: antecedentes e reflexões atuais*.

Quando iniciei minhas pesquisas o programa de Pontos de Cultura ainda se encontrava completamente subordinado ao MinC e apresentava uma dinâmica própria, até por abarcar um menor número de grupos. Com o repasse da gestão do programa para as entidades de cultura dos estados da federação notamos uma certa mudança na dinâmica do processo de criação e expansão.

Porém não estou encontrando facilidades em acessar alguns encontros, seminários e congressos promovidos pelo MinC e suas representações, o que representa uma grande dificuldade no desenvolvimento dos meus trabalhos de pesquisas. Posso citar, por exemplo, a tentativa de me inscrever na **I Conferência Livre de Comunicação para a Cultura**, que acontecerá no Recife (PE), de 24 a 27 de setembro. Por mais que eu tenha explicado meu trabalho de tese, minhas propostas, não me foi facultado o acesso ao evento, o que é lamentável pois as recorrentes negativas praticamente inviabilizam a qualidade da minha tese.

Continuo acreditando que os programas do MinC têm contribuído de forma jamais igualada, na formação, na tomada de consciência, na compreensão da cidadania de uma parcela da população que sequer tinha a mínima ideia do valor cultural que guardou, com enorme esforço, como um legado para todo o país.

Diante da necessidade de aprofundamento das pesquisas, da necessidade de empreender uma percepção mais clara da realidade, da necessidade de perceber o entrelaçamento dessas teias cada vez mais amplas e profundas, vimos solicitar o especial apoio do MinC no sentido de permitir, como uma concessão especial, que eu possa participar das reuniões e encontros regionais e nacionais dos Pontos de Cultura, como uma observadora que procura entender o desenrolar da política pública de cultura e contribuir para o crescimento sócio-participativo da grande parcela de cidadãos e cidadãs.

Colocando-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos e certa da compreensão e do apoio de V.Exa, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Alba Lúcia da Silva Marinho
Doutoranda em Geografia - UFPE
Área de pesquisa: geografia cultural
Tese: Pontos de Cultura como espaço de construção da cidadania
(81) 34234299 - 92529177
E-mail: albamarinho@yahoo.com.br

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 LECgeo – Laboratório de Estudo sobre Espaço e Cultura
 Alba Marinho – pesquisadora sobre Pontos de Cultura
 E-mail: albamarinho@yahoo.com.br
 Fones: (81) 3243 4299 e 9252 9177

QUESTIONÁRIO SOBRE PONTOS DE CULTURA	DATA	28 / 01 / 2010
---	-------------	-----------------------

Nome do Ponto de Cultura:

Site ou blog do Ponto:

Nome do responsável e/ou pessoa de contato pelo ponto:

E-mail:

Telefone:

Quais as principais atividades desenvolvidas por seu Ponto de Cultura?

O grupo do qual participa faz apresentações para os turistas que visitam sua cidade?
 Sim, frequentemente Raramente Não, jamais fez

Essas apresentações para turistas já aconteciam antes do grupo virar Ponto de Cultura?
 Sim Não

Caso sua resposta seja Sim, houve aumento no número de apresentações depois de ser Ponto?
 Sim Não

Normalmente, onde são feitas as apresentações para os turistas?
 Em hotéis Dentro da própria comunidade Em festas ou eventos turísticos

Você recebe alguma remuneração, algum dinheiro, pelas apresentações?
 Sim Não

Você se sente valorizado pelos turistas?
 Sim Não

Você se sente valorizado pela comunidade onde está o seu ponto de cultura?
 Sim Não

Você acha que sua atividade cultural é valorizada pela sociedade em geral?
 Sim Não

Você considera que as apresentações para os turistas são boas formas de divulgar as atividades culturais do seu Ponto de Cultura?
 Sim Não
 Por quê?

ANEXO A

CARTA DE PIRENÓPOLIS 2010 COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

Nós, trabalhador@s da cultura, podemos finalmente celebrar, depois de séculos de completo descaso, o nosso reconhecimento como “**sujeitos de direitos**” para **potencializar nossos saberes e fazeres**.

O governo do Presidente Lula plantou muitos sonhos, mas temos colhido consideráveis decepções. A rede de Pontos de Cultura precisa abrir os olhos e sensibilizar as autoridades públicas, assim como aqueles que acreditaram em nossos trabalhos, para que possamos nos reencantar neste novo governo da Presidenta Dilma.

É chegado o momento de acabar com a intolerância e, através de investimentos em ações culturais, viabilizar condições indispensáveis para o aprofundamento da democracia no Brasil, como o acesso aos bens, meios e ferramentas de reflexão e produção cultural, o fortalecimento da educação e da inclusão social, a democratização da comunicação, entre tantas outras ações que alimentam a cidadania e os direitos humanos no Brasil.

Dessa forma, nós, membros da **Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC)**, vimos a público nos manifestar sobre a conjuntura política e suas conseqüências para a política cultural brasileira. Não merecemos ser tratados como mero programa de repasse de recursos, muito menos como mercadoria ou instrumento de manipulação eleitoral. A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, incorporou-se a cultura à política institucional e à cidadania e aos direitos culturais e, em 2002, a UNESCO promulgou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e sua defesa como "um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana". Porém, mesmo assim, o Brasil precisa avançar muito nos seus investimentos no setor cultural bem como garantir a aprovação imediata da Lei Cultura Viva, da Lei Griô, da PEC 150, do Vale Cultura e do Fundo Cultural do Pré-sal.

A eleição da Presidenta Dilma, nos traz grande esperança da continuidade e consolidação destes Programas. Após 8 anos de Governo Lula, podemos dizer que diversos avanços sociais, econômicos e culturais foram alcançados com destacado reconhecimento nas comunidades abrangidas. Do ponto de vista cultural, apesar dos inúmeros avanços instituídos pelo MinC, ainda enfrentamos o desafio de garantir as Leis Sociais dos Programas Mais Cultura e Programa Cultura Viva e a modernização do Marco jurídico legal da cultura, bem como tornar a cultura tema prioritário na agenda nacional. A pauta das eleições de 2010 comprova o descrédito. A conjuntura atual atrofia a responsabilidade do MinC nos processos de conveniamentos estaduais e municipais ao mesmo tempo em que inviabiliza os CNPJs das associações civis desprovidas de adequada orientação jurídica.

Mesmo tendo beneficiado mais de 8 milhões de pessoas pela Rede Nacional dos Pontos de Cultura, pouco se fez para melhorar o Marco Legal para a gestão de convênios de Pontos de Cultura regulado pela Lei 8.666/93, pela Portaria interministerial - Inciso II § 2º art. 50 nº 127/2008, Portaria Interministerial nº 342/2008 de 5/11/2008 e IN/STN nº 01 de 15/01/1997, que até 2010, tratou a cultura popular com a mesma rigidez que se trata as grandes obras de infra-estrutura do PAC.

Mas por que a cultura ainda é marginalizada no Brasil? Será porque ela não é capaz de eleger seus representantes nas eleições? Talvez. O que importa é que com direito humano não se brinca. Se “*quem*

produz cultura é a sociedade e cabe aos governos identificar e fomentar tais iniciativas”, jamais tal temática poderia ser negligenciada ou mesmo utilizada como moeda de troca numa transição governamental.

Mesmo com todos os avanços nesses últimos anos, o quadro brasileiro de exclusão cultural é assustador. Cerca de 90% da população brasileira nunca entrou num teatro; lê-se, em média, 4,7 livros por ano; somente 10% dos municípios possui um local dedicado à cultura; 92% dos 400 brasileiros não costuma ir a museus; 80% nunca assistiu a um espetáculo de dança e apenas 13% da população vai ao cinema (IBGE, 2008).

Sendo assim, aos 28 dias do mês de novembro do ano de 2010, no coração do Brasil, no alto do Planalto Central, na histórica, bucólica e hospitaleira cidade de Pirenópolis, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), após 3 dias de intensos debates sobre o futuro dos Pontos de Cultura, encaminha a **“CARTA de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura”**, dos Programas Mais Cultura e Cultura Viva que **“desescondeu”** o Brasil profundo, promoveu cidadania, inclusão, geração de renda e o aumento da qualidade de vida de milhares de atores e fazedores da Cultura Popular, reconhecendo o protagonismo de seu saber e fazer cultural.

Seguem abaixo as principais proposições de melhorias para a gestão cultural do Ministério da Cultura e no Brasil:

QUESTÕES BUROCRÁTICAS

Que o MinC disponibilize para a CNPdC a lista com a situação dos Pontos com pendências em prestação de contas, e juntos, busquemos contribuir com a regularização da situação desses Pontos. Para tanto, solicitamos a presença de técnicos do MinC nos estados, e nos casos necessários inicie processo de anistia fiscal e tributária para os Pontos aos quais a medida se faça necessária.

Que o MinC assuma nas instâncias oficiais o compromisso de pagar os editais já aprovados em 2010 e dos Pontões de 2007 e 2009 e todos os editais do Programa Mais Cultura e Cultura Viva que já em andamentos se fizerem.

QUESTÕES DE REGULAÇÃO/LEGISLAÇÃO

Concentrar esforços para o estabelecimento de um novo Marco Regulatório para reger as relações entre o Estado e as entidades da sociedade civil. Consolidação da Lei Social da Cultura Viva para torná-la uma Política Pública de Estado.

- 1 - Aprovação da Lei Cultura Viva pelo Congresso Nacional e consolidação dos Pontos de Cultura como política pública de Estado;
- 2 - Aprovação da Lei Griô pelo Congresso Nacional;
- 3 - Garantia de um Marco Regulatório que favoreça tratamento diferenciado para desiguais; *Que o novo governo - eleito com o apoio consistente do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura - se comprometa a garantir os recursos necessários à manutenção do desenvolvimento permanente do Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura. Revisão sobre a forma como vem sendo tratada a implantação do Programa Mais Cultura nos estados da Federação.*
- 4 - Aprovação da PEC 150 pelo Congresso Nacional;
- 5 - Aprovação do Fundo Cultural do Pré-sal, a PEC 236;
- 6 - Aprovação do Vale Cultura pelo Congresso Nacional
- 7 - Apoio e incentivo à modernização da Lei de Direito Autoral;

QUESTÕES ORGANIZATIVAS

- 1 - Fazer da TEIA dos Pontos de Cultura um processo pedagógico de formação política de Agentes Culturais para a transformação Social;
- 2 - Garantir que a TEIA Nacional e o Fórum Nacional aconteçam somente após TEIAs Regionais e/ou Estaduais e que essas por sua vez aconteçam acompanhadas do processo de cadastro único dos Pontos de Cultura e de uma consulta pública sobre o Marco Regulatório da Lei Cultura Viva dos Pontos de Cultura e toda a sua diversidade;

3 - Garantir recursos para o Encontro Nacional da *Ação Griô*.

QUESTÕES GERAIS

- 1 - Garantir Pontos de Cultura em todos os municípios do Brasil;
- 2 - Fazer com que as formas e expressões culturais do povo brasileiro contribuam como instrumento de aproximação dos povos latino-americanos;
- 3 - Criar espaços para o livre desenvolvimento das diversidades culturais;
- 4 - Promover Ações para contribuir na consolidação do Movimento Social dos Pontos de Cultura.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

- 1 - Através das políticas públicas de cultura, gerar ferramentas de acesso aos brasileir@s de matriz africana, indígenas, ciganos, entre outros;
- 2 - Resgatar oralmente a cultura ancestral a partir do relato dos velhos mestres e Griôs;
- 3 - Ampliar as ações de Cultura Digital para democratização de acesso aos meios e processos da comunicação virtual para ampliação do conceito e prática colaborativa do software livre e universalização da banda larga em caráter público;
- 4 - Criar mecanismos para romper o gargalo da comunicação midiática a serviço do *show biz*;
- 5 - Fortalecer os movimentos de Cultura da Paz;
- 6 - Compreender as questões de gêneros, orientação afetivo e de orientação sexual, geração, raça, etnia, classe, como políticas estruturantes para uma nova sociedade.
7. Elaboração de políticas públicas que levem em conta a complementaridade da comunicação e da cultura;
- 8 - Garantir a presença dos Pontos de Cultura nos mais diversos conselhos e instâncias de participação social nas políticas públicas;
- 9 - Todas essas solicitações da CNPdC devem ser assumidas pela gestão atual da SCC e MINC e não deixadas na mão da próxima administração.
- 10 - Assumir o “custo amazônico” como uma realidade e promovê-lo como uma política necessária e afirmativa na execução de políticas públicas setoriais de cultura, tais como Programa Cultura Viva e Programa Mais Cultura
- 11 - Garantir a preservação dos saberes e fazeres orais dos mestres griôs para a posteridade através de suporte audiovisual e impresso.
- 12 - Que o MinC proponha ao MEC maneiras diferenciadas de acesso à Universidade de mestres, griôs e agentes culturais que trabalhem diretamente em Pontos de Cultura, e reconhecendo o seu notório saber, como contrapartida, os ingressos realizarão oficinas em parceria com entidades e coletivos que trabalhem na academia para a comunidade acadêmica. O acesso pode se dar por meio de proposta de dissertação a ser apresentada e com foco na ocupação das vagas ociosas das Instituições Públicas de Ensino Superior.
- 13- Garantir um encontro entre o MEC, MINC e Pontos de Cultura para desenvolver trabalhos em parceria com Escolas Públicas no intuito de avaliar e aprimorar os Programas: “Mais Educação”, “Escola Aberta”, “Escola Viva” e “Agente Escola Viva”

São signatários desta “CARTA DE PIRENÓPOLIS” artistas de todas as formas de expressão artística, Gestores Culturais de todos os 27 Estados brasileiros e 25 GTs Temáticos que trabalham para a redução das desigualdades sociais, representando mais de 3000 Pontos de Cultura, que afetam mais de 8.000.000 de brasileiros, segundo dados do IPEA/2010.

Pirenópolis, 28 de novembro de 2010
Comissão Nacional de Pontos de Cultura

ANEXO B

Em 16 de abril de 2011 18:22, fabiano santos <fabianoalafin@gmail.com> escreveu:



A Rede de Pontos de Cultura de Pernambuco (REDE.PE) convoca toda a classe artística, grupos, organizações e entidades que trabalham com arte-educação e todo o movimento cultural para a "**PLENÁRIA DE MOBILIZAÇÃO: PERNAMBUCO PELA LEI CULTURA VIVA!**".

O debate acontece nesta **segunda-feira(18 de abril), a partir das 8h, na Assembleia Legislativa** (auditório do anexo I - 6º andar). Para discutir a política nacional de cultura e sua repercussão no Estado, foram convidados os parlamentares:

- Luciana Santos (Dep. Federal - Rep. "Frente Parlamentar Mista da Cultura")
- Teresa Leitão (Dep. Estadual - Pres. "Comissão de Educação e Cultura")
- Jurandir Liberal (Vereador e Líder da Câmara Municipal do Recife)
- Jorge Prestanista (Rep. da Pasta de Cultura na Câmara Municipal de Olinda)
- Paulo Rubem (Dep. Federal - Relator do PL VALE CULTURA)
- Pedro Eugênio (Dep. Federal - Relator do PL PROCULTURA)
- Conselho Gestor da REDE.PE de Pontos de Cultura

Esta Mobilização é uma deliberação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) e o debate do dia 18 de abril acontece em todos os estados do Brasil com o tema: "**Continuidade com Melhorias. ANISTAR, AMPLIAR E DEMOCRATIZAR**". O objetivo é defender uma política nacional de cultural comprometida com o incentivo e fortalecimento das ações do Programa Cultura Viva, criado em 2004 pelo Ministério da Cultura (MinC). O que se pretende é provocar o interesse e disposição real para o diálogo da atual Ministra Ana de Holanda e seus secretários, com a Rede Nacional de Pontos de Cultura.

A Plenária terá cobertura completa pelos Pontos de Cultura e conta com Intérprete de LIBRAS, garantindo a acessibilidade comunicacional aos surdos interessados em participar!

Participe você também!

É Pernambuco fortalecendo a luta por uma nova POLÍTICA CULTURAL!!!

>> PARA ENTREVISTAS:

Fabiano Santos | Representante Estadual da REDE.PE

(81) 87124516 - 98238769

Cirlene Menezes e Marco Bonachela | GT de Comunicação da REDE.PE

(81) 88130445 - 98296200 e 81044726

>> PARA MAIS INFORMAÇÕES:

(Confira em anexo o Texto-Base - Mobilização Cultura Viva)



www.pontosdecultura.org.br

ANEXO C



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL
SCS, QUADRA 09, LOTE C – TORRE “B” – 9º ANDAR- EDIFÍCIO PARQUE CIDADE
BRASÍLIA-DF. CEP:70.308-200
TEL: (61) 2024-2778

Ofício-Circular n.º 41/GABIN/SCDC/MinC.

Brasília, 14 de novembro de 2012.

À Senhora
Alba Lucia Marinho
Universidade Federal de Pernambuco

Assunto: Convite para o Seminário do Redesenho do Programa Cultura Viva.

1. A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, convida para o **Seminário do Redesenho do Programa Cultura Viva** que acontecerá nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012, das 9h às 18h, na Fundação Nacional das Artes – FUNARTE, Eixo Monumental Setor de Divulgação Cultural (entre a Torre de TV e o Centro de Convenções) – Sala Cássia Eller, Brasília - DF.
2. O Seminário terá por objetivo apresentar os resultados do Redesenho e debater as perspectivas do Programa Cultura Viva, de forma a subsidiar o relatório final de responsabilidade do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 45, de 19 de abril de 2012. O encontro contará com a presença da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, gestores estaduais e municipais e representantes das instituições parceiras.
3. Para maior efetividade do encontro, destaco que a confirmação das presenças deverá ser encaminhada até o dia 26 de novembro de 2012 ao endereço eletrônico: articulacaoemredes@cultura.gov.br. Informamos, ainda, que as passagens dos pesquisadores serão custeadas pela SCDC. Para mais informações (61) 2024 2791/ 2932/2882/2762. Agradeço antecipadamente a participação e empenho e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,


Márcia Helena Gonçalves Rollemberg
 Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural

Acesse:
Cultura Viva – www.cultura.gov.br/culturaviva
twitter.com/culturaviva
twitter.com/DiversidadeMinC
facebook.com/cidadaniaediversidade

ANEXO D

Ofício CNPdC 001/2013

Itabuna-BA, 04 de janeiro de 2013.

Exma. Sra.
MARCIA ROLLEMBERG
Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural

Prezada Senhora Secretária,
Saudações Pontistas,

Desejo que esta carta alcance suas mãos e encontre a sua cabeça coberta com água doce, com alegria, com saúde e com boas amizades, neste momento especial que é quando o Senhor dos Destinos nos permite reiniciar mais uma etapa de nossas vidas, renovando nossas esperanças com a benção de mais um ciclo!

Informo que recebemos o Ofício 01/GABIN/SCDC/MinC no qual a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural agradece a participação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura/CNPdC no processo e, em especial, no Seminário do Redesenho do PCV, realizado em Brasília, nos dias 06 e 07 de dezembro de 2012. O Ofício foi publicado no Site da CNPdC (pontosdecultura.org.br), na Rede Nacional da Comissão e no E-grupo CULTURA_VIVA.

Senhora, enquanto membros da CNPdC no GT Cultura Viva, assumimos responsabilidades em manter a comunicação entre a CNPdC e a SCDC. Temos envidado esforços nesse sentido, mas o nível de insatisfação das coordenações dos Pontos de Cultura com relação à gestão do programa tem sido um fator limitador nesse momento pós-Seminário do Redesenho do PCV.

Queremos atualizar algumas informações relacionadas ao que foi discutido e decidido desde então:

A CNPdC não chegou a um posicionamento final em relação ao Relatório Parcial do Redesenho apresentado pelo IPEA/SCDC em Brasília, quando da reunião do dia 08/12/2012. Ficou decidido que iremos propor, em tempo, a discussão do extenso e complicado documento nas redes e buscar também a assessoria de técnicos que nos informem de forma clara, menos “irônica” que a equipe do IPEA, o que significa cada alteração no conceito, nas ações e nas nomenclaturas, sugeridas na proposta de novo escopo do PCV.

Não entendemos como as mudanças sugeridas irão alterar positivamente a rotina dos PCs, já que, à primeira vista, não alteram os problemas graves e recorrentes

que consistem na demora na análise de prestação de contas, demora na análise de alteração de Plano de Trabalho, atraso no repasse das parcelas, dificuldades de comunicação/informação, ausência de formação em prestação de contas e gestão financeira e ausência de formação em Cultura Digital e em Política Cultural – ambas para os agentes e gestores do PCV, ausência de investimento em contratação de servidores públicos para trabalhar dignamente e exclusivamente para com o PCV, ausência de vontade política para assumir e realizar as mudanças necessárias advindas da indispensável participação social no Programa Cultura Viva.

De igual modo, não entendemos como essas mudanças são sugeridas sem levar em conta o impacto dos atrasos e problemas nos nossos Planos de Trabalho. Não existe atualização dos valores desde o início do Programa, nenhum Ponto executa o Projeto do Ponto em menos de 06 anos. Nenhum Ponto recebe repasse de recurso com menos de 01 ano de espera.

Não obstante, jamais existiu uma “publicidade positiva” do PCV nem em rádios, nem em TVs, nem em publicações que alcancem as nossas comunidades, onde as pessoas não conhecem a realidade da gestão do Programa e o esforço que é para a maioria das coordenações a missão de manter seus Pontos em funcionamento.

Na prática, queremos que as nossas questões sejam levadas em consideração, pois elas são recorrentes desde 2004 e estão explicitadas em todas as Teias, em todas as conferências, em todas as pesquisas e em todos os relatórios de todos os Pontos de Cultura do Brasil.

Retomando os informes, a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura da Bahia, composta por 26 Representantes dos Territórios de Identidade da Bahia – G26; Cristina Alves, representando a RRBA/MinC; a Superintendente de Cultura da Bahia, Taiane Fernandes; a Coordenadora de Cidadania Cultural, Cláudia Vasconcelos; a Coordenadora do Programa PCs da Bahia, Saliha Rachid; e o Secretário de Cultura do Estado Albino Rubim, estiveram reunidos com a Senhora Antônia Rangel/MinC, no Conselho Estadual de Cultura da Bahia no dia 12/12/2012.

O diálogo foi produtivo e do encontro foi possível estabelecer algumas diretrizes comuns. Entre elas, a realização de um Seminário do PCV na Bahia (proposta da SECULT/BA) tendo como temas a proposta de Redesenho e a Lei Cultura Viva, reunindo agentes e gestores das Redes de Pontos de Cultura, previsto para o primeiro semestre de 2013. Também foi decidido implantar o Comitê Gestor do PCV na Bahia.

Na oportunidade foi solicitada para a Sra. Antônia Rangel informações e a disponibilização do Parecer do Minc sobre a Lei Cultura Viva PL 757/2011, em tramitação no Congresso Nacional. Foi solicitada ainda a disponibilização de informações, inclusive modelo lógico do extinto Programa Brasil Plural.

A Sra. Antônia ainda participou durante a tarde de reunião sobre a TEIA BA 2013, onde sua contribuição foi fundamental para elucidar dúvidas e explicar procedimentos. Seria muito produtivo se ela pudesse visitar todos os Estados que ainda não realizaram suas TEIAS para explicar, sugerir, informar acerca dos trâmites políticos, técnicos e burocráticos que envolvem a realização das mesmas, de modo a colaborar para a articulação e mobilização deste processo fundamental para a vitalidade e organicidade da Rede dos Pontos de Cultura.

Em tempo, ressalto nossa satisfação ao constatar que a CNPdC e os Povos de Terreiro estão representados nos Colegiados Setoriais do CNPC. Esses dois Coletivos comprovaram sua representatividade e ocuparão esses espaços com propriedade. Esse foi o resultado do esforço de um grupo abnegado e proativo de agentes da Cultura Viva, que vão doravante lutar para garantir um espaço neste distinto conselho para os Pontos de Cultura do Brasil.

Ressalto que não recebemos resposta aos ofícios protocolados junto ao Gabinete da Ministra da Cultura Marta Suplicy, entregues em mãos durante Encontro com o Movimento Social da Cultura (realizado na sala de reuniões da SCDC, Brasília-DF, dia 20 de setembro de 2012) solicitando agenda com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e com a Comissão Nacional de Povos Tradicionais de Terreiro, para os quais a Senhora Secretária prontificou-se em redigir parecer e nos informar. Continuamos aguardando.

Lembramos ainda que neste mês de janeiro completa um ano que a CNPdC se reuniu em Porto Alegre-RS, durante o lançamento do Redesenho do PCV no FSM Temático. O que enfraquece a participação e a articulação política da CNPdC.

Longe de ter o assunto do Redesenho do PCV por esgotado, nós membros do GT Cultura Viva na CNPdC, aguardamos o agendamento da reunião prevista para fevereiro de 2013, onde poderemos discutir mais acuradamente o documento proposto e os instrumentos disponibilizados no site do Ministério da Cultura para a avaliação colaborativa da ampliação quantitativa e qualitativa do Programa Cultura Viva no Brasil.

Agradecemos sua atenção e compreensão ao tempo em que colocamo-nos à inteira disposição para a agenda de 2013.

LULA DANTAS

MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC)
www.pontosde cultura.org.br

ANEXO E



Ministério da Cultura
Representação Regional Nordeste

O Ministério da Cultura, através da Secretaria de Políticas Culturais e da Representação Regional Nordeste, com apoio do Porto Digital, convida para apresentação sobre o Plano Nacional de Cultura, nesta sexta-feira, 21 de outubro de 2011, com a presença do Secretário de Políticas Culturais do MinC, Sérgio Mamberti. A atividade inicia às 15h, no auditório do Porto Digital (Rua Cais do Apolo, 222 - Edf. Vasco Rodrigues - 16º andar - Bairro do Recife). Os interessados devem confirmar presença até esta quinta-feira (20), através do e-mail nordeste@cultura.gov.br. O auditório tem capacidade para receber apenas 180 pessoas. Mais informações: (81) 3117-8430.

Serviço:

Apresentação sobre o Plano Nacional de Cultura, com o Secretário de Políticas Culturais, Sérgio Mamberti

Quando: 21/10/2011 (sexta-feira)

Hora: das 15h às 18h

Local: Auditório do Porto Digital. Endereço: Rua Cais do Apolo, 222 - Edf. Vasco Rodrigues - 16º andar - Bairro do Recife, Recife – PE.

Capacidade: 180 pessoas

Inscrições: nordeste@cultura.gov.br

Informações: (81) 3117-8430 ou no <http://culturadigital.br/mincnordeste>.

ANEXO F

Relato da Reunião dos Pontos de Cultura com a Ministra Marta Suplicy

No dia 14 de Janeiro, no Ponto de Cultura Teatro Commune/SP, entre às 18 e 20 horas, houve uma reunião de Pontos de Cultura com a Ministra Marta Suplicy. A reunião foi articulada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, a pedido de um grupo de Pontos e Pontões de Cultura, membros da Comissão Nacional e Paulista dos Pontos de Cultura, Fora do Eixo, Agência Solano Trindade, Lab Cultura Viva, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, ativistas, pesquisadores, artistas, pedreiros e cidadãos amantes da Cultura Viva, com o objetivo de apresentar o Programa Cultura Viva, o Plano de Mobilização da Lei Cultura Viva, a mudança na gestão do programa e apresentação de propostas e pautas descritas abaixo

Pauta da reunião

- Abertura da reunião
- Histórico do Cultura Viva e seus estágios de gestão compartilhada do programa
- Histórico Cultura Viva com relação à gestão de Marta Suplicy
- Análise crítica sobre a metodologia do Redesenho
- Plano de mobilização para aprovação das ações para regulamentação da Lei Cultura Viva e o Vale Cultura
- Nossa Sede, Nossa Vida
- Ação Griô e Lei Griô
- Cultura Digital e as ações em redes de formação e comunicação
- Pontos de Mídia Livre e relação do Programa Cultura Viva e o Bolsa Família
- Pontões de Cultura
- Pontinhos de Cultura e Cultura da Infância
- Economia Viva e Moedas Sociais dos Pontos de Cultura
- Cultura Viva Comunitária
- CEUs das Artes e Cultura Viva
- Circuito Cultural e Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura
- Cultura Viva x Burocracia
- Criação de Grupo de Trabalho

Leituras e Percepções dos presentes

A Ministra compreendeu melhor o Programa 'Cultura Viva' ao longo do debate e a importância do 3º Setor ter nova regulamentação dos financiamentos e prestações de contas, diferenciando as Mega-Ongs e Macro-Instituições das pequenas verbas usadas em projetos como os dos Pontos de Cultura e tantos outros (que vão para além da 'Cultura' enquanto Arte, sendo também: ambientais, educacionais, sociais, entre outras).

Até então, a Ministra via, lia e admirava o que tinha escutado sobre "Pontos de Cultura"; mas agora entendeu que há todo um conceito, uma política e um Programa chamado "CULTURA VIVA", que são várias ações integradas a partir das práticas realizadas por e em 'Pontos de Cultura', e que já houve um esforço (através de inúmeros editais) para integrar essas diferentes ações em uma somatória para o Programa Cultura Viva (Ação Griô, Escola Viva, Agente Cultura Viva, Pontões, Tuxáua, Pontinhos, Economia Viva, Asas, Interações Estéticas, TEIAs, etc). A Ministra admitiu ainda ter muita dificuldade de compreender todos estes termos, mas está atenta e aprendendo rápido!

Ficou claro que o Cultura Viva e os Pontos de Cultura podem ajudar o MinC na gestão compartilhada, como nos casos de mudanças e adaptações de Editais, através da atuação das Comissões e Grupos de Trabalho e até mesmo a criação de novos editais a partir de demandas das redes que se integram no 'Cultura Viva'. Foram propostas tecnologias de georeferenciamento e mapeamento feitas pelos próprios Pontos e Pontões para mapear a rede dos Pontos e coletivos de cultura. A Ministra ouviu referências a nomes importantes na história viva e presente do Programa: "Gilberto Gil", "Juca Ferreira", "Célio Turino", "Jandira Feghali".

É preciso avançar na aprovação da Lei Cultura Viva, na regulamentação inovadora das prestações de contra online (como se faz para o CNPq), do uso do Cartão Corporativo e outras ideias. Os ponteiros mostraram que vários problemas burocráticos que a Ministra apresentou podem ser solucionados, como são, pela própria experiência e mobilização dos pontos – como foi a portaria que permite 15% de gastos administrativos. Os pontos têm muito a ensinar em gestão compartilhada com o Minc e a Lei Cultura Viva também pode trazer em sua regulamentação vários destes pontos. A proposta é CULTURA VIVA se contrapondo a BUROCRACIA MORTA.

O descontentamento com as propostas para o Redesenho do Programa Cultura Viva, apresentado pelo IPEA ao MinC, ficou patente em todas as intervenções, principalmente o discurso do IPEA sobre a sustentabilidade usado para desqualificar a capacidade de gestão dos Pontos de Cultura

- o IPEA não analisou as dificuldades burocráticas para operar os convênios do ponto de vista dos Pontos de Cultura, que foram reduzidos ao estatuto de inadimplentes;
- A ideia de que os Pontos não gerariam recursos próprios e não são "sustentáveis" norteou o redesenho do IPEA que compara os Pontos com as atividades culturais tradicionais (a indústria cultural e outras atividades formais) que vivem da renúncia fiscal, também dependendo de financiamento público e não são "mais sustentáveis" que os Pontos.
- a proposta de redesenho do IPEA partiu dessas premissas equivocadas, apontadas por todos os participantes, por funcionarem como uma criminalização dos Pontos de Cultura e redução da dimensão inovadora e viva da atividade cultural;
- os ponteiros conseguiram mostrar que o Programa é, pelo contrário, altamente sustentável, exatamente porque mobiliza a potência da produção e inovação cultural que já existe nos territórios. Os Pontos são ricos de cultura e de vida, e são baratos, mesmo que não saibam fazer as prestações de contas como as fazem as empreiteiras. Além de termos de enfrentar juntos também o tema da anistia para certas situações
- A Ministra compreendeu essas distorções apontadas e reiteradas ao longo do debate que implicam antes numa reformulação da burocracia do Estado do que numa criminalização dos agentes culturais

PROPOSTAS APRESENTADAS

Histórico do Cultura Viva e seus estágios de gestão compartilhada do programa

Depois da narrativa do histórico e apresentação de conceitos, foi entregue para a Ministra os livros e revistas do Programa Cultura Viva. Foi um momento muito importante, pois a Ministra disse que nunca havia recebido nenhum material conceitual sobre o programa. Neste momento, indicamos a ela a leitura.

Histórico Cultura Viva com relação à gestão de Marta Suplicy

Foi recordado, que os princípios do Cultura Viva foram construídos fortemente na Secretaria de Esportes do governo Marta Suplicy à frente da Prefeitura de São Paulo, quando Célio Turino realizou o recreio nas férias e outras ações. Foram entregues dois livros sobre este histórico também produzidos em sua gestão.

Análise crítica sobre a metodologia e diagnóstico do Redesenho

O relatório do Redesenho apresentado pelo IPEA foi prioritariamente um relato metodológico e técnico. O que há de teoria são princípios de sistemas de gestão, abandonando os princípios teóricos e o conceito antropológico e ampliado de Cultura que diferenciou o Programa Cultura Viva. Esta parece ter sido a estratégia política do relatório: criar um ambiente de crítica técnico-administrativa como forma de desqualificar o conceito de Cultura originalmente proposto.

O Redesenho originalmente era uma demanda para apontar as formas de fortalecimento do Programa Cultura Viva e aprimoramento da gestão, mas acabou focando apenas as dificuldades dos pontos com a burocracia, sem apontar soluções do Estado que favorecessem os Pontos. Por exemplo, as formas múltiplas de financiamento dos Pontos, não apenas por convênio, mas por contrato, editais, prêmios, "cartão de crédito" entre outras soluções propostas pelos Pontos.

O Redesenho deixou de fora ações estruturantes do Programa Cultura Viva: Cultura Digital, Ação Griô, Pontos de Mídia Livre, Pontinhos de Cultura, Matrizes Africanas, Povos de Terreiros, não fazendo menção a essas ações ou mudando de nome sem uma justificativa que não uma

"descharacterização" do projeto original consensuado com os Pontos de Cultura.

O Redesenho não aponta para o que poderia ser um salto em escala do Programa com a universalização do Programa Cultura Viva pensado como política pública para toda a produção cultural das bordas, com o sistema de auto-declaração de Pontos de Cultura, que passam a ser reconhecidos, independente de terem ou não um convênio ativo com o MinC.

O redesenho poderia ter sido feito em regime de co-pesquisa com os Pontos de Cultura, que detém um enorme conhecimento e expertise sobre as possibilidades e limites do Programa, diminuindo as distorções e análises apresentadas.

Plano de mobilização para aprovação das ações para regulamentação da Lei Cultura Viva

- Compromisso do Ministério da Cultura para Aprovação e regulamentação da Lei Cultura Viva até dezembro de 2013.

- Criação imediata de um grupo de trabalho plural formado por integrantes de diversas redes e movimentos, Secretaria Executiva do MinC, Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura e outros parlamentares, Conselho Consultivo da Frente, Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, Conselho Nacional de Políticas Culturais, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, Redes dos Povos de Terreiro e matriz africana, povos da floresta, entre outros, para acompanhamento da tramitação da Lei no Congresso Nacional e construção dos mecanismos de regulamentação da Lei Cultura Viva.

- Criação da plataforma de autoregistro, em que todas as entidades de cultura comunitária, grupos informais e coletivos possam depositar toda sua história, seus planos de trabalho, aspirações, registros e prestações de contas. A servir de base para a seleção de Pontos de Cultura, os contratos deverão ser simplificados e firmados em agências da Caixa Econômica Federal, como acontece com o financiamento da Casa Própria, em que mutuários finalizam seus contratos na agência mais próxima. Ao firmar o contrato, o Ponto de Cultura receberia um cartão, o Cartão Cultura Viva (como acontece com os cartões para construção e reforma de moradia) e com esse cartão pagaria suas despesas de modo que o próprio extrato do cartão seria a prestação de contas. E todas as informações serão publicadas on-line na plataforma do Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura.

- Garantir que toda entidade de cultura, cultura comunitária, coletivo, grupo de tradição oral e cultura popular, grupo estável artístico que, cadastrada no Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura esteja apta para receber recursos do vale cultura.

Ação Griô e Lei Griô

- Criação de equipe de gestão na SCDC com pessoas selecionadas em consenso e assessoria da gestão da Rede Ação Griô e comissão nacional dos griôs e mestres para implementação da política nacional de transmissão oral em consonância com a lei griô.

- Encontro Nacional de avaliação e replanejamento da Ação Griô produzido e coordenado pela Gestão da Rede Ação Griô, coordenação da SCDC e comissão nacional dos griôs e mestres, ressignificando o redesenho como projeto de continuidade com avanços

- Apoio ao processo e de tramitação da Lei Griô no congresso nacional

- Lançamento de edital de pontões da Rede Ação Griô

Nossa Sede, Nossa Vida

- Proposta de um programa de fomento e financiamento para manutenção e aquisição de sedes para Pontos de Cultura, grupos, coletivos e demais entidades culturais

- Promover a partir do Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura uma seleção pública de entidades de cultura comunitária, coletivos, grupos de tradição oral e cultura popular, grupos estáveis artísticos para seleção pública de financiamento de compra de sedes próprias.

- Via Caixa Econômica Federal e BNDS com o pagamento do financiamento feito por serviços prestados à sociedade brasileira, como oficinas, cursos, circulação de filmes, espetáculos e similares.

Cultura Digital e as ações em redes de formação e comunicação

- reativar e estruturar a ação Cultura Digital
- reativar os convênios dos pontos de Cultura Digital que tem identidade dentro da rede
- novos editais para Cultura Digital. Sendo: Pontos, prêmios, comunicação, produções específicas e desenvolvimento de Software Livre
- fomentar ações de Cultura Digital inter-regiões, inter-Pontos e ações em rede

Pontos de Mídia Livre e Pontos de Formação

- Retomar os Editais para Pontos de Mídia Livre
- Financiar ações de formação em Mídia Livre e em Comunicação, Audiovisual, Cultura Digital
- Mapear as metodologias de formação nos diversos campos de domínio dos Pontos de Cultura
- Reconhecer os Pontos de Cultura e os Pontos de Mídia como formadores, podendo atuar em sinergia com experiências de formação livre e autônoma, assim como nas Escolas, Setor de Extensão das Universidades, Céu das Artes e no ensino formal

Programa Cultura Viva e Bolsa Família

Foi ponderado que se o Bolsa Família foi a maior política cultural do governo Lula e a política dos Pontos foi a maior política social e econômica da gestão do MinC e é com esse tipo de política cultural que produz e transforma os valores que é possível travar a batalha dos próximos dez anos sobre a Nova Classe Média.

Pontões de Cultura

- Foi enfatizado a importância dos Pontos de Cultura como “hubs” que articulam as ações de determinados segmentos e grupos de Pontos de Cultura
- Foi proposto o pagamento de todos os Pontos que estão parados e renovação dos convênios dos Pontos já aprovados
- Propôs-se a reformulação da função dos Pontos para que além de articuladores das redes nacionais e locais de Pontos possam funcionar apoiando a estruturação de novos Pontos e coletivos

Pontinhos de Cultura e Cultura da Infância

- retorno da Ação Pontinhos de Cultura (e dessa nomenclatura) no Redesenho
- valorização das ações dos Pontos em sinergia com as Escolas tanto levando as ações dos Pontos para dentro das Escolas, como trazendo os estudantes e professores para ações nos Pontos, como extensão e outro modelo de Escola

Economia Viva e Moedas Sociais dos Pontos de Cultura

Foi falado da importância das moedas complementares nos Pontos de Cultura e o fortalecimento das ações da "economia viva". Foi dado como exemplo o trabalho da Agência Solano Trindade que criou um Banco e uma moeda social ‘Solanos’ como tantos outros Pontos e coletivos que criam moedas. Também se destacou a importância do Programa Cultura Viva para o desenvolvimento da cultura periférica onde os coletivos e Pontos de Cultura hoje são uma das poucas armas contra a cultura da violência e do extermínio, apostando numa cultura de paz.

Cultura Viva Comunitária

Foi apresentado o histórico da plataforma Puente e o Cultura Viva Comunitaria e lida a carta (transcrita abaixo) dos Organizadores do I Congresso Cultura Viva Comunitaria que será realizado na Bolívia em maio de 2013 destacando a importância do programa Cultura Viva Brasileiro como referência para toda a latinoamérica.

“Estivemos aqui em La Paz nos últimos 5 dias reunidos com diversos ministros do governo do presidente Evo Morales, das áreas de educação, cultura e transparência, e todos tem garantido seu empenho e participação ativa neste processo. As redes de Cultura Viva do Brasil estão construindo a CARAVANA POR LA PAZ, que promoverá a participação dos pontos de cultura brasileiros neste Congresso, e que precisa do apoio e empenho deste ministério para sua concretização, tanto através de recursos como na articulação com a diplomacia cultural brasileira e com empresas estatais de nosso país que atuam fortemente na Bolívia.”

CEUs das Artes e Cultura Viva - Pontos de Formação

- Foi destacado a importância de conectar o Céus das artes com o Circuito de Formação dos Pontos de Cultura
- Proposta de parceria entre Céu das Artes e experiências de formação que pode viabilizar esse

projeto com custos baixos, sustentabilidade e conteúdos diversificados.

- Foi criticada a proposta de construir um modelo único de Céus e a proposta do PAC da Cultura para qualquer lugar do Brasil.

- Foi proposto mapeamento de Pontos de Formação. Os pontos desenvolveram e desenvolvem metodologias de formação, as mais diversas e eficazes em diferentes áreas da cultura, arte, meio-ambiente, etc.

- O que foi dito dos Céus das Artes vale ainda para a Secretaria de Economia Criativa que não tem escala e meios para funcionar. Os Pontos de Cultura já são Pontos de Economia Criativa.

Circuito Cultural e Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura

Foi enfatizado a necessidade de implementar um mecanismo de autodeclaração para ampliação da rede dos Pontos de Cultura, estimular a formação de circuitos culturais e cultura de redes. Destacou-se o potencial e a capilaridade da rede de Pontos para atuarem como centros de difusão e exibição da produção audiovisual do Brasil. Também foi colocado que o MinC deveria se concentrar mais nos ativos gerados pelo Cultura Viva até 2010 e não somente no passivo de pagamentos e déficits para se visualizar de forma positiva e com a real importância as inovações na gestão do Programa e da SCDC.

Cultura Viva x Burocracia - Análise da necessidade de romper paradigmas para manter o Programa Cultura Viva

O embate dos Pontos de Cultura com a burocracia do Estado (Lei 8.666, convênios, etc.) foi um dos temas que atravessaram todas as falas e pode ser resumido nessas citações de Marilena Chauí lidas no encontro. O enfrentamento das dificuldades passa menos por decisões técnicas do que por decisões políticas:

A revolução do Programa Cultura Viva foi feita com poucos recursos, reduzido número de funcionários e ainda tendo como herança a visão neo liberal do papel da cultura. Estes entraves foram expressos, poeticamente, pelo Ministro Gilberto Gil ao dizer: Considerando que “não bastasse a rigidez autoritária da burocracia, a rotina e a repetição administrativa, no caso da cultura, são visceralmente contrárias à atividade cultural, à sua lógica, ao seu tempo, à sua oportunidade e ao seu sentido. Imagine-se, portanto, o que há de suceder quando se traz para um órgão público a proposta de Cidadania Cultural! Em uma única proposta política, dois antagonismos com a burocracia: democracia e cultura.” (Marilena Chauí)

“Burocracia não é uma “máquina administrativa” e sim um sistema de poder movido por gente, e no qual a vontade dos indivíduos-burocratas é mais determinante e imperiosa do que as leis e os procedimentos. Os hábitos burocráticos operam para manutenção de mando e poderes e não para a proteção efetiva da coisa pública. Assim, sob a máscara da impessoalidade racional (não louvada por Weber), imperam vontades pessoais e personalizadas, que representam grupos e interesses políticos, sociais e econômicos.” (Marilena Chauí)

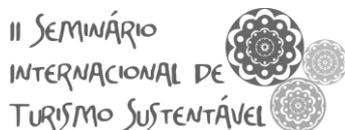
*Referência: Chauí, Marilena: **Cidadania Cultural O direito à cultura**. S.P Fundação Perseu Abramo. 2006. Pag. 76/77);*

Criação de Grupo de Trabalho

A reunião encerrou com a proposta reiterada da criação imediata de um Grupo de Trabalho formado por integrantes da Secretaria Executiva do MinC, Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, Conselho Consultivo da Frente, Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, Redes Culturais brasileiras, Conselho Nacional de Políticas Culturais, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, agentes culturais, para acompanhamento e construção dos mecanismos de regulamentação da Lei Cultura Viva.

Disponível em <http://www.overmundo.com.br/overblog/reuniao-entre-pontos-de-cultura-e-marta-suplicy>

ANEXO G



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Fortaleza-Ceará – Brasil; 12 al 15 de maio de 2008

**II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL
12 A 15 DE MAIO DE 2008
DECLARAÇÃO DE FORTALEZA**

Nós, cidadãs, cidadãos, comunidades, pequenas operadoras de turismo, pesquisadores/as, organizações governamentais e não- governamentais e movimentos sociais, provenientes de 19 Estados do Brasil e de outros 13 países da América e Europa (Bolívia, Peru, Equador, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, México, Estados Unidos, França, Espanha, Suíça, Alemanha e Itália), participantes do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado na cidade de Fortaleza, região Nordeste do Brasil, no período de 12 a 15 de maio de 2008, declaramos nosso apoio, disponibilidade, ação e defesa da construção do turismo comunitário solidário como um projeto político pautado na autonomia das culturas locais, na conservação ambiental e na socioeconomia solidária.

Durante esses quatro dias de trabalho, que incluíram painéis temáticos, oficinas, rodas de conversas, troca de experiências e confraternizações, constatamos que outro turismo não só é possível e necessário como já acontece. São múltiplas experiências que refletem pensamentos, práticas e novas possibilidades do fazer turístico, tendo como premissas o fortalecimento das organizações comunitárias através da vivência permanente de processos participativos e autogestionários.

Destacamos que os modos de vida que vinculam as populações tradicionais aos ecossistemas locais, estreitamente relacionados aos processos históricos de resistência às lógicas colonizadoras e degradadoras do meio ambiente, são pano de fundo de onde surgem processos criativos de implementação do turismo solidário de base comunitária como expressão de um projeto de vida que afirma culturas diversas, empodera sujeitos e defende territórios. Nesse contexto, citamos como marcas dessas iniciativas:

- A luta por mecanismos de proteção ambiental, tais como estabelecimento de Unidades de Conservação e de áreas ambientalmente protegidas, inclusive marinhas e estuarinas;
- A garantia de acesso legítimo à terra, à água e ao território como mecanismo de reprodução das culturas e dos modos de vida locais;

- A implementação de infraestruturas turísticas de pequeno porte, integradas ao ambiente natural e construídas pelas comunidades;
- A rearticulação de expressões culturais populares que valorizam o intercâmbio e o diálogo entre culturas;
- A integração da atividade turística aos demais processos produtivos, notadamente no campo da pesca, da pequena agricultura, da culinária e da artesanaria;
- A criação de mecanismos autônomos de gestão territorial que regulam as relações entre turistas e comunidades receptoras;
- A efetivação de meios alternativos de promoção e divulgação de atrativos e produtos turísticos;
- O estabelecimento de parcerias estratégicas com Organizações Não-Governamentais, agências de cooperação internacional, instituições de pesquisas, movimentos sociais, redes, fóruns e outras articulações de defesa de direitos.

Em contraponto ao turismo convencional ou de massa, surge e se afirma, portanto, o turismo comunitário solidário, o turismo rural comunitário, o ecoturismo comunitário e o turismo responsável que, mais do que modalidades, são expressões da afirmação de práticas turísticas pautadas pela ética da sustentabilidade e da autonomia, construídas coletivamente em contraponto à lógica da dominação economicista.

Compreendemos que, diante dos conflitos e disputas que envolvem a atividade turística, são desafios estratégicos e teórico-metodológicos a serem enfrentados com convicção, disposição e compromisso pelos sujeitos que acreditam e animam os múltiplos processos para consolidar o turismo comunitário solidário:

- A construção de alianças entre organizações e movimentos sociais para produzir informações, dar visibilidade, denunciar e enfrentar os impactos do turismo de massa em níveis nacionais e internacionais;
- A construção de atividades turísticas alternativas livres dos marcos da exploração economicista da natureza e das culturas, viabilizando práticas solidárias de experiências locais que fortaleçam o turismo comunitário solidário;
- O aprofundamento dos debates sobre as dimensões de gênero, de raça/etnia, de geração e de classe na atividade turística comunitária e solidária, no sentido de reverter os valores e práticas de opressão e dominação (re)produzidas no turismo de massa;
- A construção coletiva da autonomia e da autodeterminação das comunidades como sujeitos de suas histórias;
- A articulação do turismo comunitário solidário às diversas lutas sociais em defesa dos territórios das populações locais como forma de enfrentamento da

recolonização e desterritorialização provocadas pelo processo de desenvolvimento capitalista neoliberal;

- A incidência em políticas públicas para a construção e promoção de direitos humanos coletivos e individuais dos povos, e não simplesmente de geração de empregos precários e ações compensatórias;
- Aprofundar a compreensão das dinâmicas e caracterização dessas experiências, no sentido de qualificar e potencializar nossas intervenções;
- Sistematizar e elaborar conhecimentos para consolidar uma base teórica sobre o turismo comunitário solidário, situando-o no marco da crítica ao modelo de turismo convencional;
- Construir processos que consolidem relações igualitárias no turismo, nas quais o intercâmbio não seja focado somente dos ricos para os pobres, mas que o contrário também seja viabilizado, na perspectiva de superar as desigualdades sociais;
- Desenvolver estratégias para situar o turismo comunitário e solidário no mercado, garantindo consumo ético, sem se deixar corromper pela lógica acumulativa e da concorrência;
- Desenvolver estratégias solidárias de captação e mobilização de recursos que viabilizem as experiências gestadas nos variados contextos locais;
- Efetivar, cotidianamente, a transparência e a democracia na gestão dos recursos disponíveis;
- Estabelecer processos que consolidem a democratização das informações, assim como estabelecer sistemas de comunicação que favoreçam a divulgação das experiências de turismo solidário;
- Enfrentar o debate sobre as dimensões de raça/etnia e gênero, com especial atenção à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e à mercantilização do corpo e da sexualidade das mulheres, das crianças e adolescentes;
- Construir, apoiar e desenvolver redes de cooperação solidária para o fortalecimento do turismo de base comunitária solidário em níveis nacionais e internacionais.

Por fim, ressaltamos junto aos governos — embora reconhecendo a importância de algumas ações já implementadas pelos governos de alguns países — a necessidade de redirecionar suas políticas no sentido da conformação de um projeto de desenvolvimento do turismo que leve em conta as necessidades e os direitos dos povos, refletido nas experiências e no pensamento que vêm sendo constituídos pela proposta do turismo comunitário solidário. Pelo que enfatizamos como necessidades urgentes:

- Implementar políticas específicas que garantam os direitos das populações aos seus territórios, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, urbanas etc;

- Garantir a ampliação da participação qualificada dessas populações nas instâncias de formulação e deliberação de políticas públicas voltadas para o turismo;
- Implementar políticas de infraestrutura básica necessárias para a consolidação das experiências autogestionadas de turismo comunitário solidário;
- Implementar políticas de apoio e fomento ao turismo comunitário solidário não como políticas compensatórias, mas estruturantes do desenvolvimento comunitário;
- Implementar políticas de formação profissional na área de turismo, priorizando uma visão integralizada das dimensões socioambientais;
- Implementar mudanças na legislação, no sentido de garantir a viabilização do turismo comunitário solidário a partir de um marco legal adequado às necessidades dos sujeitos (grupos solidários, pequenas operadoras, dentre outros) que desenvolvem essa experiência nos diversos países;
- Estabelecer uma legislação que favoreça a preservação dos ecossistemas e territórios, revertendo a tendência mundial de flexibilizar as legislações ambientais em favor dos grandes empreendimentos turísticos e imobiliários que em muito têm desfavorecido as populações locais e provocado sérios danos à sustentabilidade socioambiental do planeta.

Reconhecendo a amplitude das questões que envolvem a afirmação do turismo comunitário solidário, terminamos nosso encontro convidando toda a sociedade a participar de uma grande viagem coletiva na utopia e na ação, concretizando este novo turismo solidário, comprometido com os direitos humanos, com a justiça (socioambiental, de gênero, racial e étnica), a democracia, a soberania e autonomia de todos os povos.

ANEXO H



PROJETO TURISMO DA GENTE: Estratégia de Consolidação e Promoção do Turismo Sustentável em Pernambuco.

1. Resumo da Iniciativa

O projeto **TURISMO DA GENTE** é uma iniciativa que pretende desenvolver e difundir um modelo de turismo sustentável de base comunitária no Estado de Pernambuco baseado no envolvimento direto das comunidades e dos atores locais na elaboração e gestão da oferta turística.

Atua na cidade de Olinda, no Centro Histórico – bairros Carmo e Amparo, e nos bairros de Amaro Branco, Bonsucesso, Guadalupe e Varadouro e na comunidade rural de Palmeira, Prefeitura de Glória do Goitá a partir de 2009.

Principais resultados realizados no período 2009-2012 em Olinda são:

- 1. Constituição da Rede de Turismo Sustentável de Olinda**, composta por 74 atores locais (empreendimentos comunitários, arte e cultura, serviços turísticos) protagonistas do desenvolvimento de atividades geradoras de renda e de valorização territorial no âmbito do turismo;
- 2. Requalificação e diversificação da oferta turística e valorização da cultura popular de Olinda** e através de roteiros, eventos temáticos, produtos e serviços de turismo de base comunitária, criados e realizados a partir dos atores da Rede de Turismo Sustentável da cidade;
- 3. Promoção e comercialização** da nova oferta turística de base comunitária criando parcerias com o setor público, universidades, *trade* turístico e realidades do terceiro setor.

A nova proposta - O projeto Turismo da Gente pretende agora estender a sua abrangência a outras cidades e localidades do Estado de Pernambuco através da parceria com FUNDARPE, Rede de Pontos de Cultura do Estado, Faculdade Joaquim Nabuco e Faculdade Santa Helena, Casa do Carnaval do Recife, inserindo o projeto Turismo da Gente e a sua marca como referência para o Turismo Sustentável do Estado.

O **objetivo** é fortalecer o setor do turismo como instrumento de inclusão social, de desenvolvimento local participativo e de valorização do patrimônio imaterial e das tradições da cultura popular das comunidades e dos atores da cultura popular de 10 localidades de Pernambuco (Recife, Olinda, Igarassu, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Glória do Goitá, Tracunhaém, Aliança, Águas Belas e Garanhuns).

Estratégia - O projeto pretende consolidar a oferta e a promoção de serviços de turismo sustentável no Estado de Pernambuco, envolvendo atores sociais e culturais e os Pontos de Cultura de diferentes localidades do estado, na construção e gestão da própria oferta de produtos e serviços turísticos, como fonte de renda integrada e estratégia de valorização e sustentabilidade das ações das próprias entidades envolvidas.

A ação se divide em três linhas principais:

- 1. Construção e Fortalecimento de uma Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco**, com produtos e serviços turísticos que envolvam no mínimo **10 localidades do Estado**, com integrantes selecionados no âmbito da Rede de Pontos de Cultura do Estado e outros atores locais integrando as categorias de arte e cultura, empreendimentos comunitários e serviços turísticos.

2. Aprimoramento e Gestão do Portal web www.turismodagente.com.br e realização de uma **Guia de turismo sustentável de Pernambuco**, produção de **materiais de divulgação** dos produtos e serviços de Turismo Sustentável proporcionados pelos atores das redes locais.

3. Implementação de uma **Central de promoção do Turismo Sustentável** sediada em Olinda, que organize, divulgue e gerencie a oferta e os serviços turísticos gerados pelas Redes locais das localidades selecionadas do Estado de Pernambuco.

2. Parceiros

ICEI - Instituto Cooperação Econômica Internacional
 FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
 Faculdade Joaquim Nabuco do Recife
 Faculdade Santa Helena do Recife
 Prefeitura de Recife - Diretoria de Preservação Cultural
 Casa do Carnaval do Recife
 Rede Pontos de Cultura do Estado de Pernambuco
 Rede de Turismo Sustentável de Olinda

3. Localidades e Atores Envolvidos

3.1 Pontos de Cultura do Estado de Pernambuco

RECIFE

1. Maracatu Nação Porto Rico
2. Maracatu Estrela Brilhante do Recife
3. Capoeira São Salomão
4. Daruê Malungo
5. Bacnaré
6. Eco na Periferia- Pé no Chão
7. Escola Pernambucana de Circo
8. Acaape
9. Suvag
10. Escola comunitária da Bomba do Hemetério
11. Sankofa
12. Terreito de Pai Adão
13. Terreiro de Mãe Amara
14. O Bonde- Bloco Lírico

IGARASSU

1. Cinema de Animação
2. Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu

CABO DE SANTO AGOSTINHO

1. Bacamarteiros
2. Coco de Pontezinha

ALIANÇA

1. Associação de Maracatus de Baque Solto

GLÓRIA DE GOITÁ

1. Giral

OLINDA

1. Afoxé Alafin Oyó
2. Povo de Odé
3. Xambá
4. Centro Cultural e Social Severinos (Jornada para o Futuro)
5. Coco de Umbigada

GARANHUNS

1. Associação Comunitária Rural dos Remanescentes do Quilombo do Timbó e Adjacências
2. Associação Remanescente dos quilombos do Sítio Estiva
3. Associação Comunitária do Sítio Tigre

ÁGUAS BELAS

1. Comunidade Indígena Fulni-ô

CARUARU

1. Boi Tira-Teima (Associação caruaruense de desenvolvimento educacional, social e cultural)
2. TEA- Teatro Experimental de Arte
3. Associação dos Artesãos em barro dos moradores do Alto do Moura

TRACUNHAHÉM

1. Caravana Andaluza
2. Instituto Brasileiro Pró-cidadania- Homem de Barro

3.2 Rede de Turismo Sustentável de Olinda

1. Meu Cariri Comedoria
2. Maracatu Nação Pernambuco
3. Afoxé Alafin Oyó
4. Bazar artístico Julião das Máscaras
5. Coco de Umbigada
6. Espaço Cultural Cavalinho Marinho
7. Bar do Déo
8. Confraria da Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Olinda
9. Espaço Cultural Homem da Meia Noite
10. Casa do artesão José Charles
11. Casa do confeccionador de bonecos gigantes de Olinda Paulo Lima
12. Comedoria Popular de Buba
13. Oficina Água Viva
14. Coco da Turma do Pneu
15. Café Lautréamont
16. Grêmio Musical Henrique Dias
17. Rede das Mulheres Produtoras de Olinda
16. Coco de Ana Lucia
17. Escola de Capoeira Art Brasil
18. Clube Oriente do Amaro Branco
19. Hospedagem Domiciliar da artesã Sandete
20. Mestre Ferrugem do Coco
21. Hospedagem Domiciliar da artesã Magdália Honório
22. Coco do Amaro Branco
23. Escola de Futebol para crianças
24. Cila do Coco
25. Artesão de boneco gigante Passarinho do Amaro Branco

26. Grupo a Cocada do Amaro Branco
27. Maracatu Leão Coroado
28. Maracatu Maracambuco
28. Maracatu Nação Estrela de Olinda
29. Maracatudo Nação Camaleão
30. Arnaldo do Coco
31. Aurinha do Coco
32. Selma do Coco
33. Hospedagem Domiciliar do Guadalupe artesã Joana
34. Associação Carnavalesca de Olinda
35. Maracatu Nação Badia
36. Maracatu Nação de Luanda
37. Maracatu Nação Axé da Lua
38. Hospedagem domiciliar no Amaro Branco de Rejane Lopes
39. Terreiro Rumpame de Xangô Aganjú
40. Reginaldo da Reciclagem
41. Coquista Zeca do Rolete
42. Loy do Frevo
43. Grupo Coco de Praia
44. Escola de Samba Preto Velho
45. Artista Plástica Ede Alves
46. Clube Pitombeira dos Quatro Cantos
47. Associação dos Condutores Nativos de Olinda
48. Tapioqueiras do Alto da Sé
49. Instituto Histórico de Olinda
50. Sociedade Beneficente de Artistas e Operários de Olinda
51. Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta
52. Associação Horto del Rey
53. Cantinho do Franciscão
54. Grupo as Conxitas
55. Serenata Luar de Olinda
56. Bodega do Véio
57. Seresteiros de Olinda
58. Gervásio do Coco
59. Centro Cultural e Social Severinos
60. Centro Social e Cultural Manoel do Coco
61. Projeto Cultural Grupo Raízes
62. Coco da Nação Xambá
63. Coco do Malê
64. Grupo de Coco Chinelo de Iaia
65. Grupo Cultural o Coco é a Resposta
66. Centro Cultural Farol da Vila
67. Mestre Ferreira do Coco
68. Mestre Juarez do Coco
69. Grupo Cultural Coco de Roda Batuque das Morenas
70. Grupo Samba Coco
71. Dona Del do Coco
72. Coco de Mazuca
73. Edmilson do Coco
74. Terreiro de Umbigada

4. Resultados Esperados

1. Construída a **Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco** com a participação de atores culturais, empreendimentos comunitários e pequenos serviços turísticos de **10 cidades do Estado de Pernambuco**, com a participação de entidades selecionadas no âmbito da Rede de Pontos de Cultura do Estado.

2. Criados e divulgados **produtos e serviços de turismo sustentável** dos atores da Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco.

3. Constituída a **Central de promoção do Turismo Sustentável**, divulgando e comercializando produtos de turismo sustentável ofertados pelos atores da Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco (pacotes, hospedagem domiciliar, roteiros, oficinas, apresentações culturais, eventos, voluntariado, etc.), além da coordenação e execução de diversas atividades relacionadas à temática e articulação com demais iniciativas de turismo sustentável a nível do estado de Pernambuco.

4. **Portal de Turismo Sustentável** (www.turismodagente.com.br) atualizado periodicamente e funcionando como um portal de referência para o turismo sustentável no estado, produzida e divulgada a **Guia de Turismo Sustentável de Pernambuco** e outros materiais promocionais dos serviços e produtos turísticos gerados no âmbito do projeto.

4. Ações Realizadas

4.1. Construção da Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco (RTSP), apoio aos atores da rede em desenvolver os próprios produtos turísticos, construção e diversificação dos produtos turísticos da RTSP.

4.1.1 Encontros e oficinas de sensibilização em cada uma das 10 cidades envolvidas para apresentação da proposta.

4.1.2 Elaboração e aplicação de um questionário para cada ator pré-identificado, para verificação do potencial turístico, das infraestruturas, eventos locais, serviços e produtos a serem oferecidos por cada ator para o recebimento de turistas.

4.1.3 Encontros de constituição da Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco.

4.1.4 Consolidação em cada localidade dos serviços (roteiros, hospedagem, gastronomia, oficinas, eventos, etc.) e das condições de cada ator para o recebimento de turistas.

4.1.5 Formatação dos produtos turísticos de cada ator da RTSP com tarifas e sistema de repartição e uso transparente dos recursos gerados.

4.1.6 Articulação com responsáveis pelo setor turístico (trade e instituições públicas) das cidades de intervenção para apoio na divulgação da oferta turística da RTSP.

4.1.7 Execução de roteiros pilotos guiados de capacitação.

4.1.8 Elaboração e divulgação de uma agenda cultural em parceria com os atores da Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco.

4.2. Elaboração e Implementação da Central de promoção do Turismo Sustentável de Olinda - CTSO (estruturação, recursos, questões legais, plano de marketing, sistema de gestão e financiamento)

4.2.1 Estudo da demanda turística e da oferta existente no Mercado Turístico da Região – realização de diagnóstico das agências turísticas da Região, dos serviços e produtos oferecidos, redes e instituições do setor turístico e atores públicos e privados, imprensa do setor turístico, guias e site web, operadores nacionais e internacionais.

4.2.2 Formatação de todos os produtos e serviços turísticos oferecidos pela RTSP e a serem comercializados pela CTSO (serviços e preços): Roteiros Temáticos; Hospedagem Domiciliar;

Voluntariado Internacional; Turismo Pedagógico (língua portuguesa, percussão, música, danças populares); Roteiros Regionais (Olinda, área rural, praias); Eventos Temáticos (Exposições, Oficinas, etc.); Feiras e Mostras de Turismo Sustentável.

4.2.3 Elaboração do plano de negócio da (CTSO): plano dos recursos humanos, técnicos e financeiros, gestão das reservas, contatos com clientes e articulação com os atores da RTSO, organização dos serviços e gestão dos recursos financeiros.

4.2.5 Instalação da sede física da CTSO incubada, na sede do ICEI no sítio histórico de Olinda (Ladeira da Misericórdia, 58 - Carmo), em um espaço aberto ao público e de grande circulação de turistas.

4.3. Aprimoramento e gestão do Portal www.turismodagente.com.br, realização da Guia de Turismo Sustentável de Pernambuco e outros materiais promocionais dos serviços e produtos turísticos gerados no âmbito do projeto.

4.3.1 Atualização e gestão do **portal web www.turismodagente.com.br**, com o perfil de cada ator da Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco, serviços e produtos turísticos oferecidos, com as demais iniciativas, eventos e ofertas de turismo sustentável de Pernambuco.

4.3.2 Elaboração e realização de uma **Guia de Turismo Sustentável de Pernambuco**, com o perfil de cada ator da RTSP, mapas de cada localidade e serviços oferecidos; divulgação com apoio de FUNDARPE e EMPETUR (nos postos de informação turística da EMPETUR em Olinda e Recife, no aeroporto de Recife, na casa da Cultura, etc.), das Secretarias de Turismo de cada cidade envolvida, das Faculdades Santa Helena e Joaquim Nabuco do Recife, para distribuição aos alunos e das Secretarias municipais de Educação para divulgação nas escolas da rede pública de ensino fundamental, além da distribuição direta na CTSO e aos atores da RTSP.

4.3.3 Produção de um **kit de materiais de divulgação** (panfletos, placas sinalizadoras, camisas, banner, faixas, sacolas, etc.) dos produtos e serviços oferecidos pela RTSP.

4.3.4 **Evento Público**: organização e realização, em parceria com os atores de cada localidade, um evento de lançamento da Rede de Turismo Sustentável de Pernambuco para divulgação do projeto, dos produtos e serviços oferecidos no *trade* da cidade, nas agências e operadoras consultadas nas entrevistas.

4.3.5 Organização de **encontros e de roteiros piloto** com jornalistas de setor turístico, *trade* e operadores turísticos de Recife e Olinda para constante divulgação da CTSO e seus serviços e construção de parcerias comerciais com agências e operadores do setor turístico.

ANEXO I

SEDE DO AFOXÉ ALAFIN OYÓ



OLINDA – PERNAMBUCO



1 – DADOS DA PROPOSTA

OBJETO:

Construção da sede do afoxé Alafin Oyó, agregando e inserindo espaços físicos e atividades voltadas a hospedagem, formação educacional-profissional, atendimento de serviços culturais comunitários e de expressões artísticas através das apresentações a serem realizadas nos espaços ofertados. O edifício da sede incorporará elementos de bioconstrução, caracterizando-se como expressão de arquitetura de baixo impacto ambiental, resultando nas reduções dos custos construtivos.

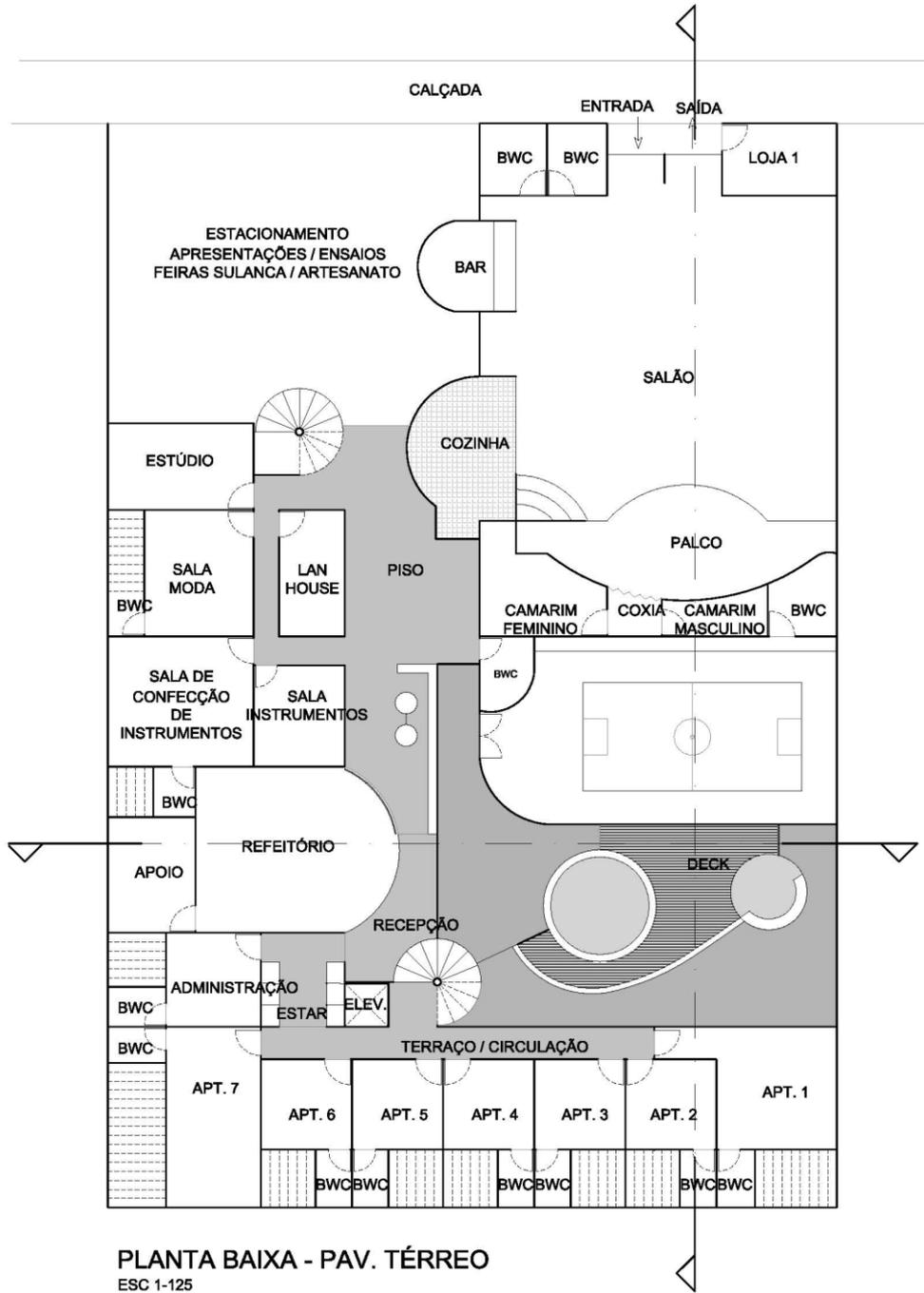
JUSTIFICATIVA:

A cena cultural pernambucana vem, ao longo dos últimos anos, ganhando maior espaço no cenário nacional e internacional, e os grupos artísticos afro pernambucanos estão no centro deste contexto. No entanto, apesar de toda diversidade que marca a cultura pernambucana é preciso a criação de espaços físicos de apoio, auto sustentáveis, fortalecendo as atividades que articulem o fazer artístico, com a reflexão sobre esses fazeres que estão plenamente vinculados à condição de vida dos seus protagonistas, na maioria pessoas negras, pobres e moradoras da periferia da cidade.

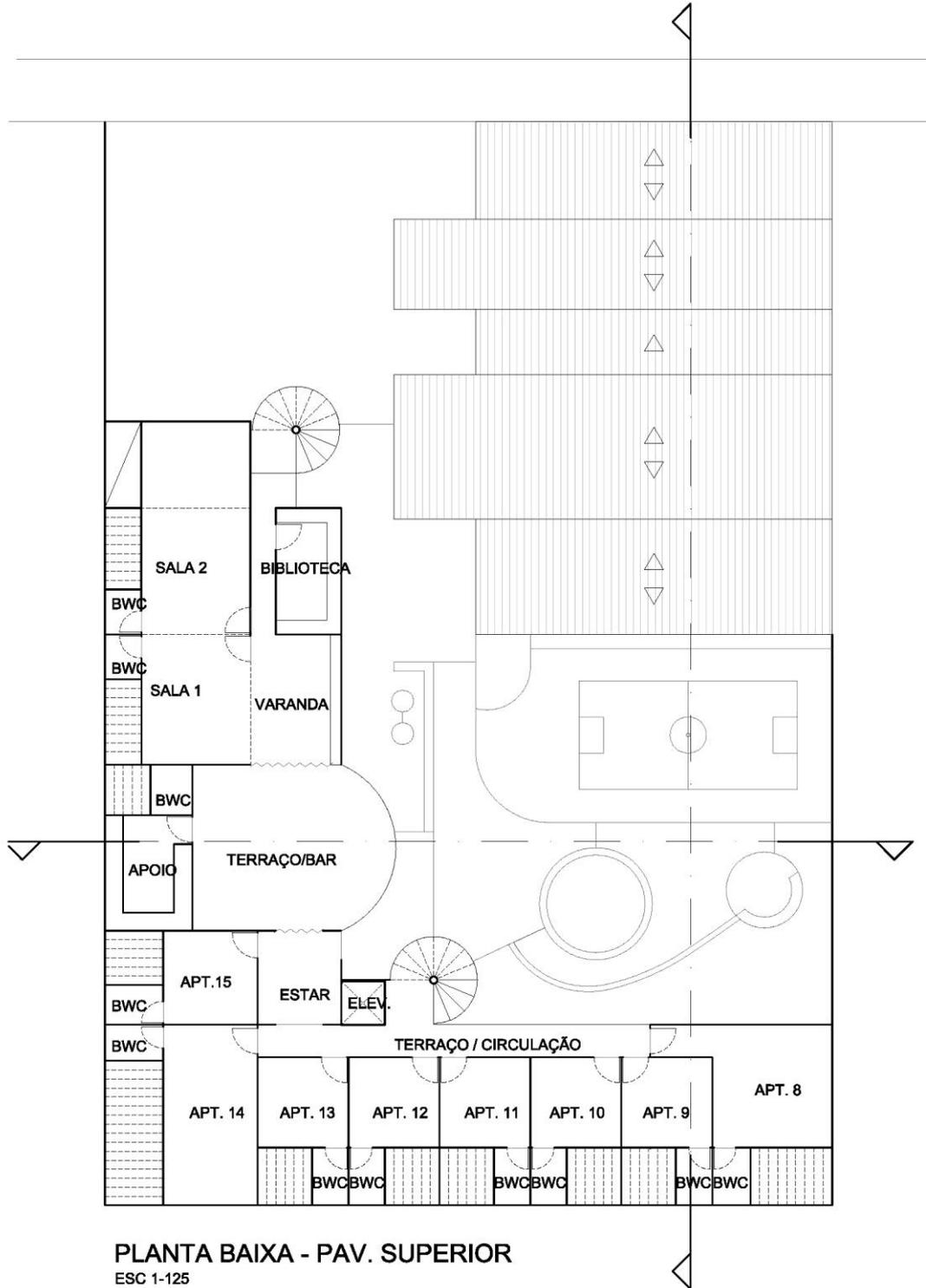
É visando tal articulação que na futura sede do afoxé Alafin Oyó pretende-se investir em diferentes linguagens representativas para melhor acessar a população jovem, principalmente aqueles que já participam das organizações da sociedade civil, como o movimento negro local, associações de moradores e os terreiros. Entendemos que assim haverá uma circulação de informações e formações que contribuirá com uma maior valorização dos artistas locais e um maior envolvimento dos jovens da periferia a fim de que eles encontrem na sede física um espaço para expor suas demandas, seus projetos, sua arte, suas potencialidades e possam usufruir das atividades culturais como instrumento para o fortalecimento de suas identidades e o desenvolvimento de suas potencialidades. Portanto, acreditamos que a maior justificativa para o projeto que ora apresentamos, a ser concretizado na obra física prevista, é a necessidade de espaços nos quais os jovens pernambucanos possam atuar e refletir sobre sua atuação no cenário cultural, afirmando suas tradições e valorizando a história e a cultura dos afrodescendentes a fim de contribuir para o combate ao racismo na sociedade pernambucana e brasileira. Especialistas de diversos campos do conhecimento vêm afirmando que por meio da expressão das linguagens são desenvolvidos saberes, habilidades e competências, entre elas, a de maior poder de comunicação: é a linguagem artística uma das formas de expressão que geram a menor resistência. A sede do Alafin Oyó trabalhará com a perspectiva de construir aprendizagens significativas e da transformação do ambiente urbano em ambiente educativo, em sentido amplo, especificamente por meio da cultura popular e tradicional.



**4 – PROPOSTA PROGRAMÁTICA ARQUITETÔNICA – ANTEPROJETO
ASSOCIACAO RECREATIVA CARNAVALESCA AFOXE ALAFIN OYÓ
ANEXO I**



**4 – PROPOSTA PROGRAMÁTICA ARQUITETÔNICA – ANTEPROJETO
ASSOCIACAO RECREATIVA CARNAVALESCA AFOXÉ ALAFIN OYÓ
ANEXO II**



**4 – PROPOSTA PROGRAMÁTICA ARQUITETÔNICA – ANTEPROJETO
ASSOCIACAO RECREATIVA CARNAVALESCA AFOXE ALAFIN OYÓ
ANEXO VIII**

